

XI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA POLÍTICA

Ofensivas antidemocráticas, colonialidade,
experiências de subjetivação política e a
crise da democracia no Brasil

ORGANIZADORAS

KATIA MAHEIRIE E MARIA JURACY FIGUEIRAS TONELI



EDIÇÕES
do BOSQUE



CFH - UFSC

XI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA POLÍTICA

Ofensivas antidemocráticas, colonialidade, experiências de subjetivação
política e a crise democrática no Brasil

ORGANIZADORAS

KATIA MAHEIRIE
MARIA JURACY FIGUEIRAS TONELI

EDIÇÕES
do BOSQUE



CFH - UFSC

FLORIANÓPOLIS
2022

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

S612o Simpósio Brasileiro de Psicologia política (11. : 2022 : Florianópolis)
Ofensivas antidemocráticas, colonialidade, experiências de
subjetivação política e a crise democrática no Brasil [recurso eletrônico] /
organizadoras, Katia Maheirie, Maria Juracy Toneli. – Florianópolis :
Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2022.
142 p.

E-book (PDF)
ISBN 978-65-88969-25-0

1. Psicologia política – Congressos. 2. Democracia – Congressos.
3. Pós-colonialismo – Congressos. I. Maheirie, Katia. II. Toneli, Maria
Juracy. III. Título.

CDU: 159.9:32(81)

Elaborada pela bibliotecária Dênira Remedi – CRB-14/1396



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Permite Compartilhar e Adaptar - remixe, transforme e construa sobre o material para qualquer propósito, mesmo comercialmente, nos seguintes termos:

Atribuição - Você deve dar o crédito adequado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de forma alguma que sugira que o licenciador endossa você ou seu uso.

Sem restrições adicionais — Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outros de fazer qualquer coisa que a licença permita.



Edições do Bosque Gestão 2020-2023
Ana Lúcia Campos Brizola e Paulo Pinheiro Machado

Conselho Editorial

Arno Wehling - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e UNIRIO
Edgardo Castro - Universidad Nacional de San Martín, Argentina
Fernando dos Santos Sampaio - Universidade Estadual do Oeste do Paraná
José Luis Alonso Santos - Universidad de Salamanca
Jose Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro
Leonor Maria Cantera Espinosa - Universidad Autonoma de Barcelona
Marc Bessin - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris
Marco Aurélio Máximo Prado - Universidade Federal de Minas Gerais

Sobre as Edições do Bosque

As Edições do Bosque tem como foco a publicação de obras originais e inéditas que tenham impacto no mundo acadêmico e interlocução com a sociedade. Compõe-se de um conjunto de Coleções Especiais acessíveis no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina. A tônica da Editoria é aproximar os autores do público leitor, oferecendo publicação com agilidade e acesso universal e gratuito através dos meios digitais disponíveis. A Editoria do Bosque conta com a estrutura profissional e corpo científico do Núcleo de Publicações (NUPPE) do CFH/UFSC.

Endereço

Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.
Campus Universitário. Trindade. CEP 88040-970 Florianópolis – SC, Brasil
<http://nuppe.ufsc.br/> • nuppe@contato.ufsc.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO - APRESENTAR É PRECISO?!	5
Kátia Maheirie · Maria Juracy Filgueiras Toneli	
I. Psicologia política brasileira: contribuições de um campo interdisciplinar para cursos de graduação e pós-graduação em ciências humanas e sociais	10
Frederico Alves Costa	
II. Conferencia Brasil: Publicaciones Científicas	22
Rodolfo Parisí	
III. Operações de insurgência em cenas dissensuais a partir do pensamento de Jacques Rancière	28
Ângela Cristina Salgueiro Marques	
IV. Estado, autoritarismo e neoliberalismo na América Latina	50
Isabel Fernandes de Oliveira	
V. A participação política das crianças pelo voto: o paradoxo de se “tornar contado”	59
Lucia Rabello de Castro	
VI. Ciência como política: estratégias de resistência em tempos sombrios	71
Jorge Lyra	
VII. A agenda antigênero e a re/desconfiguração de políticas de Estado no Brasil	84
Rogério Diniz Junqueira	
VIII. Ofensivas antigênero no Brasil: Da mobilização retórica à política de Estado	105
Marco Aurélio Máximo Prado · João Gabriel Maracci	
IX. Políticas públicas no contexto de ofensivas anti-democráticas: Os desafios de uma psicologia que precisa se libertar para ser libertadora	120
Raquel S. L. Guzzo	
X. Viropolítica: Conformações do Estado brasileiro, Extremismos Políticos e Pós-democracia	127
Aline Reis Calvo Hernandez	
XI. Mapeamento da produção discursiva insurgente na psicologia entre 1950 e 2019	139
Francisco Teixeira Portugal · Gervásio de Araújo Marques da Silva · Bruna Arzolla Crossetti · Lucas Pereira de Souza Tavares · Luísa Biasoli de Mello Rezende	
SOBRE AS ORGANIZADORAS, AS AUTORAS E OS AUTORES	158

Apresentação

APRESENTAR É PRECISO?!

Kátia Maheirie

Maria Juracy Filgueiras Toneli

“porque na história dos homens cada ato de destruição encontra sua resposta, cedo ou tarde, num ato de criação.” (Eduardo Galeano, 2012, p. 257)

No Brasil, a partir de 2016, com o golpe imposto contra a então presidenta Dilma Rousseff, temos convivido, não sem uma dose de estorpecimento e horror, com a fragilização das instituições democráticas, a destruição das políticas públicas, o acirramento da agenda conservadora, por meio da pauta de costumes e seus desdobramentos. Acrescentamos neste embrolho o espraio das práticas neoliberais que incluem a desindustrialização crescente e o fortalecimento de uma economia baseada em *commodities* às custas, por exemplo, da destruição do meio ambiente e do trabalho precarizado ou escravizado. Todas essas práticas são embuídas pela banalização da violência de Estado contra grupos minorizados cujas vidas têm sido levadas ao limite, de forma a se poder identificar, de fato, uma necropolítica em curso.

Soma-se a esse quadro de barbárie, o esgarçamento do tecido social que parece ter sido afetado no que poderíamos considerar como “pacto civilizatório” que, se não extinguiu o que temos de pior como o classismo, o racismo, a homo/lesbo/bi/trans/queer/intersexfobia, a misoginia, dentre outros processos associados aos marcadores sociais das diferenças, ao menos mantinha as relações sociais sob a fachada de uma certa “tolerância” entre os diferentes/desiguais. Hoje vivemos o “despudor” da violência escancarada a “céu aberto”.

Nesse período, a ciência e a cultura têm sido atacadas e vilipendiadas por meio de inúmeras estratégias, dentre elas a de deslegitimação por meio das “*Fake News*” e os cortes de financiamento. Tais cortes afetam os mínimos gastos cotidianos das instituições e impedem o avanço das pesquisas e do trabalho educativo de qualidade em todos os níveis, sobretudo no ensino superior e na pós-graduação públicas/federais.

Manter nossos encontros científico-acadêmicos não deixa de constituir, portanto, uma estratégia de resistência importante e foi isso que decidimos, como diretoria da Associação Brasileira de Psicologia Política, ao realizar, em 2021, no formato

remoto, o XI Simpósio da ABPP, previsto para acontecer, em 2020, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Com o tema central: “Ofensivas antidemocráticas, colonialidade, experiências de subjetivação política e a crise da democracia no Brasil”, o evento contou com 700 inscritos, 30 Grupos de Trabalho, cinco sessões de Grandes Debates e cinco Simpósios em torno de temas candentes que seguiram os cinco eixos temáticos que deram sustentação ao encontro, a saber:

- Eixo 1 – Insurgências estético-políticas e mobilizações coletivas no contemporâneo;
- Eixo 2 – Estado, violência e autoritarismo no contexto mundial-globalizado;
- Eixo 3 – Políticas públicas e direitos humanos: intervenções do Estado, modos de normatização da vida e práticas de dissenso;
- Eixo 4 – Populismo, identidade, colonialidade e crise da democracia;
- Eixo 5 – Psicologia Política: história, perspectivas teórico-metodológicas e contribuições para a expansão da democracia.

O presente livro tem sua origem exatamente nas participações nessas atividades principais dos simpósios e grandes debates. Feito o convite para a publicação, recebemos textos que expressam a heterogeneidade de pensamento, estilos e problematizações como poderá ser facilmente identificado no momento da leitura. Queremos elucidar que não fizemos qualquer padronização ou exigência quanto à estética do texto, entendendo que essa é uma das nossas riquezas, nossa complexa heterogeneidade. Um alerta, no entanto, deve ser deixado aqui: algo nos une e nos mantém unidos como entidade, como profissionais/docentes/pesquisadoras, ativistas que somos, e pensamos que esse algo reside no ideal de justiça social, conforme se explicita de maneira mais ou menos evidente por meio dos textos aqui organizados.

O primeiro capítulo, que abre a sequência do livro, trata das contribuições da Psicologia Política, pensada como um campo interdisciplinar, para os cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Em seu texto, Frederico Alves Costa, presidente da Associação Brasileira de Psicologia Política, recupera, de pesquisadores que trabalhavam com temas políticos, a identificação de sua área/sub-área de atuação no currículo Lattes e constata que uma parcela muito pequena menciona a Psicologia Política. A partir dessa constatação, realiza uma

pesquisa em sites do Programas de Pós-graduação em Psicologia, consultando disciplinas e núcleos de pesquisa, de maneira a mapear a inserção da Psicologia Política e poder investigar sua contribuição nos âmbitos da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*. Passa, então, a discorrer sobre a importância da inserção da Psicologia Política nesses âmbitos, considerando, em especial, a compreensão de que se trata de um campo interdisciplinar que demonstra potencialidades para a compreensão de contextos de crise democrática. Torna-se evidente, portanto, a atualidade e a importância da discussão empreendida por Costa.

O segundo texto, de autoria de Roberto Parisí, com base na trajetória da Revista Electrónica de Psicología Política, discute aspectos cruciais para a publicação na área, como o acesso a bases de dados – como o *open access* –, sistemas de avaliação, especificidades da realidade latino-americana, custos e possibilidades de uma publicação pela/na internet e outras vicissitudes da editoria. Contemporânea da Revista de Psicologia Política editada no Brasil, a revista editada por Parisí, tem uma marca ideológica explicitada e mostra fôlego apesar das dificuldades tão comuns entre os veículos de publicação científica que não fazem parte do circuito *mainstream*.

Ângela Cristina Salgueiro Marques segue com autoria de seu texto em que utiliza das reflexões de Jacques Rancière, para discutir a cena do dissenso, sobretudo no caso dos exercícios de fabulação que permitem processos de subjetivação e resistência que alteram a forma como vemos, ouvimos o mundo e o outro. Ao aproximar Rancière de Benjamin, Marques identifica como ambos apresentam uma perspectiva crítica do “tempo como categoria política”, capaz de alterar a maneira como vemos e nos movemos entre as coisas. Texto sensível, complexo, denso, passeia por obras ficcionais, por imagens, em especial, de trabalhadores, da vida mundana de pessoas comuns, e por filmes, para mostrar como Rancière questiona os modos violentos e colonizadores de outros saberes, operando a partir da cena como possibilitadora de outras *des/re/montagens*, de maneira a reconfigurar nossas experiências.

Isabel Fernandes de Oliveira e Burnier Sales de Souza são autores do terceiro capítulo, uma reflexão sobre Estado, autoritarismo e neoliberalismo na América Latina, a partir da perspectiva do materialismo dialético e da dialética marxiana. Entendendo que a crise da democracia liberal é a crise da ordem capitalista, mostram como o neoliberalismo e o autoritarismo aliam-se, sob a égide da violência, em torno de uma forma de governo contemporânea, que precariza vidas e se alimenta do fortalecimento da extrema-direita transnacionalizada.

Em texto original que incide sobre a participação política das crianças, Lucia Rabello de Castro discute, no quinto capítulo, a abolição da idade mínima do voto, de sorte a incluir crianças e adolescentes nesse âmbito. Sem fugir da problematização das noções de democracia e sujeito político, a autora enfrenta o desafio de examinar os argumentos favoráveis à abolição da idade mínima do voto, analisar o alcance desses argumentos no que diz respeito às lutas de crianças e jovens brasileiros, e

reflete sobre as articulações entre participação democrática e emancipação política, tentando entender no que o voto se relaciona com isso.

Ciência como política é o mote para Jorge Lyra, no sexto capítulo, problematizar o lugar da ciência como estratégia de resistência, a partir da experiência com uma disciplina do PPG Psicologia da UFPE, na qual movimentos sociais e processos de subjetivação foram debatidos, sob a perspectiva de distintas formas de engajamento político. De maneira entremeada com experiências vivenciadas pelo autor ao longo do tempo em que ministrou a disciplina e, simultaneamente, participou de núcleo de pesquisa, organização não governamental, movimentos sociais diversos, vai se fazendo explicitada a relação de conteúdos trabalhados com a problematização do vivido, urdindo processos de subjetivação política.

No sétimo capítulo, Rogério Junqueira retoma o tema da agenda antigênero e sua relação com as políticas de Estado no Brasil. Incansável estudioso das ofensivas antigênero, suas origens e alcances, Junqueira explicita a trajetória da agenda no contexto brasileiro, de modo a alcançar fôlego com o governo de Jair Bolsonaro que abraça a pauta de costumes da ultradireita e escancara a disputa de sentido de família, operando estrategicamente com o enunciado do cuidado e da proteção. A reconfiguração das políticas de “direitos humanos” com ênfase em “políticas familiares” espraia-se e se capilariza, envolvendo órgãos, instituições, âmbitos e níveis, de sorte a rearranjar as políticas públicas de acordo com essa agenda que tem alcance transnacional.

Seguindo com a reflexão sobre as ofensivas antigênero, Marco Aurélio Máximo Prado e João Gabriel Maracci retomam a trajetória histórica desses movimentos no território brasileiro, dando destaque ao momento, em 2019, no qual há um deslocamento do âmbito das bancadas parlamentares para o poder executivo de maneira a constituir uma política de Estado. A retórica da “ideologia de gênero”, que tem sua origem na Igreja Católica – ainda hoje um de seus eixos de sustentação –, transborda para um campo de neoconservadorismo, em geral e não de maneira excludente de outras possibilidades, e, no caso brasileiro, articula políticas de governo e políticas de Estado, configurando uma nova forma de governança.

No nono capítulo, Raquel S. L. Guzzo analisa o desafio da Psicologia que se quer libertadora, em contexto de ofensivas anti-democráticas como o que temos vivido no Brasil, sobretudo com o advento de uma crise generalizada que inclui aspectos econômicos, sanitários, culturais, morais e éticos, ambientais, dentre outros. Recuperando as ideias emancipadoras de Martín-Baró, Guzzo argumenta que a Psicologia na América Latina tem a responsabilidade de fortalecer as pessoas e os grupos, visando o enfrentamento das diferentes formas de opressão que são “naturalizadas” por “sistemas políticos autoritários”. A autora retoma a concepção de colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007), para argumentar sobre a impor-

tância do trabalho da Psicologia junto às populações subjugadas e oprimidas, além de propor ações e etapas para o trabalho de libertação popular.

Finalmente, fechando esse conjunto, temos o texto de Aline Reis Calvo Hernandez, que problematiza as conformações do Estado brasileiro, em contexto de extremismos políticos e pós-democracia. Na tentativa de compreender o que levou Jair Bolsonaro a tornar-se presidente da república, a autora cunha o conceito de Viropolítica, aludindo também à gestão genocida da pandemia no Brasil. A partir da psicossociologia, Hernandez aciona oito analisadores, que incluem elementos nacionais e internacionais, materiais e simbólicos, institucionais e locais que fomentam, entre outros operadores, os discursos de ódio e as polarizações políticas.

Como se pode depreender dessa coletânea, trata-se de textos atuais, que incidem sobre desafios instalados entre nós, que demandam firmeza política e densidade analítica em seu enfrentamento. Terminamos essa obra em meio a sensações díspares que incluem, de um lado, o alívio e a alegria pelo fato de Luís Inácio Lula da Silva ter vencido a eleição para a presidência da República, e, de outro, a apreensão com relação aos movimentos golpistas pulverizados pelo território e insuflados pelo ainda presidente Jair Bolsonaro. Acrescentamos a essa cena a consciência da tarefa hercúlea que significa reerguer um país em ruínas. Mas, somos verbo e seguimos na perspectiva de que temos muito a reconstruir, marcados pela alegria de novos horizontes, anteciendo futuros que merecem ser vividos. Sigamos na luta e nutrindo a esperança de tempos melhores porvir. Esperancemos, sempre!

REFERÊNCIAS

Galeano, E. (2012). *Veias abertas da América Latina*. L&PM.

Maldonado-Torres, N. (2007). On the coloniality of being – contribution to the development of a concept. *Cultural Studies*, 21(2-3), 240-270.

PSICOLOGIA POLÍTICA BRASILEIRA:

CONTRIBUIÇÕES DE UM CAMPO INTERDISCIPLINAR PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Frederico Alves Costa

Em pesquisa realizada nos anos 2014 e 2015 analisei a inserção da psicologia política em programas de pós-graduação brasileiros em Psicologia (que apresentavam área de concentração em Psicologia Social ou linhas de pesquisas em Psicologia Social e/ou que apresentassem relação direta com temas políticos) e em Psicologia Social¹ a partir do mapeamento de pesquisadores que investigavam temas políticos, entendidos como temas relativos à disputa pela organização da ordem social (Costa, 2018, 2020). Ao observar que apenas 11 dos 169² pesquisadores selecionados identificavam a psicologia política como área/sub-área de atuação no currículo Lattes, refleti sobre as razões disso. Considerando a colocação de Maritza Montero (2009) que “para julgar a pertinência, utilidade e alcance da psicologia política é conveniente em primeiro lugar dizer o que se entende por ela” (p. 202, tradução nossa), discuti em

- 1 Apesar da psicologia política ser entendida neste texto como um campo interdisciplinar e, portanto, não como uma sub-área da psicologia ou da psicologia social, a decisão na pesquisa de delimitação da coleta de dados junto a Programas de Pós-graduação em Psicologia ou em Psicologia Social decorreu em razão de, no Brasil, a institucionalização da psicologia política a partir da década de 1980 ter ocorrido, sobretudo, através da atuação de pesquisadores/as que atuavam em PPG em psicologia ou em Psicologia Social, na Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) e na Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO).
- 2 O critério inicial para delimitar pesquisadores que investigavam temas políticos foi a presença de termos-chaves no título do artigo que indicassem a discussão de temas políticos - estes termos-chaves remetiam-se a uma pesquisa realizada anteriormente por Costa (2018). Neste primeiro momento, mapeamos 194 pesquisadores (todos identificavam a psicologia social como área/subárea de atuação no currículo Lattes e apenas 11 identificavam a psicologia política), vinculados a 37 PPG. Uma segunda etapa de filtragem foi realizada, utilizando como critério de seleção que o objetivo do artigo, apresentado no resumo, explicitasse a problematização do tema investigado como um fenômeno político. Nesta segunda etapa permaneceram 169 pesquisadores, entre os quais os 11 que identificavam a psicologia política no currículo Lattes. Não ocorreu exclusão de PPG, estando os 169 pesquisadores vinculados àqueles 37 PPG. Cada um destes PPG encontram-se em uma universidade distinta, sendo, portanto, 37 universidades.

uma mesa do IX Simpósio Brasileiro de Psicologia Política que uma das possíveis razões para o reduzido número de pesquisadores que se identificavam explicitamente com a psicologia política era o modo que o campo da psicologia política é definido na literatura brasileira e internacional (Arias, 2014; Camino, 2001; Dorna, 2007; Montero, 2009; Prado & Sandoval, 2001, 2002; Sabucedo & Rodriguez, 2000; Sandoval, 2005; Silva, 2012, 2015; Silva & Pezzia, 2013). É possível observar diferentes definições na literatura e algumas delas dificultam a compreensão da psicologia política como um campo autônomo de conhecimento ao concebê-la como uma “psicologia da política” (aplicação de conceitos psicológicos para a compreensão de fenômenos políticos, negligenciando condições históricas e sócio-culturais de emergência desses fenômenos), como uma “politização da psicologia” (uma psicologia engajada politicamente, que enfatiza as posições políticas do psicólogo na promoção da transformação social em detrimento do desenvolvimento teórico e analítico sobre os fenômenos políticos) ou como abrangida pela psicologia social (como uma psicologia social orientada para o conhecimento de fenômenos políticos, sendo uma aplicação da psicologia social ao domínio da política).

Retomando este debate para a apresentação no VIII Congresso Latino-Americano de Psicologia da ULAPSI (União Latino-Americana de Entidades da Psicologia), em uma mesa organizada pelo Grupo de Trabalho de Psicologia Política desta entidade, em junho de 2021, realizei um mapeamento de disciplinas que indicassem relações explícitas em seus títulos com a psicologia política nos sites dos 37 programas de pós-graduação (PPGs) nos quais aqueles pesquisadores selecionados na pesquisa realizada em 2014 e em 2015 estavam vinculados na época.

Encontrei informações sobre disciplinas no site de 27 dos 37 PPGs e apenas em três deles (PUC-SP, UFAL, UFMG) havia disciplinas que continham em seu título o termo “psicologia política” e que apresentavam em suas ementas a psicologia política como um campo de conhecimento, buscando debater a história e temáticas deste campo. Em relação aos PPGs destas três universidades, é importante destacar o PPG em Psicologia Social da PUC-SP, pois reúne várias disciplinas sobre psicologia política. O professor Salvador Sandoval, integrante desse PPG e coordenador do Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais da PUC-SP, participou de diretorias da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) entre 2003 e 2011, tendo sido presidente em duas gestões.

No que diz respeito à UFAL e à UFMG, os coordenadores de dois Núcleos de pesquisa vinculados aos PPGs em Psicologia destas instituições (Núcleo de Psicologia Política – NPP/UFAL e Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT – NUH/UFMG), Frederico Alves Costa e Marco Aurélio Máximo Prado, também foram membros de mais de uma diretoria da ABPP, tendo ocupado o cargo de presidente.

Ademais, os seis primeiros Simpósios Brasileiros de Psicologia Política, promovidos pela ABPP entre os anos 2000 e 2011, ocorreram em São Paulo (PUC-SP; UNESP; USP) ou em Belo Horizonte (UFMG). O X Simpósio Brasileiro de Psicologia Política ocorreu na

UFAL, em 2018, sendo parte de uma política da ABPP de descentralização dos Simpósios, promovendo-os fora do eixo São Paulo-Belo Horizonte desde 2012.

No site de outros cinco PPGs identifiquei disciplinas que apresentavam no título uma associação entre psicologia e política (UFG; UFRJ; UFS) ou entre subjetividade/sujeito e política (PUC-MG; UFSC). Na UFF há a disciplina Movimentos Sociais e Subjetividade I e II. Em nenhum destes seis casos havia nas ementas uma referência direta à psicologia política como campo de conhecimento (ver tabela 1). Importante considerar, como apontamos acima e discutimos em artigo anterior (Costa, 2018), que há na literatura concepções que delimitam a psicologia política como uma relação entre duas áreas distintas, a psicologia e a política. Compreensões que dificultam a delimitação da psicologia política como um campo autônomo, podendo reduzi-la à “psicologização da política” ou à “politização da psicologia”.

Tabela 1 – Mapeamento de disciplinas dos PPGs investigados que indicam relações explícitas em seus títulos com a psicologia política ou relações entre psicologia e política e subjetividade/sujeito e política³

PPG/Universidade	Disciplinas
PUC/SP	Abordagens Metodológicas de Pesquisa em Psicologia Política; Análises da Participação Política: perspectivas da Psicologia Política; Núcleo de Pesquisa: Psicologia Política; Pesquisa em Psicologia Política; Psicologia Política da Propaganda e Meios de Comunicação; Psicologia Política e Participação: Temas e Enfoques Teóricos; Psicologia Política: Temas e Enfoques Teóricos; Consciência Política e Participação: Fundamentos Teóricos e Aplicação (consta psicologia política na ementa como campo de estudo); Dinâmica dos Movimentos Sociais (consta psicologia política na ementa como campo de estudo); Pesquisa em Psicologia Coletiva e Movimentos Sociais (consta psicologia política na ementa como campo de estudo)
UFAL	Psicologia Política e Pós-Estruturalismo
UFMG	Psicologia Política

3 O mapeamento foi feito em junho de 2021. Além dos PPGs apresentados na tabela, foram consultados os sites dos PPG vinculados às seguintes universidades: PUC/Goiás, UCDB, UFMS, UNB, UniCEUB (região centro-oeste); UFBA, UFC, UFMA, UFPB, UFPE, UFRN (região nordeste); UFAM, UFPA (região norte); UCP, UERJ, UFES, UFJF, UFRRJ, UFSJ, UFU, UNESP, UNIVERSO, USP (região sudeste); PUC-RS, UFRGS, UFSM, UTP (região sul). No caso da UTP não foi encontrado o site do PPG incluído na pesquisa de 2014-2015.

UFG	<p>Psicologia, Política e Subjetividade: Debates Contemporâneos.</p> <p>Ementa: Estruturalismo e pós-estruturalismo. Constituição da subjetividade e o campo psicossocial. Psicologia e Política. Capitalismo, estrutura social e processos psíquicos. Análise institucional e Estado. Poder e gestão da vida e das condutas. Biopolítica, sociedades disciplinares e de controle.</p>
UFRJ	<p>Tópicos especiais em Psicologia e Política I: Temas atuais em psicologia e a política</p> <p>Tópicos especiais em Psicologia e Política II: Estudos em psicologia, ciência política e áreas afins</p> <p>Obs.: não foram encontradas as ementas no site</p>
UFS	<p>Psicologia e Política</p> <p>Ementa: Reflexão sobre a condição social e política do Homem. Introdução à filosofia política de Hannah Arendt. Afetividade e política. Alteridade, ética e política. Experimentação política da amizade.</p>
PUC/MG	<p>Tópico Especial II: Poder, subjetivação e participação política</p> <p>Ementa: Estudos sobre relações de poder e subjetivação em Arendt, Foucault e autores contemporâneos, problematizando a institucionalização do exercício participativo.</p>
UFSC	<p>Subjetividade e Política;</p> <p>Tópicos Especiais em Psicologia Social e Cultura I: sujeito e subjetivação política</p> <p>Obs.: não foram encontradas as ementas no site</p>
UFF	<p>Movimentos sociais e subjetividade I e II</p> <p>Ementa: estudos contemporâneos dos movimentos sociais e práticas minoritárias. A emergência do social. Estado, democracia, participação e direitos humanos – problematizações. Percursos e modulações nas lutas sociais: massa, povo, multidão; novos movimentos sociais; movimentos de(s)coloniais. Comunidades, grupalidade e territorialidade. Alguns conceitos ferramentas: autogestão, dispositivo, interseccionalidade, implicação, práticas de formação, quilombismo. A luta dos povos indígenas e da população negra contra a política do Estado brasileiro de extermínio e a formação de subjetividade de resistência.</p>

Essas duas situações – o pequeno número de pesquisadores que identificavam a psicologia política como área de atuação no Lattes e de PPGs que possuíam disciplinas que enfocavam explicitamente a psicologia política como um campo de conhecimento (PUC-SP; UFAL; UFMG) – em articulação com a compreensão (presente no histórico do Grupo de Trabalho de Psicologia Política da ANPEPP, criado na década de 1980, e em editoriais e mensagens da RPP) que a inserção da psicologia política nos cursos de graduação e de pós-graduação é um desafio his-

tórico, levou-me a problematizar a pertinência da psicologia política na formação acadêmica em psicologia e nas ciências humanas e sociais em geral.

No IX Simpósio Brasileiro de Psicologia Política me propus a pensar sobre a delimitação do campo, no intuito de buscar o que faltava à psicologia política para que ela tivesse um maior reconhecimento no país. Neste texto, me proponho a dialogar sobre se há algo que ela pode oferecer como um campo autônomo para as diferentes ciências humanas e sociais, na aposta de ampliarmos a identificação de pesquisadores, discentes e profissionais com este campo: quais seriam as contribuições da inserção da psicologia política na pós-graduação e na graduação em psicologia e em outras áreas das ciências humanas e sociais?

Problematizarei a relevância da inserção da psicologia política na graduação e na pós-graduação em torno de dois aspectos: (a) da compreensão do campo como interdisciplinar; (b) das potencialidades do campo para a análise de contextos de crise democrática como o que temos vivido no Brasil, ao menos desde 2016, com o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff. Estes aspectos serão tratados, respectivamente, no primeiro e no segundo tópico do texto.

INTERDISCIPLINARIDADE: FENÔMENOS POLÍTICOS COMO OBJETOS INDISCIPLINADOS

Concebo a psicologia política como um campo de conhecimento interdisciplinar não em razão de uma superposição de campos disciplinares (Leis, 2011) – como seria possível compreendê-la ao falar que se trata de uma relação entre a psicologia e a ciência política. Trata-se de um campo interdisciplinar em razão de problematizar as fronteiras disciplinares no processo de construção de seu objeto de estudo: os fenômenos políticos. Ou seja, a psicologia política é interdisciplinar menos por relacionar áreas distintas e mais por ser definida pelo objeto de estudo e não por uma teoria, por um método ou por uma área, propiciando a problematização sobre fundamentos ontológicos, epistemológicos, metodológicos, éticos e políticos na delimitação do fenômeno político no interior da heterogeneidade teórica e metodológica das ciências humanas e sociais.

Este caráter interdisciplinar possibilita concebermos a pesquisa em psicologia política como uma pesquisa “orientada para o problema” (Howarth, 2005). Modalidade que não se confunde com uma pesquisa para a solução de problema (em termos funcionalistas) e que se afasta da “pesquisa orientada para o método” (que apresenta maior foco no método do que no fenômeno empírico investigado) e da “pesquisa orientada para a teoria” (que busca confirmar “uma perspectiva teórica particular” mais do que explorar o fenômeno pesquisado).

Uma pesquisa orientada para o problema, inicialmente, delimita um objeto de investigação a partir da reflexão sobre problemas políticos que pressionam o

presente. Posteriormente, compreende o fenômeno pesquisado por meio da investigação das práticas históricas através das quais ele foi construído, visibilizando a contingencialidade da ordem social e as alternativas políticas que foram impossibilitadas de se sedimentar na disputa hegemônica pela configuração social da realidade (Howarth, 2005).

Assim, o que se propõe não é nem um empiricismo ateuórico, que pressuporia um acesso não mediado à realidade; nem um teoricismo, que reduz os fenômenos a conceitos abstratos de uma teoria geral (a uma lei ou a uma tendência determinista) ou a leis empiricamente verificadas (produzidas através da generalização empírica) (Howarth, 2005). O que se propõe é a centralidade no objeto de estudo, sendo a sua construção dependente de decisões ontológica, epistemológica, metodológica, ética e política do pesquisador, pois na impossibilidade de um acesso direto à realidade, a elaboração teórica parte da utilização de conceitos e lógicas que fornecem uma linguagem descritiva para a delimitação do fenômeno político pesquisado.

Esta construção crítica do fenômeno político, que abre espaço para a produção de debates teórico-metodológicos em torno do objeto de estudo, faz possível pensar a interdisciplinaridade em relação à problematização das fronteiras disciplinares e também permite questionarmos o status do conhecimento científico. A compreensão dos fenômenos políticos a partir do entendimento das relações sociais como práticas contingentes e históricas – e não através da concepção das estruturas sociais ou das identidades como dadas – torna possível a construção de investigações em que pesquisador e pesquisados estejam envolvidos na análise do fenômeno estudado. O que significa construir conhecimentos fundamentadas não numa “epistemologia da distância”, mas através de uma relação sujeito-sujeito-objeto, como defende Montero (2004), de uma articulação entre conhecimento científico e conhecimento popular.

Desta maneira, quais seriam as contribuições da inserção da psicologia política na pós-graduação e na graduação em psicologia e em outras áreas das ciências humanas e sociais?

O caráter interdisciplinar da psicologia política contribui para romper com as tendências departamentalizantes, ainda arraigadas no Brasil, que orientam os estudantes a reduzirem suas perguntas e suas ações às estruturas disciplinares, que não contribuem para a construção de projetos políticos pedagógicos que favoreçam o trânsito dos estudantes nas diferentes áreas do conhecimento. E, mais importante, que os conduzem a centrar-se em investigações orientadas para a teoria ou para o método e não para o foco na construção do problema a partir da problematização crítica da realidade social e da reflexão sobre as decisões teórico-metodológicas que orientam suas análises.

Neste sentido, ao mesmo tempo em que a inserção da psicologia política na graduação e na pós-graduação seria uma contribuição para reflexões políticas que pressionam o presente, de modo a fomentar uma maior aproximação crítica entre

a produção do conhecimento e a realidade social; a tendência disciplinadora da universidade dificulta a inserção deste campo interdisciplinar na formação. Como apresenta Sandoval (2003), na mensagem da ABPP publicada no número 5 da *Revista Psicologia Política*, a cristalização dos redutos mono-disciplinares observada nas universidades brasileiras apresenta, muitas vezes, “grande resistência à inovação intelectual e à interdisciplinaridade científica” (p. 08).

Seria uma saída para a inserção da psicologia política na graduação e na pós-graduação a reivindicação, por exemplo, deste campo como uma área de especialização da psicologia junto ao Conselho Federal de Psicologia? Se sim, a psicologia política se somaria à psicologia social, à psicologia escolar, à psicologia clínica e outras mais, facilitando o seu reconhecimento como disciplina nos cursos de psicologia.

A posição defendida neste texto é que, ainda que o caminho disciplinar seja uma tentação para o alcance de um desafio que já completa mais de três décadas – a inserção na graduação e na pós-graduação –, essa não seria uma estratégia adequada. Parece-me mais pertinente reforçarmos nos espaços que ocupamos que a disciplinarização é um problema para a formação ao limitar as possibilidades de conhecimento crítico e as competências para a atuação profissional. Sendo a produção científica um campo de disputa, faz-se importante disputa-lo e enfrentarmos a disciplinarização da universidade e concepções da psicologia política como uma psicologia da política ou uma politização da psicologia.

Outra contribuição da psicologia política, retomando o apontamento anterior sobre o status do conhecimento científico, é a sua colaboração para pensarmos o debate sobre a ética em pesquisa não ao redor das áreas (sub-áreas ou quem sabe até mesmo das grandes áreas), mas da tomada de decisão do pesquisador acerca dos fundamentos epistemológicos, ontológicos, metodológicos, éticos e políticos que regem o seu fazer no contexto de indeterminação da realidade. Talvez neste caso poderíamos falar eminentemente de ética, em reflexões sobre os projetos de sociedade aos quais nossas pesquisas encontram-se articuladas e sobre os modos que concebemos o outro, e não simplesmente de resoluções gerais a serem seguidas.

CRISE DA DEMOCRACIA: UM PROBLEMA RELEVANTE PARA A PSICOLOGIA POLÍTICA

Pensarmos a inserção da psicologia política na graduação e na pós-graduação como um campo interdisciplinar a partir da construção de pesquisas orientadas para o problema, coloca-nos, neste momento histórico vivido no Brasil, frente a frente com a delimitação da democracia como uma forma de sociedade a ser investigada. Ou ainda melhor, o processo de desdemocratização vivido no país visibiliza a contingencialidade da ordem social nomeada hegemonicamente como democrática, sendo fundamental problematizarmos as alternativas sociais que foram e têm sido

impossibilitadas diante da sedimentação de um projeto político de sociedade autoritário, representado pelo presidente da República atual. Projeto que concebemos como autoritário por desrespeitar às instituições democráticas e negar o que se configura como uma originalidade da democracia moderna, o paradoxo entre os princípios da liberdade e da igualdade (Mouffe, 2009; 2019). Paradoxo que implica construirmos uma “forma de comunidade política que garant[a] o seu caráter plural” (Mouffe, 2019, p. 36), buscando-se expandir a esfera pública a partir do reconhecimento do pluralismo de valores e da inserção de demandas sociais historicamente marginalizadas. Desse modo, a hostilidade a ser produzida na democracia deve ser dirigida não às minorias sociais e sim às diversas formas de dominação presentes na sociedade sedimentada.

Entender a desdemocratização a partir de uma perspectiva psicopolítica é uma importante contribuição que o campo interdisciplinar da psicologia política pode oferecer na sua inserção nos cursos de graduação e pós-graduação das ciências sociais e humanas. Permite construirmos perguntas que: (a) não individualizam o entendimento da crise da democracia; (b) não reduzem a crise a leis ou tendências estruturais deterministas; (c) não salientam apenas que os sujeitos e a ordem social são históricos, o que permitiria, em determinados casos, entender a psicologia política como uma aplicação da psicologia social a fenômenos políticos.

Uma compreensão psicopolítica possibilitada pelo caráter interdisciplinar da psicologia política permite-nos analisar a desdemocratização a partir de perguntas formuladas através do reconhecimento da subjetividade e da ordem social como construções políticas. Nessa medida, a compreensão psicopolítica explicita a precariedade das identidades e das configurações sociais ajudando-nos a conceber o que se apresenta no cotidiano como uma produção de sentido contingente. E, assim, evita cairmos nas armadilhas de tomar as práticas sociais como “espantalhos”, “desvios” que serão superados por si mesmos no processo histórico, ou como “canhões” que produzem perigos, mas que poderão ser bloqueados por diálogos racionais, pela punição das leis ou por uma vanguarda intelectual que virá salvar as massas perdidas em suas paixões.

Ao explicitar a precariedade das identidades e das configurações sociais, a psicologia política pode nos auxiliar a compreender, por exemplo, como as paixões estruturam a subjetividade e organizam a ordem social. Não no sentido de concebermos os afetos como elementos psicológicos (o que poderia nos levar a focalizar a personalidade dos indivíduos, numa perspectiva de uma psicologização da política), mas por entendermos que tanto a identidade dos sujeitos como a ordem social ontologicamente não possuem uma substância que as defina a priori, de modo que nossa identidade e a totalidade social são construídas a partir da mediação simbólica.

Como tal, as paixões não são os “problemas” a serem suprimidos para o enfrentamento da desdemocratização. As paixões são tão fundamentais para a promoção das ofensivas antidemocráticas quanto para a construção da democracia, pois é em torno delas que nos

identificamos com determinados discursos presentes na sociedade e nos constituímos como “ser” (como identidades), simbolizando contingencialmente e precariamente nossa “falta a ser”: a história do sujeito é a história de suas identificações (Mouffe, 2019).

Os afetos e os desejos desempenham um papel crucial na constituição das formas coletivas de identificação.

Reconhecer o papel fundamental desempenhado pelos afetos na política, e como eles podem ser mobilizados, é decisivo para conceber uma estratégia populista de esquerda eficaz. Tal estratégia deveria seguir o exemplo de Gramsci, quando ele apela para ‘uma coesão orgânica, na qual o sentimento/ paixão torna-se compreensão’. Trabalhando a partir das noções do ‘senso comum’, ela [a estratégia] deve ser dirigida às pessoas de uma forma capaz de alcançar os seus afetos. Ela tem de ser congruente com os valores e as identidades que visa interpelar, devendo conectar-se com os aspectos da experiência popular. Para fazer eco aos problemas que as pessoas encontram em suas vidas cotidianas, ela precisa partir de onde elas estão e de como elas se sentem, oferecendo-lhes uma visão de futuro que lhes de esperança, em vez de manter-se no registro da denúncia. (Mouffe, 2019, pp. 118-119)

Assim, a inserção do campo da psicologia política como um campo interdisciplinar que orienta a pesquisa em torno do problema pode nos afastar de armadilhas e nos possibilitar olhar para a superfície de modo a reconhecer que ela, por mais terrível que nos pareça, só é a ponta do iceberg. Que a desdemocratização não terá como saída o olhar de progresso que a enxerga como espantinho ou o olhar das luzes que só a enxerga como escuridão – os quais, ao fim e ao cabo, olham de um mesmo lugar, de uma concepção racional da história e do sujeito.

A psicologia política poderá nos possibilitar perceber que: (a) o iceberg é maior e, ao mesmo tempo, que as fendas são inerradicáveis, sendo possível desconstruí-lo; (b) que, assim como os discursos autoritários servem como fundamento para a produção simbólica de subjetividades e de configurações sociais, outros discursos (outros “icebergs”) também poderão simbolizá-las caso se apresentem como miradas que permitam as pessoas se apaixonarem e, sob esta identificação simbólica, construírem os discursos autoritários como impedidores de suas possibilidades de ser.

CONCLUSÃO

Em um contexto de hostilidade às ciências humanas e sociais, defender a relevância das áreas/sub-áreas do conhecimento pode ser uma estratégia para a manutenção do reconhecimento de cada uma pelo Estado e pelos pares e para o investimento público no ensino, na extensão e na pesquisa em cada uma. Entretanto,

talvez seja mais fundamental o reconhecimento da importância de problematizarmos as fronteiras disciplinares para, inclusive, as áreas atuarem coletivamente em defesa da ciência e daqueles investimentos públicos e para ampliarmos as possibilidades de compreensão do contexto político atual.

Como apontado anteriormente, a lógica disciplinar fomenta uma formação e uma atuação profissional que não incentiva a circulação dos estudantes e profissionais no campo heterogêneo das ciências humanas e sociais e reduz as possibilidades de problematizar a realidade. Desta maneira, a inserção da psicologia política na graduação e na pós-graduação contribui de maneira importante para deslocamentos nessa lógica disciplinar ao ser entendida como um campo interdisciplinar, possibilitando pesquisas orientadas para o problema.

Como enfoquei, esta compreensão da psicologia política permite-nos construir uma perspectiva psicopolítica que problematiza os fenômenos políticos em torno da concepção das subjetividades e dos modos de configuração da sociedade não simplesmente como históricos, mas também como construções políticas.

Nessa perspectiva, qualquer essencialidade dos sujeitos ou das configurações sociais, inclusive as “políticas identitárias”, é questionada. Ao invés de definirmos quem pode falar na luta por direitos democráticos (o que pode nos levar a concepções essencialistas dos sujeitos), propõe-se delimitar quem impede a possibilidade de existência de uma pluralidade de formas de vida.

De tal modo que a fronteira política entre “nós” e “eles” não é produzida em torno de identidades pré-concebidas, mas a partir de identificações discursivas construídas pela negatividade, no momento do conflito (Laclau, 2013; Laclau & Mouffe, 2015; Machado & Costa, 2016). O que amplia o número de sujeitos que podem se identificar com a mesma luta. Ou seja, os sujeitos políticos constituem-se não por suas positivities (pelo compartilhamento daquilo pelo que são definidos numa ordem social sedimentada – trabalhadores, mulheres, negros, e outras posições de sujeito), mas pela subversão destas posições de sujeito através da articulação entre a condição de subordinação em uma determinada relação e um discurso exterior a esta relação que possibilite identificar o outro como um “eles” que impede a satisfação de suas demandas sociais. Portanto, o outro não é mais apenas uma diferença na ordem social sedimentada, mas um adversário que necessita ser enfrentado na disputa pela construção da comunidade política (Laclau, 2013; Laclau & Mouffe, 2015). Essa subversão torna “visível o ‘segredo’ escondido na manutenção dessa comunidade: que ela é sempre parcial e precária, pois é formada por relações de poder” (Machado & Costa, 2016, p. 69).

Sendo a luta política uma luta pela construção de um outro mundo possível e não apenas pela repartição das partes no interior da ordem social sedimentada, diferentes demandas sociais podem ser articuladas nessa luta, fazendo-se equivalentes por meio da identificação comum de um “eles” que impede que elas sejam satisfeitas, pelo estabelecimento de uma fronteira antagonica entre “nós” e “eles”.

A proposta de psicologia política apresentada neste texto problematiza também a compreensão que a lealdade aos princípios democráticos de liberdade e de soberania popular decorrerá simplesmente de um apelo à racionalidade dos cidadãos ou da ameaça através da aprovação de leis pelo Parlamento ou da punição pelo Supremo Tribunal Federal. Diferentemente disso, sob uma perspectiva psicopolítica, poderíamos investigar que demandas insatisfeitas pela ordem democrática têm sido mobilizadas pelos discursos autoritários, de maneira que, ao contrário de tomar os que os apoiam como irracionais, busquemos entender o que pode estar presente nas demandas destas pessoas que diga respeito a direitos democráticos negados pelas instituições que buscam representar a ordem democrática. Diante disso, também poderíamos questionar estas instituições, mas mobilizando aquelas demandas em torno de paixões que não se sustentem no ódio à democracia.

Tomemos como exemplo o ataque às urnas eletrônicas e, assim, à legitimidade das eleições de 2022. Sob a construção discursiva produzida historicamente no país que articula política e corrupção, a qual foi extremamente potencializada nas últimas décadas através do julgamento do “Mensalão” e da “Operação Lava Jato”, o apoio de determinadas pessoas ao ataque às urnas e ao Tribunal Superior Eleitoral se faz possível não em razão da irracionalidade delas, mas talvez da identificação delas com um valor importante na democracia representativa: a transparência do processo eleitoral. Deste modo, caberia entender a adesão ao ataque às instituições democráticas como consequência da constituição de um “nós” que identifica os defensores dessas instituições como pessoas que não apoiam o combate à corrupção, que se beneficiam do sistema político que deveria ser destruído. Entender a subjetividade como uma construção política permite-nos pensar estratégias discursivas que mobilizem as demandas e as paixões dessas pessoas em torno de projetos democráticos. Para isso, é necessário entendê-las não como parte de uma massa desprovida de razão ou como indivíduos aos quais basta apresentar informações ou ameaçar com sanções para que abandonem suas posições políticas. Como aponta Mouffe (2005), a mudança das identidades políticas é mais uma espécie de conversão do que um processo de persuasão racional. Compreender a natureza política das relações sociais e das identidades (entendendo-as como simbólicas, contingentes e precárias) contribui para subvertermos a tentação de naturalizar as fronteiras políticas e de essencializar as identidades.

REFERÊNCIAS

- Arias, C. A. M.** (2014). Psicología política: Conversación a dos voces entre España y Colombia. *CES Psicología*, 7(2), 173-183.
- Camino, L.** (2001). Uma nova interlocutora no campo da Psicologia no Brasil: A Sociedade Brasileira de Psicologia Política. *Psicologia Política*, 1(1), 4-6
- Costa, F. A.** (2018). Desafios para a psicologia política brasileira: a inserção em Programas de Pós-graduação e a delimitação como campo de conhecimento. *Psicologia Política*, 18(42), 220-235.
- Costa, F. A.** (2020). A produção da psicologia social sobre temas políticos a partir de aspectos históricos. *Psicologia & Sociedade*, 32, e187198.
- Dorna, A.** (2007). A reabilitação da psicologia política. In *A psicologia política, o líder carismático e a personalidade democrática* (pp. 25-56). Horizonte.
- Howarth, D.** (2005). Applying Discourse Theory: the Method of Articulation. In D. Howarth & Jacob Torfing (Orgs.), *Discourse Theory in European Politics* (pp. 316-349). Palgrave Macmillan.
- Laclau, E.** (2013). *A razão populista*. Três Estrelas.
- Laclau, E. & Mouffe, C.** (2015). *Hegemonia e Estratégica Socialista: por uma política democrática radical*. Intermeios; CNPq.
- Leis, H. R.** (2011). Especificidades e desafios na interdisciplinaridade nas ciências humanas. In A. Philippi & A. J. Silva Netto (Orgs.), *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação* (pp. 106-122). Manoele.
- Machado, F. V. & Costa, F. A.** (2016). Ontologia negativa e o político: contribuições para a psicologia política. In D. U. Hur & F. Lacerda (Orgs.), *Psicologia política crítica: insurgências na América Latina* (pp. 65-80). Alínea.
- Montero, M.** (2004). *Introducción a lapsicología comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Paidós.
- Montero, M.** (2009). ¿Para que Psicología Política? *Psicologia Política*, 9(18), 199-213
- Mouffe, C.** (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Sociologia e Política*, 25, 11-23.
- Mouffe, C.** (2009). *The democratic paradox*. Verso.
- Mouffe, C.** (2019). *Por um populismo de esquerda*. Autonomia literária.
- Prado, M. A. M. & Sandoval, S.** (2001). Editorial. *Psicologia Política*, 1(2), 7-10.
- Prado, M. A. M. & Sandoval, S.** (2002). RPP em momento de consolidação no cenário nacional. *Psicologia Política*, 2(3), 11-13.
- Sabucedo, J. M. & Rodriguez, M.** (2000). La construccion social de la psicología política. *Suma Psicológica*, 7(1), 1-14.
- Sandoval, S.** (2003). Sociedade Brasileira de Psicologia Política. Mensagem da Diretoria da SBPP. *Psicologia Política*, 3(5), 6-8.
- Sandoval, S.** (2005). Mensagem da Sociedade Brasileira de Psicologia Política. *Psicologia Política*, 5(9), 9-10.
- Silva, A. S.** (2012). Diálogos interdisciplinares: a produção da psicologia política para os direitos humanos. *Psicologia Política*, 12(24), 189-194.
- Silva, A. S.** (2015). Garantias de direitos e de dignidade na construção do humano. *Psicologia Política*, 15(32), 11-16.
- Silva, A. S. & Pezzia, A. E.** (2013). A Psicologia política e seus campos de conhecimento e de intervenção. *Psicologia Política*, 13(28), 417-420.

CONFERENCIA BRASIL

PUBLICACIONES CIENTÍFICAS

Rodolfo Parisí

Primero, muchas gracias por invitarme nuevamente a un Seminario de Psicología Política que organiza la Asociación Brasileira de Psicología Política. Deben hacer más de 10 años que asisto, con cierta regularidad, a estos eventos.

Quiero solidarizarme con Brasil, con lo tremendo que están pasando con el gobierno de Bolsonaro, con todo el daño que está haciendo el neoliberalismo en Brasil y todo el retraso que ha producido en los inmensos avances que tuvo Brasil, a partir del gobierno de Lula y Dilma Rouseff.

También quiero solidarizarme porque sé que muchos de mis colegas brasileiros han tenido recortes salariales e incluso persecución política por las actividades que llevan adelante.

Le cuento, para las personas no videntes, tengo 58 años, soy canoso, estoy con una camisa azul con rayas blancas. Estoy en mi escritorio, en mi domicilio, de fondo se ven fotos de mis hijos y cuadro.

Voy a proseguir a hablar para lo que me he invitaron y lo hago desde el lugar de ser el editor de la *Revista Electrónica de Psicología Política*, que ya va por el año 19 y tiene 47 números editados.

Me pidió la profesora Cándida que hablara sobre el contexto político. Yo pensé que, nosotros que trabajamos en política, sabemos que hablar de lo político puede ser algo muy general y voy a tratar de hacer algunas bajadas a cuestiones particulares.

Hay una serie de cuestiones relativas al hecho de hacer publicaciones científicas en Latinoamérica.

Primero, no son rentables. Es decir, para las publicaciones que hacemos, necesitamos contar con fuentes de financiamiento.

Segundo, constituyen un lugar, un espacio de recepción de artículos científicos que es acorde con las exigencias de publicar, o el gusto de publicar, que existen en la carrera de investigador, docente o docente-investigador.

En el mundo hay una multitud de publicaciones científicas y hay diferencias sustanciales en los efectos, o resultados, que logran algunas publicaciones. Por ejemplo, el 2 de febrero (Redacción, 2021), cuando la Revista Británica *The Lancet* (2021), publicó los resultados de los estudios intermedios de los ensayos de la fase 3 de la vacuna Sputnik y en Argentina se cerró una discusión de carácter geopolítica. La oposición política al gobierno actual, que hacía campañas contra la vacuna Sputnik, llamándola peyorativamente como la vacuna “rusa”, no puso más reparos a esa discusión. Ahí, desde la ciencia, desde una revista científica prestigiosa, hicieron silenciar al partido político que hasta hace dos años gobernó toda la Argentina.

Por cierto, que hay cuestiones que no podemos obviar. Primero, *The Lancet* ocupa el segundo lugar del impacto en las revistas médicas. Está publicada desde 1823. El tema es sobre una vacuna y estamos en medio de una pandemia. No toda revista tiene una incidencia simbólica, o fáctica, y prestigiosa, sobre el campo del conocimiento.

El prestigio de una publicación se va realizando con cierta rigurosidad y con la persistencia de su presencia a través del tiempo. El problema en el caso de la rigurosidad, es cuando va en contra de la creatividad.

Por tercer punto, una revista en el campo de la psicología política, es también un derecho de marca, o una marca registrada. Esto lo decía Pablo Fernández Christlieb (1987), él decía: consiste en el estudio de fenómenos tenidos por políticos, con herramientas tenidas como psicológicas. Es decir, no todo artículo que se publique, al menos en la revista que dirijo, representa al campo de la psicología política, a veces incluso puede estar en conflicto con ese campo.

Cuarto, la revista que dirijo, al igual que la revista que hace la Asociación Brasileña de Psicología Política, son casi contemporáneas. La revista brasileña es de 2001, y nosotros nacemos en el año 2003. Las dos revistas buscan ocupar un espacio en el que nos constituyamos como referentes, referentes de la psicología política. Y con esa intención nació la nuestra. Pero uno no sabe cómo se cuantifica, si la revista ocupa ese lugar de referencia. Y tampoco sabe si se logra ser un referente. Si sabemos, por las instituciones donde trabajan los investigadores que nos envían artículos científicos, que ocupamos un lugar en Latinoamérica, en Estados Unidos y en España.

Pero acá hay una cuestión muy curiosa. En los últimos años, y diría ya hace varios años, ninguno de los colegas brasileños que se destacan en la psicología política, y que me invitan a estos eventos, publica en la *Revista Electrónica de Psicología Política*. Generalmente, quienes publican, están en la periferia de la psicología política. No entendiendo la periferia como lo marginal, sino que no han llegado todavía a ocupar un lugar central. Y ahí creo que se responde un poco aquel interrogante que me llevó a hacer la revista: si podíamos ser referentes o no.

Frente a lo que acabo de decir, sé que mucha gente no publica porque nuestra revista tiene limitaciones acerca de accesos a bases de datos. Por ejemplo, no estamos en *Scielo* ni podemos estar en otras, por el tipo de formato que tiene nuestra

publicación. Igual entramos en la categoría de las revistas de acceso abierto, “*open access*”. No requiere registro ni suscripción, no tiene restricciones de uso. Y el formato que utilizamos exige más trabajo manual.

Respecto de la respuesta que damos ante por qué no accedemos a más base de datos -que un poco la conteste y tenía que ver con el formato- nosotros hemos estudiado cuál es el buscador en la *web* que más se utiliza en el mundo y encontramos que es *Google*. Después hay otros, como *Aol*, *Ask.com*, *Baidu*, entre otros. *Google* tiene un sector que es el de “*Google Académico*”, por lo tanto, todos los artículos que salen publicados en nuestra revista salen en “*Google Académico*”. Por lo que, a nuestro criterio, es como si todos los artículos científicos aparecieran al lado de un cartel de Coca Cola, es decir, está en todas partes, ingresa en todas las computadoras, hogares y academias del mundo.

Sobre el sistema de evaluación que tenemos, nosotros utilizamos el criterio de dos evaluadores que se llama “pares ciegos”, es decir, que no tengan vínculo entre ellos ni con quien envía el artículo. No obstante, las decisiones finales de carácter editorial, en casos particulares, las tomamos nosotros. Esto es porque muchas veces, una evaluación puede ser sádica y a veces son los evaluadores tan sádicos, que las evaluaciones parece que chorrearan sangre. Entonces, nosotros no queremos entrar en el goce del evaluador y por el otro lado, tampoco queremos contribuir al capitalismo curricular, a la acumulación de méritos, de realizaciones, de lucimiento, que permite servirse con la cuchara grande y ser aplaudido. El capitalismo curricular tiene buena prensa universal y la acumulación de méritos curriculares es una forma a nuestro entender, que legitima la explotación al interior de los campos académicos. Eso no abarca a todas las evaluaciones: la mayoría de ellas son óptimas.

Según creemos, los que hacemos y contribuimos a la psicología política, especialmente a la Psicología Política latinoamericana, nos debemos a nuestras realidades, que son muy particulares. Si repetimos a raja tabla las imposiciones eurocéntricas, por ejemplo, o estadounidenses, terminamos siendo vasallos y creo que ahí, lo que se termina dificultando o bifurcando es la identidad de la disciplina, en este caso la psicología política, porque versión latinoamericana tiene una identidad que ya tiene más de 40 años, con una construcción bastante sólida respecto de los espacios-temáticas que va ocupando y de los cuales se interesa.

Y esto no implica que nosotros queramos estar fuera del sistema. Para nada. Nosotros, en todo caso, utilizamos al sistema para divulgar la riqueza intelectual Latinoamericana. Tampoco hemos llegado a constituirnos como publicaciones predatorias, que también necesitan un respaldo comercial que no nos interesa.

Esto que vengo refiriendo habla un poco del contexto político que excede el campo geopolítico de la región y ya se plantea en un campo internacional. Estamos hablando de reproducir conocimientos que puedan construir y ayudar a modificar la realidad en la que, a diario, nos vemos avasallados y muchas veces terminamos legitimando el orden opresivo en el cual Latinoamérica está desde su nacimiento.

Nuestra revista nació en *internet* e *internet* permite que uno logre pasar ciertas censuras. Por ejemplo, la censura que puede existir en un momento determinado es más fácil esquivarla si uno está en *internet*. Era mucho más complejo publicar en papel cuando habían dictaduras militares o gobiernos neoliberales en la región, por el costo económico y la distribución. *Internet* se ha convertido en una suerte de árbol de la sabiduría, en la cual ingresa mucho contenido y producción y uno puede ubicarse allí.

Por último, para contarles: cuando nació nuestra revista, buscábamos el hecho de socializar el conocimiento. No sé si lo hemos logrado. No tenemos ninguna forma de cuantificar esa socialización. Lo que no quiere decir que no sigamos intentándolo. Si sabemos y creemos que hemos ocupado un espacio respondiendo a criterios ideológicos como ser el de buscar la socialización del conocimiento, y el establecimiento de una construcción propia, con una identidad definida, que representa la episteme de una disciplina atravesada por una cosmovisión y una cosmogonía particular del mundo.

Por otro lado, muchas veces la censura a una publicación viene no directamente por una censura política o ideología, sino por cuestiones económicas de financiamiento. Por ejemplo, en el año 2001, en Argentina, hubo una crisis en donde el 50% de la población ingresó en la pobreza, como consecuencia de un modelo neoliberal implementado por un presidente que se llamó Carlos Menem (fue contemporáneo con Fernando Collor de Mello). La crisis fue sin precedentes y fue tan delicada que en una semana tuvimos cinco presidentes. La crisis, por supuesto que llegó a las universidades.

En el equipo que yo vengo trabajando hace muchos años, el profesor Ángel Rodríguez Kauth, venía haciendo -hacia unos 15 años- la revista *Idea*, que era en formato de papel. Esa revista había logrado un espacio editorial bastante interesante en Latinoamérica, pero como no había dinero, se empezó a distanciar la publicación de números y en el año 2003, Rodríguez Kauth dijo que no la iba a hacer más por falta de fondos. Curiosamente, cuando murió la revista *Idea*, nació la *Revista Electrónica de Psicología Política*.

En el año 2003, casi no había publicaciones científicas en la *web*, porque era poco prestigioso hacerlo. Empezaron muy de a poco algunas revistas y universidades. La universidad de México, UNAM, en el año 2002, en formato digital sacó la *Revista Digital Universitaria*. Muy poco leída en esa época y actualmente tiene más de 120.000 lectores mensuales.

Los costos de una publicación digital son menores que el hacerlo en papel. Es curioso, porque cuando en 2003 empezamos a realizar la revista, yo imprimía cada número y lo guardaba en papel y tengo un montón de revistas, hasta que un día me di cuenta que no se perdían en la *web*. Era por los miedos, prejuicios o desconocimientos que uno tenía en ese momento en que había poca confianza en la *internet*.

Para ir cerrando, y desde mi papel de editor de esta revista, les digo que lo sigo siendo porque sigue siendo la reafirmación de una cuestión ideológica. Entendemos que la revista es replicadora de conocimientos, y entendimos que, desde una universidad muy chica, una provincia chica y un país que está en el final del mundo -según la construcción geopolítica de quienes hacen los mapamundis- podíamos nosotros también ser referentes y dar un espacio de publicación a quien los buscara.

Eso es algo que produce en el caso nuestro, una situación de mucha felicidad. Cada vez que sacamos y editamos un número, somos profundamente felices porque sentimos que seguimos ocupando ese lugar.

Buen, no tengo más que decir por ahora.

Muchas gracias.

REFERENCIAS

Fernández Christlieb, P. (1987) Consideraciones Teórico-Metodológicas sobre la Psicología Política. In Maritza Montero (Coord.), *Psicología Política Latinoamericana* (pp. 75-104). Panapo.

Redacción. (2021) ¿Qué es The Lancet y por qué sus publicaciones son tan importantes para la comunidad científica y médica? El Universo, Ecuador. <https://www.eluniverso.com/noticias/2021/02/03/nota/9611712/que-es-lancet-que-sus-publicaciones-son-tan-importantes-comunidad/>

Wikipedia (2021, 27 de febrero) *The Lancet*. https://es.wikipedia.org/wiki/The_Lancet

OPERAÇÕES DE INSURGÊNCIA EM CENAS DISSENSUAIS A PARTIR DO PENSAMENTO DE JACQUES RANCIÈRE¹

Ângela Cristina Salgueiro Marques

INTRODUÇÃO

Ao comentar o trabalho do artista chileno Alfredo Jaar sobre o genocídio de Ruanda em 1994, Jacques Rancière (2010) procura evidenciar como as imagens produzidas por esse artista desafiam e desorganizam o regime ordinário de conexão entre o verbal e o visual presente no relato jornalístico. A instalação *“The eyes of Gutete Emerita”*, organizada em torno de uma fotografia dos olhos de uma mulher que sobreviveu ao genocídio, revela, segundo Rancière, a habilidade de Jaar em montar de um dispositivo de visibilidade capaz de fraturar o enquadramento de “vítima” e produzir um intervalo na dimensão do visível e do sensível que lhe confere outra possibilidade de ser apreendida, outra legibilidade e inteligibilidade. No caso da exposição de Jaar, é como se o artista redefinisse a ordem do sensível habitual na qual costumam emergir os corpos devastados pela guerra e nos apresentasse um exercício de fabulação que contraria o encadeamento de causas e efeitos, a previsibilidade, a relação entre o que estaria previsto e o que de fato acontece. Nas palavras de Rancière (2010, p. 95), Jaar cria uma “fábula experimental do quase nada” que evidencia como a humanidade de Gutete Emerita não está dada de antemão, mas é negociada na composição intercalar entre texto e imagem, na montagem de um dispositivo que “regula o estatuto dos corpos representado e o tipo de atenção que merecem” (Rancière, 2010, p. 96). Assim, Jaar constrói uma cena na qual a imagem que nos interpela não é aquela esperada: o enquadramento é outro, a montagem deslocou o imaginário consensual sobre Ruanda, alterou sua arquitetura, seu estatuto e exige de nós uma leitura pela via de outra racionalidade.

1 Este trabalho foi realizado com apoio do CNPq e da FAPEMIG.

As imagens criadas por Alfredo Jaar são insurgentes quando nos indicam que o processo emancipatório requer a redefinição da experiência a partir de outra configuração para a relação espaço, tempo, corpo e palavra. Insurgir-se implica, para Rancière, retirar os corpos dos lugares (concretos e simbólicos) que lhes foram destinados e transformar as redes materiais, discursivas e intersubjetivas que os sustentam e amparam, modificando olhares, linguagens e vulnerabilidades. A insurgência manifesta-se no gesto estético e político de “construir outras realidades, outras formas de senso comum, ou seja, outros dispositivos espaçotemporais, outras comunidades de palavras e coisas, formas e significados” (Rancière, 2012, p. 99). Assim Rancière enfatiza que emancipar-se é poder engendrar uma outra temporalidade, diferente daquela que encadeia e faz valer o que estava previsto.

O corpo emancipado aparece em cena desvinculando-se de uma dimensão produtiva: ele pode abandonar-se ao devaneio, à invenção e ao gesto que altera a condição da existência possível.

O conceito de cena de dissenso é um dos eixos estruturantes do pensamento e do método de pesquisa e de escritura de Jacques Rancière. Ele costuma definir a cena, de modo geral, como a construção de “uma forma de racionalidade não hierárquica que não procura explicar um fato, um acontecimento, uma vez que a inteligibilidade deriva da singularidade escolhida e das redes identificadas em torno dela” (Rancière, 2020, p. 839). Tal definição da cena deriva da importância que Rancière confere à tentativa de evitar representar ou explicar o mundo e os fatos de maneira causal, obedecendo a uma linearidade consensual que busca apenas classificar, nomear, organizar, reforçar ordens e normas assimétricas. A representação, segundo Rancière, explica o mundo e evita o trabalho crítico do sujeito que se interessa em conectar singularidades, articulando-as em atrito e em mosaico. É como se uma cena singular pudesse se transformar em “um aparelho através do qual podemos olhar outras cenas e ter uma percepção, um entendimento diferente de outras singularidades, lançando luz ao redor” (Rancière, 2020, p. 840).

Ao explicar como a cena de dissenso pode se originar, Rancière (2019b) lança mão de um exemplo presente em sua obra desde a década de 1980. Quando investigava os arquivos da imprensa operária de meados do século XIX, na França, Rancière (1985) se deparou com os escritos de Louis Gabriel Gauny, o “marceneiro poeta”, ou ainda, o “filósofo plebeu”, aproveitando-os para redigir *A noite dos proletários* (1988). A partir desses documentos, ele produziu a seguinte descrição literária de um dia de trabalho do “filósofo plebeu” como taqueador em uma casa em construção:

Acreditando estar em casa, enquanto não acaba o cômodo onde coloca os tacos, ele aprecia sua disposição; se a janela dá para um jardim ou domina um horizonte pitoresco, por um momento deixa de movimentar os braços e plana mentalmente na espaçosa perspectiva para apreciar, melhor do que os proprietários, as casas vizinhas. (Rancière, 1988, p. 86)

Neste trecho, Rancière pretende evidenciar que uma das maneiras de abordarmos a emancipação dos operários é entender que o tempo configura formas de vida: utilizar o tempo livre para olhar pela janela “como se” fosse o proprietário da casa em obras é um gesto que perturba a ordem consensual e hierárquica que separa os que trabalham com as mãos e os que observam. A prática do “como se” promove uma espiral de temporalidades desviantes, capazes de “transformar a sucessão de horas nas quais nada jamais deve acontecer em um tempo marcado por uma multitude de acontecimentos” (Rancière, 2018c, p. 34).

A cena de dissenso elaborada nesse exercício fabulativo promove, assim, outras possibilidades de arranjos e articulações entre temporalidades e espacialidades de modo a alterar a dinâmica do aparecer dos sujeitos e dos acontecimentos, reorganizando o escopo do legível, do audível e do inteligível e retirando-o de uma ordem hierárquica. Quando o marceneiro Gauny olha pela janela, Rancière comenta, ele consegue reconquistar o tempo que inicialmente não lhe pertencia, transformando uma sucessão contínua das horas em um encontro de múltiplas temporalidades e gestos:

Na narrativa de Gauny, a jornada de trabalho é um tempo no qual, a cada hora, acontece alguma coisa: um gesto diferente da mão, um olhar que desvia e faz derivar o pensamento, um pensamento que ocorre inesperadamente e que altera o ritmo do corpo, um jogo de afetos que faz com que a servidão sentida ou a liberdade experimentada se traduzam em gestos de intensidades diversas e em encadeamentos contraditórios de pensamentos. Assim se produz toda uma série de intervalos possíveis com o tempo normal da reprodução do ser-operário. E esses intervalos deixam-se reunir em um encadeamento temporal desviante. (Rancière, 2018c, p. 34)

Na passagem acima é importante notar o modo como Rancière aproxima as noções de cena intervalar, fabulação e coexistência de temporalidades heterogêneas, assinalando o modo como a construção do operário como sujeito político requer a transgressão de um limite simbólico que organiza e divide o tempo cotidiano, impedindo que o desmedido momento do devaneio e do sonho desestabilizem a partilha consensual do sensível.

A subjetivação passa por esse olhar pela janela na qual o trabalhador toma posse de um espaço que, certamente, não pertence a ele. O ponto fundamental não é a relação entre soberania e assujeitamento, mas a possibilidade de reconstruir um universo vivido, de perceber, falar ou agir de outra maneira que dentro das formas de experiência que nos são atribuídas. (Rancière, 2020, p. 835)

O exercício de fabulação contraria o encadeamento de causas e efeitos, a previsibilidade, a relação entre o que estaria previsto e o que de fato acontece, criando uma narrativa

experimental e dissensual desdobrada pela cena polêmica e seus arranjos temporais destabilizantes (Rancière, 2018c, 2019a). Os intervalos que tornam intermitente o tempo do trabalho e que evidenciam sua interrupção para o aparecimento de cenas propícias ao devaneio fabulador promovem, assim, um processo de subjetivação e resistência.

Este capítulo pretende apresentar alguns elementos do pensamento de Rancière acerca da elaboração de cenas de dissenso, acentuando sua potência fabulativa e seu trabalho disruptivo e insurgente a partir da relação que ele estabelece entre temporalidades políticas e precárias, ficção, imagens e momento qualquer. Nosso intuito é revelar como a cena de dissenso, tomada como singularidade e como operação a partir da qual se pode produzir momentos de *rêverie* (devaneio fabulador) altera o modo como lemos, vemos e ouvimos o outro e o mundo a nosso redor.

O DESMEDIDO MOMENTO E A FABULAÇÃO DAS TEMPORALIDADES COEXISTENTES

A relação que podemos estabelecer entre o momento qualquer que articula cenas de dissenso e a reflexão de Walter Benjamin acerca do conceito de História (e de sua organização temporal pela narrativa dos vencedores) aparece delineada pelo próprio Rancière (2019b) quando comenta que o momento qualquer é o tempo dos não vencidos. Dito de outro modo, a coexistência de temporalidades permitida pela reorganização da experiência pelo momento qualquer desfaz o dilema de termos que optar pelo “tempo dos vencedores” ou pelo “tempo dos oprimidos”. O tempo dos “não vencidos” confere destaque à capacidade de agência e à dignidade aos oprimidos, uma vez que se trata de um tempo da coexistência precária de temporalidades, da articulação de um comum que apresenta e aproxima fatos, coisas, sujeitos, palavras, situações e acontecimentos de modo a alterar a percepção e a inteligibilidade do mundo, considerando o tempo em “suas paradas, superposições, voltas, rodeios e explosões” (Rancière, 2019b, p. 85).

Construir uma cena a partir de elementos singulares não consiste em apenas reuni-los, mas envolve articulá-los a partir de uma racionalidade que produzirá inteligibilidade a partir do distanciamento com relação a um tipo de ficcionalidade causal, na qual as coisas acontecem “como consequências umas das outras, segundo um encadeamento necessário ou verossímil” (Rancière, 2021, p. 9). A racionalidade causal se organiza por meio de um esquema que “conduz os indivíduos, à sua revelia, entre dois pares de contrários: da felicidade à infelicidade, do esperado ao inesperado, da ignorância ao saber” (Rancière, 2021, p. 9).

Mas a ficção fabuladora não segue a temporalidade da produção: ela valoriza o tempo da coexistência, “fazendo de cada momento o teatro de uma multidão de microacontecimentos sensíveis partilhados por todos” e que compõem uma “série de intervalos positivos no tempo normal que ordena um *continuum* supostamente

homogêneo” (Rancière, 2018c, p. 34). O encadeamento temporal desviante promovido pela racionalidade ficcional intervalar altera também a forma como a existência de pessoas quaisquer é apreendida e avaliada.

Os não vencidos são povos que se configuram quando o arranjo consensual e aparentemente “natural” das temporalidades é desorganizado por uma operação ficcional a partir da qual “se produzem toda uma série de intervalos possíveis com o tempo normal da reprodução do ser-operário. E esses intervalos deixam-se reunir em um encadeamento temporal desviante” (Rancière, 2018c, p. 34). O tempo dos não vencidos requer a coexistência e a articulação de tempos, espaços e dos sujeitos que os habitam e aí definem suas capacidades e interferências no comum. É um tempo “arrancado” do tempo da mercantilização e da dominação. O trabalho da cena é justamente produzir esse esforço de extrair à força, de arrancar o tempo dos não vencidos da linearidade consensual e contínua que dita o ritmo narrativo da história contada pelos vencedores (Rancière, 2019b).

Em um texto famoso, Walter Benjamin fala desses momentos que explodem o tempo contínuo – o tempo dos vencedores – e encontra o símbolo dessa insurgência parisiense de 1830 quando os operários atiram nos relógios para parar o tempo. Mais do que uma implosão do tempo dominante, essas insurgências produzem a abertura de um outro tempo, um outro tempo comum nascido das brechas operadas dentro do primeiro: não é um tempo do sonho, que nos faria esquecer do tempo sofrido ou projetaria um paraíso em devir. Mas é um tempo que se desdobra outramente, que confere um peso diferente a esse instante desviante, ligando-o a outros instantes, permitindo outros acessos ao passado, construindo outra memória e criando, por isso mesmo, outros futuros. O marceneiro que reinventa sua jornada de trabalho e os insurgentes que interrompem as agendas do poder e as rotinas da exploração opõem a fragmentação que os mantém indefinidamente à distância de seu próprio tempo, à fragmentação que lhes devolve a capacidade de produzir e conduzir um novo possível. (Rancière, 2018c, pp. 36-37)

O tempo dos vencidos não apaga o tempo dos vencedores, mas o corrói por dentro, abre flancos através dos quais se torna possível a figuração e o aparecimento de povos vulneráveis e de tempos precários nas imagens. O tempo intervalar que conecta várias temporalidades produz também imagens dialéticas, oferece outras possibilidades para evidenciar a dignidade, a humanidade e as formas de vida dos povos. O devaneio fabulador de Gauny é uma imagem emblemática de como Rancière e Benjamin empreendem uma abordagem crítica do tempo como categoria política capaz de “alterar o estatuto do visível, da maneira como olhamos as coisas e de como nos movemos entre elas” (Rancière, 2019a, p. 51)2.

2 Esta obra conta com tradução ao português:
Rancière, Jacques (2021). *O trabalho das imagens*. Chão da Feira.

A aproximação entre Rancière e Benjamin também se expressa no método através do qual cada um trabalha a montagem, a articulação constelar de elementos singulares que, quando aproximados, produzem um choque, uma explosão, uma interrupção no fluxo contínuo da organização causal das temporalidades. A imagem benjaminiana é justamente o resultado dessa montagem: “imagem é aquilo onde, à maneira de um relâmpago, o acontecido se une ao agora numa *constelação*” (Benjamin, 2018, p. 345). Cenas de dissenso são mônadas que se comunicam com outras dentro de uma complexa e movente constelação que retece e redispõe o comum e as comunidades políticas que nele emergem.

Quando o pensamento pára, bruscamente, numa configuração [*Konstellation*] saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. (Benjamin, 1985, p. 231)

O que é importante é conseguir isolar todo um sistema de descrição, de inteligibilidade à fixá-lo sob a forma de cenas e, ao mesmo tempo, de permitir que essa espécie de acontecimentos isolados ou de mônadas possa se comunicar com outras mônadas segundo diferentes relações que são sempre “entre-expressão” e jamais consecução de uma cronologia lógica ou de influência. (Rancière, 2018b, p. 122)

A montagem da cena, conforme mencionado, se inicia com o trabalho de uma razão sensível que escolhe uma singularidade a partir da qual serão traçadas todas as linhas (ou constelações) que potencialmente definem um acontecimento. “Trata-se de colocar em relação o que aparece como sem relação, ou de mostrar uma capacidade que parece não mais existir” (Rancière, 2018b, p. 14)³. A cena aproxima e articula uma multiplicidade “de narrativas sérias ou fantasiosas, de documentos históricos, de coleções de objetos testemunhas ou mitos perdidos na noite dos tempos” (Rancière, 2017, p. 132)⁴. A definição da cena, no livro *Aisthesis*, novamente aproxima Benjamin e Rancière, quando ressalta que a rede constituída em torno de um evento ou objeto singular “inscreve-os em uma constelação movente na qual se formam os modos de percepção, afetos e formas de interpretação que definem um paradigma da arte” (Rancière, 2013a, p. 11). A cena modifica o que poderia ser visto, pensado e entendido ao acolher o impensável, ao elaborar um microcosmos

3 Esta obra conta com tradução ao português:
Rancière, Jacques (2021). *O método da cena*. Quixote + Do.

4 Esta obra conta com tradução ao português:
Rancière, Jacques (2021). *As margens da ficção*. Ed. 34.

no qual temporalidades, espacialidades e corporeidades performam novos desenhos e novas tramas para as formas de vida:

A cena não é uma ilustração de uma ideia. É uma pequena máquina ótica que nos mostra o pensamento ocupado em tecer juntos percepções, afetos, nomes e ideias, constituindo a comunidade sensível que torna essa urdidura pensável. A cena capta conceitos em operação, em sua relação com os novos objetos que buscam apropriar, velhos objetos que tentam reconsiderar e os padrões que constroem ou transformam para este fim. (Rancière, 2013a, p. 11)

A temporalidade fabuladora que articula a cena de dissenso faz a conexão entre os diversos elementos da constelação alterando o modo como o tempo trabalha: trata-se, como mostra Rancière, de partir de um ponto singular qualquer, em um momento qualquer e estender conexões e articulações em direções imprevistas, inventando, a cada passo, outras relações. A potência do momento que engendra um outro encadeamento temporal não está apenas nas grandes manifestações revolucionárias, mas sobretudo nas insurgências cotidianas, pois nelas também as articulações entre acontecimentos rompem com a causalidade consensual da simples sucessão de coisas. Assim, a ficção envolvida na criação da cena de dissenso e no aparecimento dos povos não vencidos nos oferece

uma outra maneira de pensar o tempo a partir da singularidade de momentos nos quais a distribuição hierárquica das temporalidades e das formas de vida é suspensa, interrompida ou desviada na experiência individual de um dia de trabalho, no romance que traz momentos de inatividade, ou nos ajuntamentos de multidões que interrompem o curso normal das coisas. (Rancière, 2018c, p. 47)

A ficção atua, de acordo com Rancière (2013c)⁵, na suspensão da ordem corriqueira do tempo, da maneira habitual de ocupar um espaço, da forma de identificar-se como indivíduo e de inscrever-se nas relações. O “ponto sem limites”, o “desmedido momento” (incapturável por fórmulas narrativas e discursivas), o “momento qualquer”, “não é o tempo da razão reencontrada nem o do desastre esperado.”⁶ ...

5 Esta obra foi traduzida ao português:

Rancière, Jacques (2017). *O fio Perdido: ensaios sobre a ficção moderna*. Martins Fontes.

6 Rancière (2017) estabelece uma diferença entre o momento qualquer e o desmedido momento, embora os mantenha entrelaçados para elaborar um arranjo temporal anti-hierárquico. Enquanto o momento qualquer marca a interrupção do modo dominante que orienta o processo de produção de sentido, abrindo uma borda para o devaneio; o desmedido momento é descrito como o vetor de produção da fabulação que conduz a passagem do esperado ao inesperado. O desmedido momento orienta o salto e o desvio feitos no intervalo aberto pelo momento qualquer.

É o tempo em que o interesse recai sobre a própria expectativa” (2013b, p. 96): “o tempo de uma vida que se inventa como diferente daquela a que ela estava destinada” (Rancière, 2021, p. 19). O momento qualquer, como mencionamos, produz ondas de temporalidade que se interpenetram, sem que uma destrua a outra, produzindo uma forma de coexistência que conecta sem subordinar ou aniquilar: “um vínculo igualitário que conserva as temporalidades umas ao lado das outras em seu direito igual à existência, mas também enriquecendo-as infinitamente por meio de traduções, reflexos e ecos” (Rancière, 2017, p. 141).

Sob esse aspecto, o devaneio de Gauny define a instauração de uma cena na qual aquilo que antes não existia alcança inteligibilidade e escuta, e é por isso que “a emancipação é primeiramente uma reconquista do tempo, outra maneira de habitá-lo” (Rancière, 2018c, p. 33). Assim, o taqueador aparece em uma cena e é nela figurado a partir da alteração de um imaginário que define sua forma de vida. A imagem de Gauny à janela nos revela a dimensão política do momento qualquer e de sua capacidade para configurar uma cena de dissenso relacionada com a capacidade que as imagens possuem de atuar sobre a forma de reconhecimento da dignidade dos sujeitos. O brilho fulgurante do momento qualquer, do desmedido momento, se aproxima do relâmpago benjaminiano, cujo clarão fugaz une passado, presente e futuro na imagem dialética. Contudo, um momento qualquer faz reverberar no presente uma profusão de recortes temporais do próprio presente. O momento qualquer compõe a cena quando trabalhado por meio de uma escritura na qual o autor (pesquisador, filósofo, artista) toma uma posição. Para Rancière, articular as cartas de Gauny a outros documentos, deu origem a uma montagem na qual bailam várias vozes:

Isso produziu um tipo de relato e de escritura: em vez de enraizar as palavras dos operários em uma experiência coletiva ou de traduzi-las em um sentido que lhes seria próprio, enfatizei as circunstâncias mesmas de sua enunciação, na maneira como se apropriavam das palavras que não haviam sido feitas para eles, no estilo e na tonalidade de seus discursos. Tentei criar ressonâncias com palavras que vinham de outros lugares – da religião, da poesia, da retórica – com palavras mais antigas ou mais modernas. Tentei de algum modo registrar, do meu jeito, o tipo de mundo comum que construía. (Rancière, 2017, pp. 101-102)

Esse excesso de temporalidades habilmente montadas em redemoinho é o dispositivo que vai desorganizar o “grande *continuum* feito da conjunção de momentos que são, ao mesmo tempo, o ponto por onde passa a reprodução da hierarquia dos tempos e o ponto de um hiato, de uma ruptura” (Rancière, 2018c, p. 35). De acordo com Rancière (2019a), o modo como a ficção atua na produção de figuras, resistências e questionamentos implica em uma forma de compor as

imagens (entrelaçadas com discursos, textos e palavras) que perturba a maneira como usualmente as representações tendem a apresentar, ao mesmo tempo, os conflitos e suas soluções pacificadas.

A FABULAÇÃO FICCIONAL E O DEVANEIO COMO FORÇAS EMANCIPATÓRIAS

No livro *As bordas da ficção* (2017), Rancièrre escolhe algumas obras literárias modernas para comentar cenas específicas nas quais destaca-se o que ele chama de uma “potência da inclusão de qualquer um e também de qualquer acontecimento”. Momentos ínfimos do cotidiano, a fugacidade e a poesia de intervalos de tempo antes não capturáveis pela trama da narrativa agora conseguem não só reconfigurar a estrutura do roteiro de ações, mas também conferir dignidade a todos que compõem essas cenas.

Rancièrre afirma que a ficção moderna “suprimiu a peripécia, a forma de passagem do tempo que anseia por um fim, encadeando causas em direção a um desdobramento linear” (2017, p. 131). Em vez da peripécia, o que se destaca na narrativa ficcional moderna é o “momento qualquer”, “que pode se produzir a qualquer instante, para toda circunstância insignificante; mas que é também um momento sempre decisivo, o momento de sacudida que se conserva entre o nada e o tudo” (2017, p. 154). Essa noção tem origem em uma expressão que Erich Auerbach utilizou em seu livro *Mimesis* para caracterizar a ficção de Virginia Woolf, indicando “o momento que não constrói e nem destrói mais nada, que não se estende em direção a um fim, mas se dilata ao infinito, incluindo virtualmente outros tempos e lugares” (Rancièrre, 2017, p. 131). O desmedido momento nos permite perceber a temporalidade espiralar trabalhando as bordas, as margens nas quais algo “oscila entre a existência e a inexistência” (Rancièrre, 2021, p. 19).

As bordas da ficção são as beiradas e as veredas nas quais o mundo da narrativa ficcional acolhe o aparecer das vidas “que até então não contavam: as vidas obscuras, normalmente dedicadas apenas à reprodução dos trabalhos e dos dias” (Rancièrre, 2021, p. 14). As bordas entre o nada e o acontecimento aparecem, segundo Rancièrre (2017, 2021), nas histórias de Guimarães Rosa como histórias à beira do nada, movidas por uma dinâmica que “faz emergir o ‘algo acontece’ de uma situação na qual nada deveria acontecer” (2021, p. 33). Em alguma medida, Rancièrre reconhece em Guimarães Rosa seu próprio método de produzir cenas sem margens, entre o nada e o quase tudo: ele comenta que os exercícios da escrita roseana “são uma maneira de se manter em equilíbrio sobre uma ou outra margem de um rio que é, ao mesmo tempo, um rio sem margens. São o modo de ligar seu trabalho próprio com o trabalho que toda a vida é capaz de exercer para se afastar de seu curso normal” (Rancièrre, 2021, p. 49).

Quando comenta o conto “Sorôco, sua mãe e sua filha”, do livro *Primeiras estórias*, Rancière afirma que Guimarães Rosa nos apresenta duas maneiras através das quais os sujeitos se retiram da temporalidade do viver ordinário: a loucura e o momento qualquer. Sorôco espera, na plataforma da estação, o trem que deve conduzir sua mãe e sua filha ao manicômio em Barbacena. Esse trem,

deve conduzi-las sem retorno a um outro espaço sem bordas, que é ao mesmo tempo um espaço bem preservado: o asilo no qual são contidos os que perderam a cabeça. Nada deveria portanto, acontecer nesse cais a não ser o adeus àquelas que não sabem mais para onde vão. Ora, essa borda do adeus se torna a cena de conversão da loucura ordinária na loucura da ficção. (Rancière, 2021, p. 50)

Na borda do adeus, a filha de Sorôco se põe a cantar. Sua performance “transformou a partida para o asilo num salto no espaço do meio, e a multidão a seguiu indo também para além do gesto da compaixão em relação às vítimas da infelicidade. Ela [a multidão] se tornou ela mesma canção. E essa canção partilhada retém num mundo comum aquelas que não estão mais nele” (Rancière, 2021, pp. 51-52). O momento qualquer expande o espaço e tempo presente de modo a fazer caber neles os possíveis ainda não registrados pela ordem policial controladora. A maneira como os fragmentos de tempo se entrelaçam é desmedido e inclusivo: eles não só coexistem, mas também se expandem como ondas sonoras, sem jamais destruírem umas às outras.

O momento qualquer é o elemento de um tempo duplamente inclusivo: um tempo da coexistência no qual os momentos penetram uns nos outros e persistem ao se expandirem em círculos mais e mais largos: um tempo partilhado que não conhece mais a hierarquia entre aqueles que o ocupam. (Rancière, 2017, p. 153)

Há um processo fabulador que se faz presente na produção do momento qualquer. O devaneio (*rêverie*) torna possível um jogo imaginativo que ativa o exercício do “como se”: o sonho que transborda os limites dos lugares, tempos e nomes impostos aos sujeitos é justamente o que torna defeituosa a “máquina de explicação das coisas” e permite a desmontagem do olhar. Assim, a desierarquização desencadeada pelo processo fabulativo deriva, segundo Rancière, de um trabalho ficcional dissensual que nos revela a existência de várias maneiras de construir a realidade e a temporalidade. “É um trabalho que não pode jamais ser feito globalmente, que se produz justamente na criação, em tal ou tal momento preciso, de cenas políticas e de cenas ficcionais que contrariam os ditames da necessidade” (2019a, p. 58).

É pela via do momento qualquer que o “qualquer um” passa a ser figurado (e não apenas representado), passa a aparecer e ser visto e escutado como antes não poderia ter sido. É pelo devaneio fabulador que integra a estrutura do momento qualquer que ocorre a “a entrada dos indivíduos quaisquer no tempo vazio que se dilata em um mundo de sensações e paixões desconhecidas” (Rancière, 2017, p.151). Na fabulação, não só os tempos coexistem de maneira desierarquizada, mas também os sujeitos e suas formas de vida:

Na ficção se descobre um modo de ser inédito do tempo: um tecido temporal cujos ritmos não são mais definidos por objetivos projetados, ações que buscam conquistá-los e obstáculos que retardam; mas por corpos que se deslocam ao ritmo das horas, mãos que apagam o embaçamento dos vidros para olhar a chuva que cai, cabeças que se apoiam, braços que caem, rostos desconhecidos ou conhecidos que aparecem atrás das janelas, passos sonoros ou furtivos, um ar de música que passa, minutos que deslizam uns sobre os outros e se fundem em uma emoção sem nome. (Rancière, 2017, p. 151)

O imaginário instaurado pela fabulação, seja ela expressa pela arte, pelo cinema, pelo texto literário, evidencia um intervalo no seio de “um *continuum* temporal supostamente homogêneo” (Rancière, 2018c, p. 35), permitindo que momentos quaisquer emergjam a partir de limiares que desafiam o olhar e promovam a oscilação entre a reprodução do mesmo e a possível emergência do novo. Afinal, o trabalho da cena é “criar uma lacuna, uma vereda no presente, para intensificar a experiência de outro modo de ser” (Rancière, 2017, p. 32). Rancière afirma que a cena de dissenso é uma borda, ela se localiza sobre a linha de partilha entre o institucional e o experiencial para subverter essa divisão.

Uma cena pode se desdobrar a partir de um olhar pela janela, um encontro marcado entre duas pessoas, a narrativa de um domingo no campo, etc., pois essas singularidades testemunham, ao mesmo tempo, a realidade material de uma separação das formas da experiência e o esforço para transgredi-la, para entrar em um outro modo de tecer o comum, reconfigurando um universo sensível. A cena é o operador que permite compreender um mundo a partir do conflito que se desenha sobre a borda que separa o que está dentro e o que está fora, o que existe e o que não existe, o que faz sentido e o que não tem sentido algum. (Rancière, 2020, p. 840)

A cena, como vimos, opera através de uma temporalidade que é articulada pelo trabalho ficcional, argumenta Rancière (2018c). Contudo, a ficção não é a invenção de seres imaginários: enquanto estrutura de racionalidade, a ficção configura quadros a partir dos quais sujeitos, coisas, situações e palavras são percebidas, identificadas e ligadas uns aos outros, produzindo um sentido de realidade. Assim, a ficção é uma das

forças produtoras da cena, operando na desestabilização das relações de dominação e propondo outras formas de enfrentar a realidade e transformá-la através de uma redistribuição do tempo. Afinal, segundo Rancière, a ficção que produz emancipação é aquela que se liberta da organização causal e linear da narrativa, para produzir espirais de tempo que, em sua verticalidade, fraturam as divisões assimétricas entre aqueles que não têm tempo e aqueles que o têm.

A prática da montagem articuladora promove uma espiral de temporalidades capaz de nos fazer “repensar a maneira por meio da qual contamos e narramos o tempo no qual a eficácia de nossas ações é mensurada” (Rancière, 2018b, p. 47). Tal produção de aproximações e constelações resulta em uma cena na qual figura aquilo que antes não existia alcança inteligibilidade e escuta, e é por isso que “a emancipação é primeiramente uma reconquista do tempo, uma outra maneira de habitá-lo” (Rancière, 2018c, p. 33). Redispor o tempo e as formas de habitá-lo é uma ação poderosa que redefine experiências e coloca em marcha um tipo de emancipação que Rancière nomeia como derivada do “poder do momento que cria um encadeamento temporal desviante” (2018c, p. 36).

O MOMENTO QUALQUER E O APARECER DOS SUJEITOS POLÍTICOS NA CENA

Ao comentar os quadros em que o pintor espanhol Bartolomé Esteban Murillo retrata pequenos mendigos na rua comendo, brincando, descansando, Rancière (2013a) ressalta como os corpos que aparecem nas telas se desvinculam de uma dimensão produtiva: as crianças brincam ou nada fazem, encarnando o papel de pequenos deuses da rua em Sevilha. A vida dos “infames” aparece nas imagens, revelando momentos de repouso ou sonho nos quais o corpo reencontra gestos, movimentos, temporalidades lentas, rarefeitas, fabuladoras. Os corpos dos pequenos mendigos não são “funcionais”, eles são feitos de várias corporeidades em tensão e não de uma polarização entre um corpo ativo e um corpo passivo.

As imagens de Murillo expressam o confronto de duas ordens de aparição: uma em que os sujeitos são percebidos como dignos, como interlocutores e participantes do comum; e outra em que são indignos, incapazes de tecer o comum. Os jovens mendigos podem vivenciar uma ampla variedade de experiências: seus corpos encarnam devaneios e devires que não se confundem com a desocupação do ócio, mas expressam o questionamento da hierarquia das ocupações (por exemplo, um patrão age, ordena, se locomove livremente pela cidade; mas um trabalhador obedece, fabrica, sobrevive e tem seus acessos restritos à cidade). Poder tudo e nada fazer mostra uma escolha (como aquela do escrivão *Bartleby*), uma opção pelo desmedido momento do devaneio, que subtrai os corpos à virtude da história e do exemplo. Os quadros de Murillo desafiam a imposição de “uma única forma de representar

e tornar legível a introdução de momentos desmedidos na distribuição dos corpos falantes” (Rancière, 1995, p. 33).

a felicidade de nada fazer, o efeito de suspensão do momento em que se experimenta o único sentimento da existência ‘sem interrupção’, sem sofrimento pelas provações do passado, sem preocupação com os cálculos do futuro. ... absorvido pela multiplicidade de acontecimentos ínfimos que são capazes de cavar, no centro da mais modesta das vidas, abismos no fundo dos quais se perde todo encadeamento inteligível de causas e efeitos, toda narração ordenada da evolução dos indivíduos e das sociedades. (Rancière, 2013a, p. 73)

O devaneio permite a fratura dos tempos produtivos e a emergência da temporalidade do cotidiano, composta “por uma multiplicidade de eventos sensoriais microscópicos todos iguais em importância, e que ligam a vida de cada indivíduo à grande vida anônima, que não conhece hierarquia” (Rancière, 2018b, p. 119). O aparecer dos pequenos “reis da rua” enfatiza como a aparição é, antes de tudo, uma ruptura com a previsibilidade, criando uma narrativa experimental e dissidente (Rancière, 2018b, 2019a). Ela envolve uma outra maneira de pensar e realizar uma distribuição e organização dos corpos e das capacidades, questionando as posições já assinaladas e distribuídas. Rancière (2009) argumenta que o aparecer permite ao sujeito a redistribuição da percepção de seu mundo, de seu corpo, de suas linguagens, produzindo experiências políticas dissensuais ligadas a modos de interpretação excessivos e que conferem outra inteligibilidade à sua presença no mundo.

Segundo Rancière (2018a, p. 25), é central que a cena de dissenso seja produzida a partir do gesto de montagem entre diferentes elementos e que essa montagem evidencie “o hiato entre duas *mise en scènes* sensíveis e diferentes, para mostrar a presença de sujeitos coletivos, plurais e antagônicos quanto ao sentido dessa presença”.

A presença de corpos e enunciações antagônicas na cena é algo vital para Rancière, pois revela “a cena enquanto junção, enquanto a operação de colocar juntos os corpos, olhares, palavras, gestos e significações” (2018a, p. 29). Assim, é importante que a cena também seja um “espaço” no qual o aparecer seja associado a uma tomada de palavra, à emergência de corporeidades que não se encaixam na ordem esperada, à construção de uma realidade a partir da sedimentação dos elementos que permitem a criação de outro imaginário possível.

A cena original da política é aquela em que aqueles que não são compreendidos, aqueles que não são “vistos” falando, fazem como se falassem e provam que eles, de fato, falam e que, nesse sentido, o que sai de suas bocas não é um gemido, mas sim a exposição de uma demanda por justiça. (Rancière, 2019b, p. 84)

O “aparecer” sobre a cena é concomitante ao próprio processo de sua montagem, uma vez que o sujeito não é a origem de um processo de insurgência, mas seu resultado. É por isso que ele se interessa pelo aparecimento como dinâmica que aciona “formas de subjetivação que produzem modificações efetivas em um campo de experiência, possibilitando a construção de um mundo alternativo em relação àquele no qual as posições já se encontram distribuídas” (Rancière, 2020, p. 833). A subjetivação não se confunde com uma revolta contra uma sujeição ou assujeitamento, mas abrange, por exemplo, o ato de “tomar posse de um espaço que é sinalizado como não pertencente a um dado sujeito” (Rancière, 2020, p. 835).

Aparecer é participar da criação de “uma cena na qual as coisas são visíveis, mas visíveis de uma certa forma, pois ocorre uma reorganização do campo do visível, desafiando a ordem hierárquica” (Rancière, 2019a, p. 46). Sob esse viés, o aparecer é uma experiência estética de ruptura com uma ordem prefigurada que programa nosso *sensorium* para atender de modo consensual a esses apelos. Assim, a cena de dissenso altera os regimes de visibilidade e inteligibilidade que mediam nossas interações com a alteridade. Esse gesto é insurgente porque desafia a hierarquia que atrela o olhar e a escuta a dispositivos de controle e previsibilidade.

Penso que a questão da cena é também ligada muito fortemente à questão da aparência, ao fato de que a aparência não é o contrário da realidade, mas a cena da manifestação. A teatralidade é a construção de um outro universo de aparências: o fato de fazer aparecer o que não aparecia, ou de fazer aparecer de forma diferente o que aparecia sob um certo modo de visibilidade e inteligibilidade. (Rancière, 2018b, p. 17)

A dramaturgia da cena de dissenso está intrinsecamente ligada ao reposicionamento dos corpos, ao deslocamento das imagens, às sacudidas e tremores necessários para produzir deslocamentos, rachaduras e fissuras nos modos naturalizados de apreensão e explicação dos eventos. “A cena é uma forma de interromper a máquina da explicação das coisas” (2018b, p. 17), afirma Rancière, mas a questão que se apresenta diante de nós agora é “qual tipo de operação vai mudar essa distribuição do visível e do pensável?” (2019a, p. 50). Quais subjetivações são possíveis na cena de dissenso?

Rancière reitera que a cena é o espaço de exercício de uma palavra, de exposição de vulnerabilidades e de demanda por respostas e responsabilidades. Ela é a situação singular e sensível na qual a presença dos corpos interrompe as histórias naturalizadas e, inversamente, as virtualidades das histórias consensuadas desestabilizam a certeza dos corpos. Ainda assim, saber falar de si, de sua luta e de sua trajetória é produzir um “aparecer” no qual se relacionam a emancipação individual e coletiva.

O que a cena revela é justamente uma transformação: não uma mudança radical, “mas há pontos singulares através dos quais podemos pensar toda uma série de mu-

danças que vão ocorrer a longo prazo” (Rancière, 2018a, p. 22). Nem sempre, contudo, um processo de subjetivação política deriva da montagem de uma cena de dissenso. É certo que essas são dinâmicas interligadas, mas a subjetivação ocorre “quando há uma demonstração de igualdade, uma forma reflexiva de manifestação igualitária” (p. 25).

O importante para mim é pensar a subjetivação sob um modo dialógico, não pensa-lá como a forma de uma emergência, uma experiência que deriva de sua própria apropriação ou formulação direta, mas uma experiência que se formula em uma espécie de diálogo ou relação entre vários tipos de formulações possíveis correspondendo a vários regimes de experiência possíveis. (Rancière, 2018a, p. 28)

A subjetivação resulta de uma “reconfiguração das coordenadas de um campo da experiência” (2018a, p. 25), o que implica que a cena de dissenso tematiza a desigualdade e o privilégio de uma palavra sobre outra, de uma linguagem sobre outra, questionando-a e revertendo o jogo das hierarquias.

AS IMAGENS E SUA PRESENÇA NA COMPOSIÇÃO DE CENAS DISSENSUAIS

Ao mencionar os filmes de Pedro Costa dedicados a mostrar a vida de imigrantes cabo-verdianos em Portugal (*Ossos; no quarto de Vanda* e *Juventude em marcha*), Rancière (2010, pp. 78-79) mostra como ele produz uma fabulação política que ressalta “a capacidade de corpos quaisquer de se apoderarem de seu destino e recuperarem sua voz”, oscilando “entre a impotência e o poder dos corpos, no confronto das vidas com aquilo que elas podem.” A fabulação desloca uma visibilidade, complexifica uma paisagem sensível e introduz uma indecisão na maneira como olhamos e apreendemos o “qualquer um” que de nós se aproxima nos intervalos liminares entre imagens. Nos filmes de Pedro Costa,

os migrantes cabo-verdianos não são nem sujeitos de um documentário, nem modelos para criar personagens ficcionais. Como atores de suas próprias vidas, eles criam um tecido sensível novo, do qual são parte constitutiva de uma história comum, no próprio trabalho de tessitura dessa história. ... É assim que a ficção cinematográfica pode construir formas, paisagens, cenas de um mundo sensível marcado por uma capacidade partilhada. (Rancière, 2019, p. 56)

Pedro Costa monta cenas nas quais predomina a coexistência de singularidades, elaborando combinações inusitadas entre materialidades, expondo a divisão e as desigualdades que fraturam o comum. Sua escritura fílmica revela como o

trabalho da imagem não se restringe à representação, mas envolve a articulação de heterogeneidades: “a cena enquanto conjunção, enquanto a operação de colocar juntos os corpos, olhares, palavras, gestos e significações” (Rancière, 2018a, p. 29). Os migrantes caboverdianos são capazes de inventar outros mundos, diferentes daqueles nos quais são forçados a habitar. Assim, seu aparecer nas imagens, mostra como a montagem pode empenhar-se na criação de intervalos que redispõem os corpos e redefinem seus gestos, sua interação com os objetos e pessoas, desestabilizando as redes conceituais e normativas que conferem inteligibilidade ao que vemos e nomeamos. A montagem da escritura fílmica opera pela “condensação, comparação, pelos deslocamentos que entrelacem diferentes textos na constituição de um objeto” (Rancière, 2019c, p. 31).

Os vários comentários aos filmes de Pedro Costa nos auxiliam a entender como a cena pode ser definida a partir da “disposição visual de um modo de racionalidade” (2018a, p. 29), pois Rancière propõe um modo de compreensão das imagens que escapa ao regime representativo e se aproxima de uma operação que vai regular a maneira como percebemos, apreendemos e validamos as formas de vida, os corpos e as enunciações. Escapar do regime representativo não significa negá-lo, mas tentar fazer com que as imagens de fato produzam um jogo de intervalos entre regimes de enunciação, temporalidades, espacialidades e sentidos ao serem articulados fora da lógica da representação, escapando a uma hierarquia e conferindo importância ao desalinho, ao desarranjo que alimentam cenas polêmicas. Ao criticar o regime representativo das imagens (que privilegia a imagem como reprodução mimética do referente), Rancière (2003⁷, 2019a) avalia como o regime estético pode favorecer a criação de intervalos fabulados pela imagem que libertam “o que estava indexado sob o registro do único real possível, apresentando a esse real ordinário e já consensual uma desierarquização e uma possibilidade outra de aparecer” (Rancière, 2019a, p. 55).

A participação das imagens na cena de dissenso pode se dar através da desmontagem de legibilidades hegemônicas e hierárquicas, expondo “as diferentes formas como uma mesma coisa pode ser percebida, o momento no qual as coisas podem vacilar, ser sacudidas” (Rancière, 2018a, p. 31). A cena é formada a partir de um momento (geralmente um momento qualquer do cotidiano) que pode redefinir e alterar “a topografia do perceptível, do pensável e do possível” (2020, p. 830).

Rancière (2018c) afirma que o grão que origina a cena é uma singularidade, um evento ou momento especial que pode nos levar a perceber conexões antes não imaginadas com outras singularidades que, em si mesmas, contém um valor específico e que não devem ser aproximadas segundo a lógica de uma explicação causal e

7 Esta obra foi traduzida ao português como:
Rancière, J. (2012). *O destino das imagens*. Contraponto.

linear, que coloca tudo em seu “devido” lugar: pessoas, modos de percepção, formas de vida e de pensamento. Uma imagem pode ser esse grão.

A reflexão de Rancière (2007⁸, 2010, 2012) sobre as imagens aposta em uma conceituação que enfatiza o modo como imagens “trabalham” no sentido de produzir arranjos e intervalos que redispõem corpos, objetos, situações e acontecimentos, de modo a desestabilizar as redes conceituais que conferem legibilidade e inteligibilidade àquilo que vemos. De acordo com Andrea Soto Calderón (2020), o trabalho das imagens tem como objetivo recompor e redefinir as paisagens e experiências que definem rearticulam o visível, as ações e as formas como as coisas e os seres aparecem, ou seja, se tornam passíveis de consideração. Segundo ela, imagens podem fazer aparecer o imprevisto, aquilo que antes não era notado, percebido, sentido, abrindo intervalos que permitem desvios, devaneios, desmesuras.

Imagens não estão prontas, mas encontram-se “em trabalho”, testando modos de desencaixes às formas enunciativas dominantes e às representações redutoras. São intervalares no sentido de que elas transitam entre nomes, entre outras imagens e entre nós mesmos: não nos posicionamos diante delas, à espera de seus efeitos, mas estamos entre elas (Rancière, 2012). A circulação das imagens e a maneira como as fazemos circular produzem constelações, definem montagens que nem sempre seguem uma ordem narrativa linear causal: a potência política das imagens reside nas relações inesperadas e não previstas que elas podem engendrar. Sob a perspectiva de Rancière (2012, 2013a, 2019a), as imagens são operações que dispõem as coisas de uma dada maneira para que outras realidades possam ser imaginadas. Como ressalta Calderón, elas são “pequenas máquinas que funcionam a partir da diferença, do dinamismo conflitivo, sem se reduzirem ao visível, para criar e abrir brechas ao que nunca foi visto” (2020, p. 35).

O trabalho da imagem é abrir planos de conexões e desconexões, aproximações e distinções, fratura e recomposições que não realizam expectativas de legibilidade, trazendo ao olhar do espectador uma indecidibilidade que o torna sensível a aspectos que antes não seriam objeto de contemplação ou consideração. “Fazer imagens” que se distanciam da representação implica interferir na trama temporal que a insere em uma cena de dissenso. Assim, Rancière argumenta que a imagem produz “um tipo de operação que vai alterar a distribuição do visível e do pensável” (2019a, p. 50).

O trabalho realizado pelas imagens seria o resultado, do entrelaçamento entre dois conceitos e suas potências reflexivas: o intervalo aberto pelo “desmedido momento” e a fabulação advinda da *rêverie* e da ficção. O intervalo e a fabulação compõem uma operação de deslocamento e interrupção da maneira através da qual o regime representativo reafirma hierarquias e desigualdades nas modalidades do “aparecer” dos sujeitos e de

8 Para este artigo, utilizamos a versão original do artigo. Contudo, ele já se encontra traduzido. Ver: Rancière, J. (2010). Trabalho sobre a imagem. *Urdimento*, 2(15), 91-105. <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573102152010091>

suas formas de vida. Uma imagem produz intervalos quando oferece “uma dimensão de fuga, uma verticalidade em relação ao desdobramento linear de uma narrativa, criando oportunidade de aproximações de temporalidades múltiplas” (Rancière, 2019a, p. 69). O que interessa a ele é capturar o instante de oscilação em que uma imagem pode, de um lado, evidenciar a relação entre causas e efeitos e, de outro, evidenciar e articular modos dissintes de imaginar um acontecimento (Calderón, 2020).

A fabulação que envolve a experiência de sujeitos quaisquer traduzida pela temporalidade ficcional pode ser encontrada em vários capítulos do livro *Aisthesis* (2013a). O capítulo intitulado “*O brilho cruel do que é*”, por exemplo, revela como o fotógrafo Walker Evans (escalado para trabalhar no programa *Farm Security Administration* entre os anos 1937 e 1946) trabalhou com o escritor James Agee para publicar o livro *Let Us Now Praise the famous men* (1941). Evans deveria fotografar fazendeiros pobres de zonas rurais dos EUA, mostrando como a ajuda financeira do programa de Roosevelt estava sendo eficaz para diminuir a pobreza das famílias afetadas pela crise econômica. Mas ele contrariou as rígidas instruções e orientações editoriais da divisão de imagens da FSA e se recusou a divulgar uma versão estereotipada e positiva do homem rural norte-americano. Rancière destaca o modo como as imagens de Evans se tornam mais potentes ao se articularem aos textos de Agee. O trabalho ficcional de Agee transformava a noite dos meeiros pobres do Alabama em uma “dramaturgia que relacionava, assim como Proust, os corpos em repouso às sensações do narrador” (2013a, p. 260) que explora os detalhes do cotidiano, das casas, dos modos de vida de sujeitos rurais. A fabulação de Agee produz inventários nos quais objetos, pessoas e paisagens se articulavam de maneira não hierárquica, não autoritária, concentrando-se no fato de que cada detalhe, coisa e pessoa era parte de uma existência concreta, digna e irrepetível. Ao tomar emprestada a linguagem da literatura (sobretudo de Marcel Proust) e ao dialogar com a linguagem fotográfica, ele aciona uma semântica igualitária.

A língua da singularidade igualitária é uma língua idiomática que retoma as palavras, que modifica seu uso, que mistura os gêneros e varia as relações entre o próprio e o figurado. Assim, podemos dizer que, fundamentalmente, o idioma igualitário é como uma linguagem emprestada. (Rancière, 2019c, p. 79)

Rancière descreve como Agee não queria falar em nome dos povos empobrecidos, e recusa qualquer hierarquia, escapando da representação banalizada da miséria rumo à figuração da riqueza sensível das vidas e de suas formas. A partir de sua escrita, ele “muda os lugares e a forma de contagem dos corpos” (Rancière, 2012, p. 95). E, ao fazer isso, interferem no “aparecer” dos corpos, questionam os atributos de uma identidade imposta suspendendo o próprio sentido da categorização social. O tra-

balho da cena e de sua montagem evidencia como a expressão da dignidade resulta do afastamento do registro da “necessidade” e da “carência”, para se aproximar do modo como a linguagem pode dar conta dos agenciamentos criados pelos sujeitos para desmontar consensos e continuar vivendo em um mundo no qual a hostilidade impera. “É uma outra dramaturgia, outro olhar sobre uma população, sobre o que ela vive. É uma questão de enquadramento, de montagem, de distribuição das figuras em um espaço e de distribuição dos acontecimentos em uma temporalidade” (Rancière, 2019a, p. 48).

Para desmontar a máquina de explicação do visível e do pensável é preciso desacelerar e deslocar o olhar, vai nos dizer Rancière (2018c). E isso pode ocorrer quando há a produção de novos enunciados a partir da ativação de um outro imaginário que desafia e interpela um imaginário hegemônico, evidenciando as incoerências, os excessos e as injustiças das representações hierarquizantes. O aparecer através das imagens envolve alterar o modo como temporalidades distintas são articuladas, reverberando na maneira como formas de vida são apreendidas e reconhecidas. Um dos gestos principais da montagem da cena de dissenso é procurar interpelar as imagens de maneira mais demorada, desconfiando da maneira como usualmente as representações tendem a apresentar, ao mesmo tempo, os conflitos e suas soluções pacificadas.

Na cena, a criação de mosaicos e constelações de imagens e textos podem nos auxiliar a desarmar o olhar e fazer trabalhar o saber imaginativo, posicionado contra o apagamento. Rancière (2012) confere papel importante à imagem na cena, pois ela é entendida como uma operação que faz trabalhar um saber que escapa ao prescritivo e ao representativo, criando outros modos de apresentação e aparição dos corpos que lhes permitam ocupar tempos e espaços que antes não poderiam, ou não lhes eram permitidos acessar. O trabalho da imagem se associa, assim, à produção de intervalos, de descontinuidades que impossibilitam uma roteirização da experiência dos sujeitos. A indeterminação, ou seja, a impossibilidade de fixar seu destino e sua significação, impede que as imagens sejam a mera expressão de uma situação ou de um acontecimento determinado. Isso envolve olhar para as imagens situando-as em uma rede, uma “intriga” de múltiplos elementos e significações.

As imagens que integram as cenas de dissenso podem desnaturalizar o que antes estava dado, tipificado e registrado sob a forma de quadros hegemônicos. O consenso é tematizado, alterado e fissurado por uma leitura da cena que não estava prevista e cujo sentido escapa ao espectador (Calderón, 2020). A política presente no gesto figurativo relaciona-se com a capacidade que as imagens possuem de mudar os lugares e a forma de reconhecimento da dignidade dos sujeitos e de suas formas de vida.

Segundo Rancière (2020), a montagem da cena envolve olhar para os elementos disponíveis sem aderir a um julgamento precipitado, permitindo a exploração dos elementos que compõem o quadro, indagando sobre os sujeitos que ali estão expostos, elencando elementos e detalhes antes de “classificar” seu conteúdo e rotular seu

enunciado. É assim que a arte, o cinema, o teatro, a fotografia e a literatura passam a ocupar lugar importante na reflexão de Rancière (2018a) acerca da desmontagem das explicações previsíveis do mundo: a invenção que a arte promove pelo deslocamento das maneiras habituais de lermos e entendermos o mundo é semente da criação de um outro imaginário, de outras chaves de leitura e compreensão ativas pela recusa da hierarquia e da desigualdades entre tempos, espaços e existências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos como Rancière define a cena como uma operação epistemológica central do método da igualdade, que expressa uma forma anti-hierárquica de aproximar e relacionar discursos, textos, imagens, regimes de sensibilidade que, a princípio, não poderiam estar juntos. O método da igualdade considera que esses elementos são totalidades singulares que, observados na rede articulada pela cena, amplificam sentidos condensados em torno de uma questão ou acontecimento. Assim, a cena é definida por Rancière como uma teia ou trama complexa que se forma em torno de uma singularidade, através de uma operação de desmontagem de legibilidades hegemônicas e assimétricas. Tal operação envolve a construção de um léxico próprio e de uma racionalidade específica, evitando explicar o acontecimento escolhido como ponto de partida para a montagem da cena. A cena funciona como uma máquina que interrompe o tempo normal da experiência, recusa a continuidade causal de organização das narrativas e reconfigura as aparências e suas formas de legibilidade. Em algumas passagens do livro *O método da cena*, ele comenta que uma cena funciona como uma pequena máquina que reconfigura os espaços e tempos destinados aos sujeitos, deixando de atender a expectativas e, assim, alterando a paisagem do pensável e do possível.

Esse trabalho de alteração e reconstrução da paisagem do pensável se apoia sobre dois movimentos: primeiro, o reconhecimento de que uma cena é um episódio singular que cria um intervalo disruptivo em uma cadeia causal de eventos e que esse episódio possui uma racionalidade imanente. Ele não deve ser associado a uma situação “de superfície” a ser explicada a partir do que estaria nos bastidores, invisível à nossa percepção e entendimento. Assim, a singularidade possui uma racionalidade própria e que se expressa por meio de um momento no qual pessoas falam e enunciam de uma maneira inesperada, fraturando o tempo normal e evidenciando a possibilidade de produzir uma trama de experiências e experimentações excessivas e não contidas na ordem consensual. E, segundo, à racionalidade imanente desse momento intervalar, soma-se a racionalidade ficcional, acionada pelo pesquisador ou pelo filósofo que vai elaborar um trabalho de desmontagem e remontagem de uma rede de vários fios que se entrelaçam em torno da singularidade escolhida. Rancière cria uma racionalidade ficcional para montar suas cenas, explicitando que

a ficção não é o contrário do real, mas um trabalho que gera combinações inusitadas e não lineares entre elementos que pertencem a registros diferentes, permitindo a coexistência de múltiplas singularidades, temporalidades e formas de vida e, assim, a elaboração de outra forma de inteligibilidade.

O papel desempenhado pela fabulação na escrita e construção da cena aparece em algumas das reflexões de Rancière acerca da imagem e da literatura, ressaltando a importância de um trabalho de criação que possibilite uma escritura comprometida com a igualdade entre os regimes de palavra e de visibilidade acionados pela elaboração da cena. Rancière (2016) afirma que possui um jeito próprio de produzir aproximações, comparações e entrelaçamentos entre blocos de linguagem e de pensamento que derivam de registros e de temporalidades heterogêneas. Como vimos, ao falar da cena operária na França dos anos 1830-1840, ele comenta que desejava amplificar a palavra dos operários ao fazer com que suas próprias palavras pudessem deslizar entre as palavras deles. Esse deslizamento impede que uma palavra se sobressaia em detrimento das demais, elaborando uma realidade que, segundo Rancière, pode produzir um mundo comum, ainda que ele esteja sempre no limiar da desapareição.

Nesse sentido, Rancière nos apresenta uma crítica à hierarquia do conhecimento. Ele nos apresenta um método que não deve nunca legitimar uma ordem consensual de explicação, que impõe uma distância entre quem conhece e quem supostamente é apontado como ignorante, que está distante do saber hegemônico. A cena funciona como método que institui formas de o autor partilhar a palavra. Para ele, é importante pensar um mundo que pode ser alterado em seus critérios de aparição. Esse é um gesto que visa interromper a máquina de explicação das coisas e que reitera as divisões entre quem detém um certo conhecimento e quem não teria acesso a ele.

Rancière desloca a relação hierárquica entre o sujeito que interpreta e o objeto a ser descoberto, convocando-nos a todos para sermos “montadores” das cenas que alteram os regimes sensíveis de contato com o mundo. Ele questiona os modos violentos de colonização do saber do outro, de outros saberes, retirando da cena a própria política e os acontecimentos históricos e intervalares que dão origem a ela. A cena possibilita o desenraizamento das palavras de um regime sensível que separa aqueles que podem e não podem ter acesso aos modos coletivos de produção de imaginários. O modo de circulação das palavras, seu regime de escrita e constante tradução e reapropriação, serve como condição de possibilidade para a existência do sujeito, independentemente de seu estatuto social, em narrativas intersectantes. O trabalho da cena é, portanto, uma ação que intervém na ordem sensível de percepção e legibilidade do mundo, que permite a elaboração de montagens, desmontagens, disposições e redistribuições, enfim, toda uma série de intervenções e reconfigurações de nossa experiência.

REFERÊNCIAS

- Benjamin, W.** (1985). *Obras escolhidas* (Sérgio Rouanet, trad.). Brasiliense.
- Benjamin, W.** (2018). *Passagens*. UFMG.
- Calderón, A. S.** (2020). *La performatividad de las imágenes*. Metales Pesados.
- Rancière, J.** (1985). *Louis-Gabriel Gauny. Le philosophe plébéin*. La Découverte-Maspero/ Université de Vincennes.
- Rancière, J.** (1988). *A Noite dos Proletários*. Companhia das Letras.
- Rancière, J.** (2003). *Le destin des images*. La Fabrique.
- Rancière, J.** (2007). Le travail de l'image. *Multitudes*, 28, 195-210.
- Rancière, J.** (2009). The method of equality: an answer to some questions. In G. Rockhill & P. Watts (Eds.), *Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics* (pp. 273-288). Duke University.
- Rancière, J.** (2010). *A partilha do sensível: estética e política*. EXO Experimental.
- Rancière, J.** (2012). *O espectador emancipado*. Martins Fontes.
- Rancière, J.** (2013a). *Aisthesis: scenes from the aesthetic regime of art*. Verso.
- Rancière, J.** (2013b). *Béla Tarr: o tempo do depois*. Orfeu Negro.
- Rancière, J.** (2013c). *Le fil perdu : essais sur la fiction moderne*. La Fabrique.
- Rancière, J.** (2017). *Les bords de la fiction*. Éditions du Seuil.
- Rancière, J.** (2018a). O desmedido momento. *Serrote*, 28, 77-97.
- Rancière, J.** (2018b). *La Méthode de la scène*. Éditions Lignes.
- Rancière, J.** (2018c). *Les temps modernes. Art, temps, politique*. La Fabrique.
- Rancière, J.** (2019a). *Le travail des images. Conversations avec Andrea Soto Calderón*. Les Presses du Réel.
- Rancière, J.** (2019b). El tiempo de los no-vencidos, *Revista de Estudios Sociales*, 70, 79-86.
- Rancière, J.** (2020). La pensée des bords (entretien avec Fabienne Brugère). *Critique*, 881, 828-840.
- Rancière, J.** (2021). *João Guimarães Rosa: a ficção à beira do nada*. Relicário.

ESTADO, AUTORITARISMO E NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Isabel Fernandes de Oliveira

Os debates em torno da exacerbação da face penal do Estado têm recrudescido na América Latina, especialmente quando consideramos a onda neoconservadora retratada pelos governos que vieram após a derrocada de uma ampla frente de representações de centro-esquerda em vários estados nacionais dessa região. Exemplos disso são o Brasil com a destituição da então presidente Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro, do Equador, Argentina, Chile, Colômbia e Paraguai. Apesar de termos alguma reversão nesse quadro, o fato é que não é possível uma análise da América Latina descontextualizando-a de um cenário mais amplo em que o imperialismo autoritário de nações como os Estados Unidos ditam regras para países em situação de dependência.

Se considerarmos a composição das classes dominantes dos estados latino-americanos, vemos, além da marca imperialista, uma herança da revolução burguesa de natureza colonial, a permanência da situação de dependência com uma forte característica de superexploração do trabalho, processos de modernização conservadora e de desenvolvimento desigual e combinado. Assim sendo, numa região produtora de *commodities* e em que as condições de trabalho são ainda mais perversas do que aquelas das nações centrais, as estratégias de reprodução da classe trabalhadora se dão sob condições igualmente piores. A mercantilização do Fundo Público, políticas sociais compensatórias e pontuais, e as contrarreformas no sistema de seguridade social fazem da América Latina uma unidade no tocante aos efeitos da superexploração. Associado a isso, estados hiper-autoritários operam no continente desmantelando as possibilidades de resistência e de enfrentamento da classe trabalhadora frente a esse cenário. Debater as relações entre autoritarismo de estado na América Latina é o objetivo desse texto. Contudo, antes de mais nada, é necessário alertar que a perspectiva de análise aqui adotada tem como base o materialismo histórico e a dialética marxiana. Trata-se de uma perspectiva dentre várias, que permanece atual enquanto estivermos sob a égide do ‘modo de produção capitalista’, respeitando-se obviamen-

te sua circunscrição a um determinado período histórico de desenvolvimento da sociedade burguesa.

Considerando a perspectiva em questão, entende-se que qualquer análise a respeito dos temas aqui colocados requer o debruçar-se sobre uma totalidade e realidades sociais comprometidas absolutamente pela crise estrutural do capitalismo. Várias crises emergem em consequência da crise de superprodução: crise política, humanitária, econômica etc. (Paniago, 2012) e parecem estar descoladas da essencial. Entretanto, as diferentes manifestações que encontramos na esfera social relacionadas ao seu evoluir como forma societária, se conectam diretamente à crise estrutural.

INSEPARABILIDADE ENTRE O ECONÔMICO E POLÍTICO

Analisar criticamente as relações entre Estado, autoritarismo e neoliberalismo requer compreender o papel que o Estado assume em sua forma política como grande eixo de sustentação da lógica exploratória do capital (Mascaro, 2013). Entretanto, é imprescindível, nessa análise, considerar o Estado em sua íntima conexão com a dimensão econômica da sociedade capitalista. É o que Ellen Wood (2003) denomina de inseparabilidade entre o econômico e o político. Mas o que isso quer dizer? Apenas por meio da crítica à economia-política, ou seja, pela análise das condições reais que determinam a produção e reprodução da vida de seres humanos em condições históricas reais é que podemos desvelar os nexos causais que penetram o desenvolvimento desse sistema, em sua processualidade histórico-concreta e em conexão com categorias centrais da reprodução social (Andrade, 2012; Silva, 2020). No caso do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção a elas correspondentes puseram as condições para o surgimento de uma categoria central na análise marxiana, que são as classes sociais com seus antagonismos inconciliáveis. Essa luta se instaura no momento em que a riqueza socialmente produzida na forma de excedente econômico passou a ser apropriada por um grupo particular da sociedade como propriedade privada. Tal apropriação provocou uma ruptura entre os interesses dos indivíduos e comunitários. O caráter antagonico e inconciliável desse conflito fez emergir as classes. Por sua vez, o caráter inconciliável dos antagonismos de classe fez emergir o Estado como seu necessário produto histórico. Não se trata de descaracterizar a dimensão política, mas de situá-la as determinações econômicas que se impõem a partir de determinações socio-históricas.

Lênin, em o *Estado e a Revolução* (1917/2017) afirma que o Estado sempre surge no lugar, na hora e no grau em que as condições de classe não podem, objetivamente, conciliar-se. E vice-versa: a existência do Estado demonstra que as contradições de classe são inconciliáveis. Ao contrário do que se possa inferir, o Estado não emerge como um órgão conciliador de classes ou de seus interesses, mas sim, como órgão de dominação de classe, cujo princípio é a opressão de uma classe por outra, por

meio de uma ordem e de dispositivos que institucionalizam essa opressão. O Estado representa, assim, o poder político organizado de uma classe para oprimir a outra. Podemos dizer que o Estado em sua forma capitalista, é resultado da emergência da propriedade privada. Mas como se manifesta o poder do Estado? Por meio do poder político, poder organizado por meio do qual a classe que domina economicamente é a classe que domina o Estado. Para isso, o Estado se organiza como força pública (por meio de agentes e aparelhos coercitivos de Estado) em contraposição à organização e às manifestações da classe trabalhadora. Então, o que caracteriza essa relação de contradição presente no Estado é a política.

Se no capitalismo é a burguesia a classe que detém o poder econômico e político, ela necessita subordinar a sociedade às condições de apropriação da riqueza social: propriedade privada, hierarquização de classe, livre compra e venda da força de trabalho, acumulação privada da mais valia (Andrade, 2012). Para isso a burguesia precisa controlar e centralizar a política, buscando-se emancipar-se politicamente como classe e tornar sua ideologia, ‘a ideologia da sociedade como totalidade’. Então, a burguesia seria a representante universal cujas reivindicações e direitos seriam os unicamente reconhecidos como válidos. Então, se pensarmos no caráter primeiro do sociometabolismo do capital veremos que ele se torna uma potência totalizadora que escapa ao controle humano e sob o qual todos devem se ajustar de forma a demonstrar seu valor por meio da venda de sua força de trabalho. Isso se dá de tal modo que para que o trabalho seja mercadoria e tome forma assalariada, o trabalhador passa necessariamente a ter uma forma social correspondente à mercadoria, ou seja, toma forma de subjetividade jurídica e passa a ser um sujeito de direito. Evgeni Pachukanis (1924/2017) mostra que a categoria ‘sujeito de direitos’ possibilita o desenvolvimento do modo de produção capitalista e não a igualdade ou dignidade do homem. Então é possível identificar, assim, como burguesia e Estado se mesclam.

Nessa conjunção, o Estado assume a função de corrigir os defeitos estruturais do capital: separação entre produção e controle, fragmentação entre produção e consumo, oposição entre produção e circulação. Vemos então uma hierarquia de estados nacionais, em que o nível e a intensidade da exploração da classe trabalhadora vai depender da posição que um estado ocupa nessa hierarquia. É preciso que se diga duas coisas a esse respeito: a primeira delas é a afirmação de István Mészáros (2002) de que o capitalismo já alcançou seu estágio contraditório de maturação e saturação e que, se não se efetivar imediatamente um projeto alternativo a ele a humanidade se destruirá. Temos vários exemplos dessa autodestruição concentrados na questão ambiental, no complexo militar bélico, na crise de alimentos. A segunda é que as consequências cada vez mais graves das crises estruturais que são cada vez mais profundas e cada vez mais prolongadas têm levado até mesmo países no centro mundial à adoção de medidas autoritárias de controle político. Vimos os

intempestivos movimentos de Donald Trump ao não aceitar sua derrota eleitoral e incitar apoiadores a invadir a Casa Branca, a perda de direitos reprodutivos nos EUA, o acirramento de medidas na Europa para controle de imigrações, a retomada de organizações políticas conservadoras para combater o efeito centro esquerda em todo o mundo.

Todavia, para entendermos o autoritarismo que assume papel central nos estados, é preciso que entendamos as respostas neoliberais dadas à crise atual do capital. Tal crise se gesta ainda pela década de 1970 após um longo ciclo de expansão do capital no pós-segunda guerra e sua eclosão ocorre em 2008 com o colapso da “bolha” imobiliária dos EUA (financiamento hipotecário do setor imobiliário dos *subprime*). Naquele momento imediato houve uma perda de 1 trilhão de dólares! O Banco Central europeu injeta imediatamente 170 bilhões de euros no setor bancário (Cunha et al., 2015). As taxas de desemprego chegaram a 4,9% nos EUA, 10,1% na zona do Euro e a 11,2% no Brasil¹. Esse momento de eclosão de crise repousa num berço de transformações no perfil do capitalismo contemporâneo que impôs grandes mudanças no chamado “mundo do trabalho” e acirrou o projeto neoliberal de flexibilização e desregulamentação do trabalho e privatização de empresas públicas lucrativas. Aumentou o desemprego e o emprego informal, os segmentos desprotegidos como as crianças, adolescentes, refugiados, e trabalhadores expulsos tanto do mercado formal quanto informal. Esse conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais visavam retirar o capitalismo da crise e criar as condições para a recuperação da lucratividade do capital global em queda. Então, é possível identificar de um lado estratégias para a recuperação dos lucros, e de outro, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado imediato é a degradação da qualidade de seu trabalho e da sua vida.

É imperativo compreender que esse contexto não é acidental. Capitalismo e crise são sinônimos: não há capitalismo sem crise. Ela é a expressão da crise geral da reprodução da sociabilidade capitalista (Mascaro, 2016) e pode emergir em ciclos ou de forma sistêmica ou estrutural como a que temos hoje. As saídas sempre serão no interior da ordem do capital e voltadas para a sua preservação. Portanto, nessa formação social, as crises são inevitáveis. Associada a uma crise econômica veio uma crise sanitária mundial que conjugadas puseram em xeque até mesmo a democracia. Disseminou-se a ideia de uma crise da democracia. Mas de qual crise e de qual democracia falamos?

Luis Felipe Miguel e Gabriel Vitullo (2020) afirmam que o debate sobre democracia é denso e não consensual; que a democracia não é um ponto de chegada, é um momento de conflito. Portanto, a democracia não é um fim em si, especialmente porque a concebemos no interior de uma sociedade liberal-burguesa. Assim sendo,

1 *Trading Economics* (2016). Desemprego no Brasil alcança 13,7% em 2017 e 14,7% em 2021.

tal democracia é expressão de um domínio da burguesia sobre o povo, e cujos princípios conformam a própria sociedade capitalista, portanto, as necessidades do povo estariam sempre subsumidas aos interesses da classe que detém o poder político e econômico. Isto posto, a crise da democracia liberal é a crise da ordem capitalista.

Como sucedâneo efeito dessa crise, incrementa-se o autoritarismo e a exceção, como estratégia para a adoção de medidas cada vez mais perigosas à classe trabalhadora. Essa agenda vem capitaneada politicamente pelo retorno da extrema direita, e economicamente pelo neo ou ultra-neoliberalismo. Notem, neoliberalismo e autoritarismo andam de mãos dadas. O estado autoritário é a forma jurídica do neoliberalismo. Inclusive, a teoria política emprega exceção e autoritarismo como paradigmas de governo na contemporaneidade, de modo a explicar a progressiva substituição da política por formas de controle social, a exemplo da violência. A economia, ao postular seu afastamento da política, tem um apreço especial pelo autoritarismo. Isso se justifica pela crise da democracia liberal que, a serviço do mercado, ao menor sinal de insurgência contra sua lógica, a conformação social é tomada por medidas autoritárias (Valim, 2017). Como bem disse Chico de Oliveira (Oliveira, 2003), o mercado reclama um estado máximo na economia e mínimo na política. Portanto, não é verdadeiramente um estado mínimo. Ao eclodir a crise de 2008, imediatamente, o *Federal Reserve* (Banco Central americano) destinou US\$ 180 bilhões aos bancos e o Tesouro Nacional americano comprou ‘ativos podres’ de instituições financeiras privadas, na ordem de US\$ 850 bilhões (6% do PIB) reafirmando a saída para dentro, e preservando intacta a estrutura básica da especulação. Os bancos centrais da Alemanha, França e Espanha desembolsaram, respectivamente, meio trilhão de dólares, US\$ 350 bilhões e US\$ 100 bilhões em socorro público às agências financeiras privadas. No Brasil, o governo Lula reagiu à crise cortando impostos e injetando R\$ 4,8 bilhões na economia, reduzindo o ‘Imposto sobre Produtos Industrializados’ (IPI) para as montadoras de automóveis, o ‘Imposto sobre Operações Financeiras’ (IOF) para o consumo e reajustando a tabela do ‘Imposto de Renda’. Também reduziu a taxa básica de juros que estava em 13,75% ao ano. Em julho, os juros chegariam a 8,75%, o menor nível da série histórica iniciada em 1996 (Cunha et al., 2015).

Dentre os alvos da crise, o Estado aparece como vilão dos desequilíbrios econômico-financeiros e ao mesmo tempo espaço eficaz para a reversão dos seus piores efeitos. Acirram-se, então, as estratégias de espoliação e vilipêndio de povos e países inteiros num mecanismo de superexploração nas economias dependentes. Para que essa superexploração ocorra num contexto já extremamente avesso às garantias do trabalho, novamente se rompem as relações entre economia e política. Na verdade, almeja-se uma economia sem política, sem conflito. E, em última análise, o autoritarismo é uma exigência do atual modelo de dominação neoliberal. Como apoio em todo o mundo, grandes veículos de comunicação mediante técnicas de manipulação da informação

(*fake news*), convertem-se em aparatos que convencem da necessidade das mãos fortes do autoritarismo. Passamos a desejar esse controle, nos tornamos hostis aos mais elementares avanços nos direitos humanos e passamos não só a clamar radicalmente pela via opressiva, mas a dissimulamos no interior da sociedade, sob o rótulo de defesa da ordem pública, contra a corrupção, pela família, e pela pátria.

Entretanto, é preciso lembrar que essas ofensivas não se dão sem a resistência do trabalho. Prova disso são os vários enfrentamentos sociais em todo o mundo, tais como o movimento dos Coletes Amarelos, na França (2018); as greves de trabalhadores do *Google* (2018), trabalhadores do *Uber* (2019) e trabalhadores de entrega por aplicativos (2020), respectivamente, nos Estados Unidos, Europa e Brasil, consideradas as ‘novas greves dos trabalhadores do futuro’; podemos citar também a mais recente eleição da esquerda na Bolívia e as recentes derrotas do neoliberalismo no Chile, ainda que após trinta anos de expropriações. Aproveitando o exemplo chileno de Gabriel Boric, e menciono também a Argentina, com a eleição de Alberto Fernández em 2019, como se dão as relações entre estado, neoliberalismo e autoritarismo na América Latina?

AUTORITARISMO E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Em primeiro lugar, o que é a América Latina? Continente com traços socio-históricos comuns, realidades próximas e dinâmicas diversas. Assim, quaisquer análises que se faça do pauperismo, do autoritarismo, dos estados e suas contradições, das classes e da luta entre elas e a reprodução do capital na América Latina precisam se ancorar em alguns elementos:

É uma região do globo atingida pelo imperialismo norte-americano, que comandou e comanda todos os processos econômicos e políticos numa relação de financiamento e suporte bélico militar que é base de sustentação da dependência desses estados ao complexo industrial militar americano. Isso implica afirmar que, quando tratamos de fenômenos intrínsecos ao modo de produção capitalista, como é o caso de suas crises, eles acontecem e repercutem de forma muito diferente nesses países quando comparados às grandes potências mundiais. Então, é preciso abordar o continente latino-americano a partir da sua formação social, que, ao longo de sua evolução, o colocou na condição de periferia do capitalismo. A relação de dependência da América Latina sustenta diretrizes que mantêm e reforçam uma relação de subordinação, pois ela é necessária para a reprodução do capital nos países centrais. Então, o que é comum às relações internacionais para as economias exportadoras de produtos primários, as chamadas *comodities*? Além da produção de insumos e matéria prima, a baixa incorporação tecnológica, a fragilidade nos sistemas de proteção social, a história marcada por golpes militares, e pela intensa espiação imperialista.

Além disso, o que podemos apresentar de universal na América Latina? Um desenvolvimento marcado pelo colonialismo, com o genocídio de índios, povos originários, e negros em toda a região. Em sequência, as ditaduras de tipo civil-empresarial-militar nos contextos latino-americanos, por meio do Estado, praticaram as mais bárbaras expressões de violência, desenvolveram os métodos mais eficazes de controle e disciplinamento da força de trabalho e forjaram mecanismos ideológicos de naturalização das desigualdades sociais, regulando formas jurídicas e políticas de superexploração da força de trabalho e do seu domínio, com a ativação permanente de aparelhos privados de hegemonia para impedir o avanço das organizações populares e partidárias (Silva, 2020).

No plano econômico, um traço comum do continente foi o chamado desenvolvimento desigual e combinado, ou seja, a ocorrência simultânea de aspectos avançados e atrasados no processo de desenvolvimento econômico dos países. Isso se revela especialmente nos países periféricos do sistema mundial, nos quais um setor extremamente moderno da economia pode existir de forma combinada com o mais atrasado, resultando numa formação social sem grandes contradições entre as classes dominantes (Theis, 2009).

Por fim, o contexto da crise, o neoliberalismo e o conseqüente autoritarismo, para além das questões objetivas, tais como o aprofundamento das desigualdades, o aumento do desemprego, do pauperismo, da informalidade, da devastação ambiental, dentre outras, vem acompanhado da eliminação de direitos de proteção social, perseguição e genocídio das populações negras, indígenas, quilombolas, jovens de periferia, mulheres, movimentos LGBTQI+, e ganha força e expressão a ascensão de movimentos de extrema-direita de espectro transnacional.

As contra reformas de caráter ultraneoliberal que desregulamentaram o mundo do trabalho e as sociabilidades coletivas, aliadas à organização das direitas em nível internacional, dão o tom da profunda regressão dos processos civilizatórios, realinhando e reatualizando os mecanismos, formas e meios de dominação burguesa, pela via do Estado e dos aparelhos privados de hegemonia, de onde se destacam a mídia, as igrejas e as chamadas organizações da sociedade civil, representadas pelos intelectuais do capital.

A ofensiva das direitas, entranhadas nos governos nacionais com ramificações internacionais, inclui desde a formação de quadros militantes, até uma eficiente rede de informações que vão desde as redes sociais, passando por uma profusão de igrejas de cariz neopentecostal que aglutinam um exército de seguidores em torno das suas propostas e ideologias e que põem, no centro das discussões, a valorização da família, da tradição, do trabalho como prosperidade e moralização das formas de ser e de viver, o incremento da força e da violência policial, o ódio de classe, a criação de um novo (velho) inimigo. É preciso destacar que essa dinâmica não é privilégio da América Latina, mas aqui, seus desdobramentos são muito mais profundos, menos controlados, mais disseminados e sofrem menos resistência (Valim, 2017).

Então, Estado, neoliberalismo e autoritarismo estão dialeticamente imbrincados e na América Latina as consequências dessa relação são muito mais nocivas para os trabalhadores. Finalizo, por ora, afirmando que o estado capitalista não é um parceiro e deve ser superado; a garantia formal de cidadania não garante a superação real da desigualdade social; sem superação do trabalho alienado e o estabelecimento de formas cooperativas de trabalho não existe a possibilidade de eliminar a pobreza; e, finalmente, somente a ação política organizada da classe trabalhadora pode transformar as bases estruturais da sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Mariana Alves** (2012). De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital. In M. C. S. Paniago (Org.), *Marx, Mészáros e o Estado* (pp. 11-27). Instituto Lukács.
- Cunha, J. S., Andrade, M., Lopes, C., Nascimento, M., & Valverde, T.** (2015). Crise mundial e a trajetória do Brasil, entre 2008 e 2015. *Cadernos do CEAS*, 234, 4-46.
- Lênin, Vladimir** (1917/2017) *O Estado e a Revolução*. Boitempo.
- Mascaro, Alysson L.** (2013). *Estado e Forma Política*. Boitempo.
- Mascaro, Alysson L.** (2016). *Crise e Golpe*. Boitempo.
- Mészáros, István** (2002). *Para além do Capital*. Boitempo.
- Miguel, L. F. & Vitullo, G. E.** (2020). Democracia, dominação política e emancipação social. *Crítica Marxista*, 51, 11-35.
- Oliveira, Francisco de.** (2003). *Crítica a razão dualista*. Boitempo.
- Pachukanis, Evguiéni** (2017). *Teoria Geral do Direito e Marxismo* (Paulo Almeida, trad.). Boitempo. (Original publicado em 1924)
- Paniago, Maria Cristina** (Org.). (2012). *Marx, Mészáros e o Estado*. Instituto Lukács.
- Silva, José Fernando** (2020). América Latina: capital e devastação social. *Katálysys*, 24(1), 7-19.
- Theis, Ivo Marcos** (2009). Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos Cadernos NAEA*, 12(2), 241-252.
- Valim, Rafael** (2017). *Estado de exceção: a forma jurídica do neoliberalismo*. Contra Corrente.
- Wood, Ellen. M.** (2003). *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Boitempo.

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS CRIANÇAS PELO VOTO: O PARADOXO DE SE “TORNAR CONTADO”¹

Lucia Rabello de Castro

INTRODUÇÃO

A participação política pelo voto tem sido apontada como um princípio fundamental das democracias representativas (Dahl, 1989), o modo, por excelência, através do qual cidadãos e cidadãs exercem o direito político de fazer valer o que pensam em uma sociedade plural (Warren, 2008). Pelo voto, instituem-se práticas de representação, uma vez que, em sociedades de massa, é praticamente impossível uma participação direta de todos e todas em todas as decisões da vida em comum dispersas pelo território nacional (Young, 2002).

Se compreende-se como fundamental que a participação cidadã se dê pelo voto, supõe-se que em uma sociedade democrática, todos e todas devem ter o direito de exercê-lo. No Brasil, a partir da instalação da República, o sufrágio só era permitido aos homens que eram letrados e maiores que 21anos, quando, até determinado tempo antes, havia outras cláusulas que, por exemplo, restringiam o sufrágio pela condição econômica. Até 1932, no Brasil, o sufrágio não foi permitido às mulheres, e tornou-se facultativo para os jovens entre 16 a 18 anos a partir da Constituição de 1988 que, no seu artigo 14, estabelece o sufrágio universal, direto e secreto, e com igual valor para todos (Constituição Federal, 1988). No entanto, nada se fala sobre a população de 0 a 16 anos como essa simplesmente não existisse em relação a poder se fazer representar na comunidade política.

1 Versão parcialmente modificada do trabalho apresentado no XI Simpósio de Psicologia Política, Grandes Debates 3: Participação Política, Espaços Democráticos e Modos Plurais de Vida, em 19 de agosto de 2021. Agradeço aos organizadores o convite para participar desta mesa, assim como os comentários recebidos pelos que estavam presentes.

Tal omissão, que simplesmente faz desaparecer parte da população em relação aos seus direitos políticos, revela o enorme mal-estar da sociedade adultista (Wall, 2012) em relação às prerrogativas políticas, tal como o voto, de crianças e jovens até 16 anos. Em outros países, a situação não se mostra diferente. No Japão, muito recentemente a idade mínima do sufrágio foi abaixada de 20 para 18 anos; nos EUA, dependendo do estado, essa idade mínima varia entre 18 e 21 anos; nos países escandinavos, o voto é permitido aos 18 anos; na Alemanha, facultativo aos 16 e obrigatório aos 18. Na Argentina e no Equador, o voto é permitido aos que tem 16 anos. Enfim, ao redor do mundo, parece haver amplo consenso de não se permitir o sufrágio para os menores de 16 anos; sobretudo, o que surpreende é uma certa autoevidência deste fato, que parece naturalizar a exclusão da *polis* de todos aqueles e aquelas com menos de 16, ou 18 anos.

Por outro lado, crescem, hoje, por parte daqueles que fazem pesquisa e *advocacy* em favor dos muito jovens, as demandas para o rebaixamento da idade mínima do voto, e, ou, para a extinção de qualquer restrição ao sufrágio verdadeiramente universal (Cummins, 2020; Douglas, 2017; Priest, 2016; Runciman, 2018; Umbers, 2018; Wall, 2021; Wiland, 2018). Nos Estados Unidos, há campanhas enormes para o rebaixamento da idade mínima de votar, coordenadas por um sem número de associações civis, tais como a *National Youth Rights Association*, o *Free Child Institute for Youth Engagement* e a *Association for Children's Suffrage*.

Há dois anos faço parte de um grupo internacional que discute a participação política das crianças, inclusive o direito ao voto². Trata-se de um grupo que aglutina cerca de 80 e tal pesquisadores e militantes com formações diversas, filosofia, ciência política, sociologia, história, mas muito pouca gente da área da Psicologia. Além disso, são pesquisadores basicamente do Norte – Estados Unidos e Europa, ou diaspóricos da Índia ou países africanos. Este grupo se conecta a uma enorme quantidade de outros grupos, de estudos ou de militância, cujo objetivo consiste construir tanto, articulações teóricas, bem como mobilizações e ações coletivas na direção da abolição da idade mínima do voto, neste sentido favorecendo a inclusão de crianças e adolescentes no sufrágio.

A questão da abolição da idade mínima do voto vem se tornando uma pauta importante de pesquisas e discussões acadêmicas no âmbito dos estudos da infância, uma vez que a infância permanece, hoje, como a única categoria social impedida de participar do ritual democrático que é ir às urnas eleitorais. Abolir esta barreira da idade parece favorecer a emancipação política das crianças – sentido que na língua inglesa é dado por um termo bem específico, o *enfranchisement*, que não tem tradução em português. Aqui, a equivalência ao *enfranchisement* será emancipação política,

2 <https://www.childrentvoting.org/>

que traduz, além da conquista do direito político ao voto, uma ideia mais geral de emancipação tendo em vista as implicações que esse direito propicia.

A discussão sobre a extinção de restrições ao sufrágio tem se intensificado, recentemente, em muitos fóruns sobre participação política de crianças, e tem assumido direções bem específicas, como por exemplo, a de prover alternativas ao direito de voto direto das crianças – já que esse seria um caminho mais radical e mais difícil de ser alcançado –, para, por exemplo, alternativamente, delegar o voto das crianças aos seus pais, por procuração – o que se chama de ‘*proxy vote*’ (Pantell & Shannon, 2009).

Neste trabalho, cuja mesa de debates nos convoca para falar de participação política, espaços democráticos e modos plurais de vida, gostaria de discutir a demanda do direito ao voto para as crianças, uma vez que essa discussão oportuniza pensarmos a democracia a partir de fora, dos seus excluídos, no caso as crianças, assim como o que significa, e deve significar, a inclusão dos que estão de fora. No mínimo, as crianças habitariam um modo tão diverso de vida, tal como colocaram os filósofos iluministas, Locke e Montesquieu, que elas seriam supérfluas, ou até perniciosas para a vida democrática. O que significaria, portanto, pautar sua inclusão? Problematizar a concessão do direito ao voto para as crianças deve mobilizar nossa compreensão sobre não apenas quem, e como, são os que devem ser incluídos nos processos formais da democracia, mas, também, como respondemos à pergunta do que o voto assegura para a consecução de uma sociedade mais justa e igualitária, que devem ser objetivos de um regime democrático. Cremos que a inclusão na vida democrática pelo voto avança, sem dúvida, na questão dos direitos políticos de determinadas categorias sociais. No entanto, o que vamos analisar aqui é como ele permanece capturado pelas inúmeras contradições do laço social. A formalidade da lei pode até ordenar e dar conta de reivindicações e demandas por direitos, sem, contudo, necessariamente, alterar as camadas mais profundas da vida coletiva, seus imaginários e identificações que encerram as ambivalências, cisões e dejetos (Rustin, 1991) dos antagonismos sociais. Neste sentido, a questão que se pode levantar é se, e como, a conquista deste direito político pode, paradoxalmente, desfavorecer um alcance mais pleno da emancipação política das crianças e da sociedade.

O VOTO COMO SOLUÇÃO? DEMOCRACIA, SUJEITO POLÍTICO E LAÇO SOCIAL

A reflexão que se segue vai, mais precisamente, na direção de analisar se as alternativas, tanto do voto direto das crianças como o voto por procuração, dizem mais de movimentos no sentido de “acomodar a democracia” a novas demandas de grupos sociais sem que, necessariamente, oportunizem e façam emergir as enormes contradições do jogo democrático, dando conta de algumas das iniquidades que

eles se propõem a corrigir. Vou basear minha discussão em pesquisas no campo da participação política de crianças e jovens no Brasil, e na América Latina, tentando, assim, me localizar geopoliticamente nesta discussão do sufrágio infantil, que aparece com maior intensidade nos circuitos acadêmicos do Norte.

Como pesquisadora do Sul, tal pergunta chega para mim também com uma dose de mal-estar e ambivalência, porque, por um lado, ela encaminha a resolução lógica de um processo de inclusão democrática universal – todos e todas devem ser incluídos no jogo democrático. Por outro, impõe uma certa aderência e identificação a concepções, supostamente universais, como a de democracia, a partir da sua factualidade norte ou eurocentrada, que, a meu ver, coloca questões em termos das condições históricas e políticas de sua produção. As concepções de democracia e de sujeito político não são autoevidentes e unívocas, mas noções plurívocas e abertas. Problematicar as noções de democracia e sujeito político nos remete à outra gama de questões que imbricam a questão do político nos modos do fazer societário, ou ainda, de como o laço social, constitutivamente atravessado pela dinâmica da dominação e da desigualdade, provoca movimentos infinitos de verificação do princípio da igualdade, como diria Rancière (1995).

Meu argumento leva em consideração alguns destes pontos tendo em vista as seguintes questões: (a) quais os argumentos colocados, principalmente por pesquisadores do Norte, para a abolição da idade mínima do voto? (b) como esses argumentos podem ser problematizados a partir das lutas políticas das crianças e jovens brasileiros? (c) que articulações poderiam ser feitas entre participação democrática e emancipação política, e o que o voto teria a ver com isso?

DO VOTO PARA AS CRIANÇAS: “REFORMAR” O ESTADO, PRESERVAR SUA REPRODUÇÃO

Os trabalhos que iniciam a discussão sobre a questão do direito de voto das crianças foram de demografados, ainda na década de 80 do século XX. Ao produzirem estudos demográficos sobre os diferentes segmentos etários – tendo em vista, principalmente, estabelecer comparações entre esses segmentos em termos de aportes societários, como políticas sociais e benefícios – vão mostrar como as condições das crianças, naquele momento na Europa, tinham se degradado enormemente ao compará-las, por exemplo, com o grupo de idosos cujo extrato tendeu a melhorar no que concerne à condição de pobreza (Colombo & Demény, 1996; Preston, 1984). A análise dos resultados destes estudos comparativos forneceu a base para sustentar que, somente dando poder político a esse segmento infantil, se poderia corrigir o enviesamento nas políticas sociais – feitas por adultos e de uma perspectiva adultocêntrica – de justiça geracional. O que se argumentou era que a distribuição dos recursos societários se produzia a partir da perspectiva situada dos

adultos – que tem o poder de decisão – que privilegia uma determinada ótica de interesses. Ela se verifica pelo fato de, justamente, os adultos terem um tempo de vida prospectivo mais curto, e, assim, tenderem a desconsiderar os interesses e necessidades dos segmentos infantis e juvenis que viverão mais tempo. A análise desses demógrafos, realizada em plena crise do estado de ‘bem estar’ europeu, deslança um questionamento sobre o enredamento das políticas sociais (e sua distribuição de recursos e benefícios) com mobilizações afetivas e morais profundas a respeito de como se define quem, como e onde são e estão os mais vulneráveis que devem ser protegidos, acolhidos e mantidos pelos recursos públicos (Monjo, 2011).

No Brasil, o argumento da concessão do voto à criança, como maneira de corrigir possíveis viesamentos na distribuição de recursos públicos, foi defendida por Marcelo Neri (2000), economista da Fundação Getúlio Vargas, nos anos 2000, que escreveu o artigo “Crianças, nossos párias”, que justificou o voto infantil por meio desses indicadores de pobreza infantil que seria, na época da sua análise, oito vezes maior entre crianças do que entre idosos.

Para esses demógrafos e economistas, dar voto às crianças seria possibilitar que os interesses daqueles que viverão por mais tempo neste planeta possam ser levados em conta, num equilíbrio de ganhos e perdas entre as gerações, de modo que se considerem necessidades e demandas no presente de cada geração, mas, também, como esta balança é afetada por uma antecipação de necessidades futuras das gerações que existem, e das que ainda virão. Nesta dinâmica, se colocam em questão obrigações e direitos de cada geração, gastos no hoje e poupanças para o amanhã, que apontam para como cada sociedade dá respostas às desigualdades – sociais, raciais e geracionais-, e que critérios de justiça devem nortear os recursos societários (Zoghbi & Arvate, 2008).

Os argumentos dos demógrafos, semelhantes aos dos sociólogos (Olk, 2011; Wintersberger et al., 2007), nos provocam sobre a questão da justiça entre as gerações. A resposta à questão da justiça intergeracional leva a várias lógicas possíveis que vão respaldar os regimes previdenciários modernos, como expressões destas disputas e pactos entre gerações. Entre os sociólogos, por exemplo, Johansen (2009), esta discussão tem pautado o voto como aspecto crucial para garantir a justiça distributiva entre gerações que inclui, por exemplo, uma análise da divisão geracional do trabalho na sociedade moderna. Nessa direção, se tem discutido a posição singular das crianças, que não seriam “passivos” da sociedade (representando um ônus, um peso para os adultos necessitando investimento dos demais), mas “ativos coletivos” porque são os que vão reproduzir a sociedade ao se incorporarem posteriormente à força de trabalho. Aí, se propõe uma mudança radical na perspectiva de ver a inserção das crianças na escola: essa seria vista como essencialmente um trabalho, a contribuição singular das crianças à sociedade (Wintersberger, 2001). Assim, como muitos sociólogos argumentam, o trabalho escolar das crianças deveria ser

também remunerado, como qualquer outro. Na mesma veia, deveria se estabelecer também uma transferência de recursos para as famílias que tem filhos, já que essas se oneram no presente para que as crianças sustentem os idosos do amanhã, os que tiveram filhos e os que não tiveram. Dar poder político para as crianças e/ou suas famílias, poderia restabelecer divisões mais justas das provisões societárias no presente e no futuro.

Queria, desde já, destacar um ponto importante: nós, aqui, no Brasil, não tivemos um estado de bem estar social (Gomes, 2006; Paulani, 2005), no sentido de que as políticas de Estado pudessem mitigar ou corrigir as enormes desigualdades sociais, seja por conta da classe, cor, gênero ou geração. A discussão esquematizada acima provém de sociedades que acumularam, desde o século passado, algum lastro em termos de políticas de bem-estar, mesmo que seriamente limitadas pela posterior onda neoliberal³. Podemos notar que, na situação brasileira atual, não há qualquer acúmulo de discussão no âmbito das nossas plutocracias sobre as políticas de Estado em relação à proteção dos mais vulneráveis e os de menor capital político, o que significa também a existência de um Estado bastante, ou totalmente, recalcitrante a assumir sua responsabilidade de redistribuir a riqueza societária.

Deixo anotado este ponto para discussão, e trago um exemplo: a situação da pandemia expôs a crueldade com que foram tratados todos aqueles que perderam os empregos e subempregos. A insignificância do montante do auxílio emergencial, a dificuldade de acessá-lo, o credenciamento restrito a apenas uma parte desta população, o atraso na sua liberação, tudo isso mostrou a falta de solidariedade com os que foram mais vulnerabilizados pela crise sanitária. E as crianças? O fato de que durante dois anos as crianças não foram para a escola (pública) não mereceu sequer debate ou elaboração de política pública. Não se falou, por exemplo, de algum auxílio emergencial de educação às famílias para providenciarem professoras particulares para seus filhos, auxílio para acessar a *internet*, ou auxílio-merenda para suprir a falta da merenda escolar. Tudo isso não mereceu um só centavo de provisão governamental, ou qualquer discussão nos fóruns de economia.

Do ponto de vista da ciência política, muitos autores têm proposto o voto das crianças por procuração – o *proxy vote* (Rutherford, 1998). Aqui a ciência política tem duas questões principais a resolver: uma é a defesa da universalidade como princípio do sistema de sufrágio nas democracias que, deste modo, deve assegurar os interesses de todos segmentos da população. Então, se as crianças não podem ter seus interesses representados, são um grupo sem acesso ao governo da sociedade e aos seus recursos. A outra questão a resolver é a concepção autoevidente para os cientistas políticos da incapacidade política da criança (sua diferença em relação ao

3 Para os economistas do “Sul”, Paris Yeros e Praveen Jha (2020) foram as revoluções contra o poder colonial empreendidas pelos países da África e sudeste Asiático, a partir da década de 50 do século XX, que concorreram para a crise de financiamento do estado de bem-estar social dos países europeus.

sujeito político das teorias liberais: autônomo, livre, racional). De Locke, Hobbes até Hannah Arendt e Habermas, há unanimidade quanto à visão de sujeito político como qualificada pela autonomia, liberdade/independência e racionalidade. Neste sentido, o voto por procuração resolveria essa questão, garantindo o voto das crianças a quem possa legitimamente representá-las. As crianças não poderiam ser incluídas na governança democrática, por conta de sua incapacidade inerente como sujeito autônomo e racional, a não ser por uma aproximação de quem pudesse exercer o direito delas de se verem aí representadas. A visão da ciência política se inspira nas concepções desenvolvidas no âmbito da Psicologia, a Psicologia do Desenvolvimento, cuja produção de saber se presta à postulação da criança enquanto incapaz do ponto de vista político.

A ciência política tem enfrentado alguns embates com o campo da filosofia neste aspecto. A partir da colocação de alguns filósofos que trabalham no campo da infância (Wall, 2012; Wiland, 2018) se problematiza o direito ao voto baseado no exercício de uma subjetividade autônoma e racional para se argumentar a favor do direito ao voto baseado na inclusão da diferença (Lister, 2007; Moosa-Mitha, 2005). Então, as crianças deveriam ter o direito ao voto porque, como também em algum momento na luta das mulheres, ou dos negros, pelo sufrágio, as instituições democráticas tiveram que expandir sua concepção de vida pública a partir das demandas dos que estavam fora da vida democrática. No caso das crianças, se trata de reconhecer que as crianças estão presentes no laço social, mas expulsas da política. A pergunta é: seria justo excluir as crianças do direito ao voto já que elas contribuem efetivamente para a vida social?

○ VOTO DAS CRIANÇAS: O PARADOXO DE SE TORNAR “CONTADO”

Os argumentos colocados acima para a emancipação política das crianças - por procuração ou diretamente - enfatizam, principalmente, a liminaridade do sistema político em relação ao sistema econômico, em que o sufrágio infantil ganha respaldo na medida em que instrumentaliza uma redistribuição de bens e riquezas mais justa entre as gerações. Neste sentido, são calculados os custos e ganhos de tal inclusão não só para as crianças, mas para as outras gerações; se antecipa qual a conta de chegada desejada, consensualmente, entre os diversos grupos de interesses; se preserva o sistema econômico que respalda tal arranjo, pois sua reprodução é fundamental para a consecução desses arranjos. Do ponto de vista de uma lógica econômica, se as crianças dão sua contribuição efetiva (seu trabalho), elas são capazes, ainda que diferentes; e se elas recebem menos que outras categorias da totalidade dos bens, elas estariam na posição de requerer e afirmar sua posição como grupo de interesse legítimo. Esta lógica parece se respaldar sobre um republicanismo que professa os valores universais da igualdade e da justiça cujo cálculo distributivo entre

as gerações, está inexoravelmente aliado à permanência do sistema capitalista e sua reprodução. Tais argumentos dizem de uma visão da democracia como a regulação pacífica pelo voto das demandas sociais e econômicas – ao se manter e reproduzir este mesmo sistema–, e de progressos democráticos incrementais passando a contar os não-contados, como coloca Rancière (1996). No entanto, esta inclusão dos “não contados” não permite o momento do “político” (Rancière, 2004), ou seja, de que a factualidade democrática da divisão justa possa ser agitada, sacudida, ameaçada, até desmantelada, pela égide do descontentamento, do ódio, da exclusão e da imparidade.

Eu problematizaria os argumentos da abolição da idade mínima do voto – sem contudo, ter argumentos para me opor a eles, muito pelo contrário – pela desconsideração que eles assumem acerca da despolitização dos conflitos que, hoje, nos faz crer em um momento pós-político em que os antagonismos sociais e as utopias parecem ultrapassados rumo à factualidade democrática das liberdades, do individualismo, da eficiência e da planificação tecno midiática da vida que não nos permite imaginar outros futuros (Arboleda, 2021).

Para quem trabalha no campo dos estudos políticos da infância e juventude alguns acontecimentos podem nos interrogar sobre o que está além (como Rancière nos ajuda a pensar), das atuais formas democráticas, já que essas estão permanentemente submetidas a uma despolitização e cooptação das demandas públicas pela oligarquia do Estado. A América Latina, na última década, tem presenciado as reivindicações renhidas dos jovens pela educação. No Chile, Argentina, Brasil, Peru, de formas diversas, os estudantes têm ido à luta, com manifestações, greves, ocupações, por uma reconfiguração da educação que recebem. Aparentemente poderia se tratar de uma demanda recortada apenas sobre a fatia de bens – no caso, a educação – que os estudantes recebem e se veem em falta, seja pela sua insuficiência, precariedade ou inexistência, passível de ser “resolvida” ao se redistribuir os recursos, provendo maiores aportes educacionais aos jovens. No entanto, o “político” destes embates operou um derramamento de emergências que extravasaram as fronteiras de uma pauta que se nomeia como apenas de reformas educacionais. O quê se tornou também questão e luta foram constelações de imparidades e injustiças relativas a modos de existência, identidades, visões de mundo e de futuro e formas intergeracionais de relação e transmissão que os jovens vieram a questionar de forma virulenta e violenta (Castro & Tavares, 2020, 2021). Quando os jovens gritam aos adultos, ‘nós somos o presente’, ou, ‘se não ouvirem vamos urrar’, ou, ‘minha escola é uma merda, bora ocupar’, eles não parecem apenas preocupados em ocupar um lugar na atual ordem de coisas, por mais que este lugar lhes confira reconhecimento e poder, mas, sobretudo, em alterar a ordem de coisas nas suas inúmeras desigualdades e imparidades vislumbrando outros mundos possíveis.

Por outro lado, nestas circunstâncias, poderíamos questionar como a concepção de voto por procuração poderia ser lesiva ao momento real de emancipação política

das crianças e adolescentes cujo embate subjetivo necessita justamente reconstruir o campo identificatório se separando da tutela dos adultos e se projetando no abismo daquele que fala por si e no seu próprio nome.

Outras circunstâncias, como a da luta das crianças ‘sem-terrinha’, também nos advertem para os paradoxos de tornar o voto a última trincheira a ser vencida no âmbito da conquista dos direitos políticos das crianças. Quando analisamos as demandas políticas dos ‘sem-terrinha’, verificamos que não podem ser desassociadas das lutas políticas do ‘Movimento dos Trabalhadores Sem Terra’, e que as crianças não se colocam como sujeitos descolados de coletivos – a família, o assentamento, o movimento como um todo (Albuquerque & Castro, 2021). Diferentemente do que busca alcançar a luta por direitos políticos para as crianças nas democracias liberais, a luta política dos ‘sem-terrinha’ e sua emancipação política visa, sim, insurgir contra o Estado oligárquico, excludente para instaurar outras formas de viver, trabalhar e conviver. Desta forma, a subjetivação política das crianças não implica tão somente, ou sequer, a participação na vida democrática formal de modo paritário com outras categorias sociais, mas de ‘lutar junto’ com os adultos para um mundo onde todos e todas possam viver dignamente (Caldart, 2004). Assim, a luta política não se recorta, necessariamente em torno do princípio de cada cabeça um voto, que revela o componente de assertividade/competição das formas de viver nas democracias liberais e o fundamento das disputas entre grupos de interesse.

Estes são apenas dois exemplos que poderíamos colher nas experiências de subjetivação política de crianças e jovens, para refletir e questionar o alcance democrático efetivo – no lugar de periferia em que estamos – do suposto ideal republicano de um voto por cabeça. Há mais entre o céu desta democracia e esta terra brasileira que nos faz duvidar da promessa de justiça e igualdade que o sufrágio infantil, *tout court*, possa trazer.

FINALIZANDO...

O voto político das crianças consiste, sem dúvida, em uma conquista importante para os direitos políticos das gerações mais novas. No entanto, ele sinaliza alguns paradoxos da vida democrática baseada na competição e disputa dos diversos grupos de interesse por sua “fatia” na divisão dos recursos societários.

A imbricação da factualidade democrática ao sistema capitalista detém, e desfavorece, o horizonte político dos mundos possíveis que se tornam cada vez mais improváveis. A divisão justa de bens torna-se uma conta de chegada entre todos e todas aquelas que, supostamente, estão legitimamente representadas através da máxima – um voto por cabeça, mesmo que o capital político entre os diferentes grupos societários varie enormemente. Assim, a luta por justiça e igualdade nas democracias liberais mal se inicia com a concessão do direito ao voto, inclusive

para as crianças. Ela depende sim, dos processos de subjetivação política, do desejo infinito de reinventar o laço social a partir das verificações de sua insuficiência e equivocidade. A moralidade sensata desta igualdade aparente do sufrágio (verdadeiramente universal) deixa de lado a necessidade imperiosa de se deixar afetar pelas falhas e faltas do laço social que acionam as insurgências para a reconstrução – não reprodução – do destino coletivo. Neste sentido, somente através da participação efetiva na vida pública e nos movimentos políticos, as crianças poderão ter seu lugar como uma categoria distinta que possa enunciar junto aos outros, sua contribuição à democracia.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, L. & Castro, L. R.** (2021). A infância em contextos de luta e coletivização no Brasil: a participação das crianças Sem Terrinha no MST. In L. R. de Castro (Org.), *Infâncias do Sul Global: experiências, teoria e pesquisa desde a Argentina e o Brasil* (pp. 241-268). EDUFBA.
- Arboleda, M.** (2021). *Gobernar la utopía: sobre la planificación y el poder popular*. Caja Negra.
- Constituição Federal** (1988). *Constituição República Federativa do Brasil*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Caldart, R.** (2004). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Expressão Popular.
- Castro, L. R. & Tavares, R.** (2020). Direitos geracionais e ação política: os secundaristas ocupam a escola. *Educ. e Pesqui.*, 46, e237291. <https://doi.org/10.1590/S1678-463420204623729>
- Castro, L. R. & Tavares, R.** (2021). Participation rights in Brazilian schools? Towards the politicization of intergenerational relationships? In A. Vergara, V. Llobet, & L. Nascimento (Orgs.), *South American Childhoods since 1990's: Neoliberalisation and the Exercise of Children's Rights* (pp. 185-212). Palgrave.
- Colombo, B. & Démeny, P.** (Eds.). *Resources and Population*. Clarendon.
- Cummings, M.** (2020). *Children's Voices in Politics*. Peter Lang.
- Dahl, R.** (1989). *Democracy and its Critics*. Yale University Press.
- Douglas, J.** (2017). In Defense of Lowering the Voting Age. *University of Pennsylvania Law Review*, 165, 63-72.
- Gomes, F.** (2006). Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *RAP*, 40(2), 201-236.
- Johansen, V.** (2009). Children and distributive justice between generations. In J. Qvortrup (Ed.), *Sociological Studies of Children and Youth, Historical, Structural and Comparative Perspectives* (pp. 55-79). Emerald.
- Lister, R.** (2007). Why citizenship: Where, when and how children? *Theoretical Inquiries in Law*, 8(2), 693-718.
- Monjo, R.** (2011). Philosophie et politique des âges de la vie. Enfance et justice. In A. Kerlan & L. Loeffel (Orgs.), *Repenser l'enfance* (pp. 67-84). Hermann.
- Moosa-Mitha, M.** (2005). A difference-centred alternative to theorization of children's citizenship rights. *Citizen ship Studies*, 9(4), 369-388.
- Neri, M.** (2000). Crianças – nossos “párias”. *Conjuntura Econômica*, 40-47.
- Paulani, L.** (2005). *Modernidade e discurso econômico*. Boitempo.
- Pantell, R. & Shannon, M.** (2009). Improving Public Policy for Children: A Vote for Each Child. *Intergenerational Justice Review*, 9(4), 139-143.
- Olk, T.** (2011). Children, Generational Relations and Intergenerational Justice. In J. Qvortrup, W. Corsaro, & M. S. Honig (Eds.), *The Palgrave Handbook of Children Studies* (pp. 202-214). Palgrave MacMillan.
- Preston, S. H.** (1984). Children and the elderly: divergent paths for America's dependents. *Demography*, 21(4), 435-457.

- Priest, M.** (2016). Why Children should be allowed to vote. *Public Affairs Quarterly*, 30(3), 215-238.
- Rancière, J.** (1995). Politics, identification and subjectivization. In J. Rajchman (Ed.), *The Identity in Question* (pp. 63-72). Routledge.
- Rancière, J.** (1996). *O descentendimento*. Editora 34.
- Rancière, J.** (2004). *Aux bords du politique*. Gallimard.
- Runciman, D.** (2018). *How Democracy Ends*. Profile Books.
- Rutherford, J.** (1998). One child, one vote: proxies for parents. *Minnesota Law Review*. <https://scholarship.law.umn.edu/mlr/1582/>
- Rustin, M.** (1991). *The Good Society and the Inner World*. Psychoanalysis, Politics and Culture. Verso.
- Umbers, L. M.** (2018). Enfranchising the Youth. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 1-24. doi:10.1080/13698230.2018.1511172
- Wall, J.** (2012). Can Democracy Represent Children? Towards a Politics of Difference. *Childhood*, 19(1), 86-100.
- Wall, J.** (2021). *Give Children the Vote: On Democratizing Democracy*. Bloomsbury.
- Warren, M.** (2008). Democracy and the State. In J. Dryzek, B. Honig, & A. Phillips (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Theory* (pp. 382-399). Oxford University Press.
- Wiland, E.** (2018). Should Children Have the Right to Vote? In D. Boonin (Ed.), *The Palgrave Handbook of Philosophy and Public Policy* (pp. 215-224). Palgrave.
- Wintersberger, H.** (2001). Crianças como produtoras e consumidoras: sobre o significado da relevância econômica das atividades das crianças. In L. R. de Castro (Org.), *Crianças e jovens na produção da cultura* (pp. 93-120). Nau/Faperj.
- Wintersberger, H., Alanen, L., Olk, T., & Qvortrup, J.** (Eds.). (2007). *Childhood, Generational Order and the Welfare State*. University Press of Southern Denmark.
- Yeros, P. & Jha, P.** (2020). Late neo-colonialism: monopoly capitalism in permanent crisis. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 9(1), 78-93.
- Young, I. M.** (2002). *Inclusion and Democracy*. Oxford University Press.
- Zoghbi, A. C. & Arvate, P.** (2008). *Altruísmo e Competição Inter-geracional: O Impacto do Envelhecimento da População nos Gastos em Educação dos Municípios Brasileiros*. <https://ideas.repec.org/p/anp/en2008/200807211044150.html>

CIÊNCIA COMO POLÍTICA:

ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA EM TEMPOS SOMBRIOS

Jorge Lyra

Começo o meu texto explicando aos/as leitores/as qual é a nossa proposta deste capítulo para o livro do XI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, em particular fruto da minha participação na sessão Grandes Debates 3 - Participação política, espaços democráticos e modos plurais de vida, no dia 19 de agosto de 2021.

Resolvemos elaborar um ensaio¹, um texto literário breve, situado entre o poético e o didático, expondo ideias, críticas e reflexões éticas e filosóficas a respeito de certo tema. É menos formal e mais flexível em sua estrutura. Consiste também na defesa de um ponto de vista pessoal e subjetivo sobre um tema, sem que necessariamente se pautem em formalidades como documentos ou material empírico ou dedutivo de caráter científico. O ensaio assume a forma livre e assistemática sem um estilo definido.

Sendo assim, para este ensaio desde o momento da apresentação no Simpósio fiquei pensando: O que iria trazer para vocês? O que eu queria conversar com vocês? Que caminhos seguir? Daí fiquei me lembrando de uma experiência que tive como professor da pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco². Resolvi compartilhar com vocês a experiência da primeira disciplina que eu ofertei assim que cheguei na pós-graduação em 2013 - se vocês lembram foi o ano das mobilizações em todo país de críticas a nossa situação política. A disciplina “Política, movimentos sociais e processos de subjetivação”, como o próprio título da disciplina aponta trabalha com três elementos fundamentais para o tema que discutimos no Simpósio bem como neste texto elaborado especialmente para o livro que intitulamos

1 **Ensaio** é um texto literário breve, situado entre o poético e o didático, expondo ideias, críticas e reflexões éticas e filosóficas a respeito de certo tema. É menos formal e mais flexível que o tratado. Consiste também na defesa de um ponto de vista pessoal e subjetivo sobre um tema (humanístico, filosófico, político, social, cultural, moral, comportamental, literário, religioso etc.), sem que se pautem em formalidades como documentos ou provas empíricas ou dedutivas de caráter científico. O ensaio assume a forma livre e assistemática sem um estilo definido.

2 Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)/ Av. da Arquitetura s/n - 7º Andar, Departamento de Psicologia, Cidade Universitária - Recife - PE, CEP: 50740-550 * Fone/Fax: (81) 2126 8271 * E-mail: coordenacao.ppppsi@ufpe.br

“*Ciência como política: estratégias de resistência em tempos sombrios*”. Esta mesma disciplina eu ofereci mais quatro vezes, em momentos históricos diferentes, 2013.1; 2014.2; 2015.2 e 2020.1, e, em cada momento eu trouxe junto com as turmas temas, tópicos e referências bibliográficas que nos desafiavam a pensar a situação vivida por nós fundamentalmente no Brasil, mas não só nele.

Vale assinalar que não foi fácil na época montar a apresentação para o Simpósio e nem agora para a elaboração do capítulo do livro, como eu disse antes porque o tema remetia a vários caminhos possíveis e eu acabei resolvendo optar por um – trazer a experiência de reflexa(ção) de planejar e executar uma disciplina no Programa de Pós-graduação como uma das estratégias de resistência em momentos de crise, de situações a(di)versas, pensando nossas práticas cotidianas nos espaços acadêmicos, nas universidades como a nossa prática ativista a partir da noção da Ciência como política.

É PARA COMEÇAR, EU PRECISO CHAMAR A ATENÇÃO DE VOCÊS SOBRE DE QUE LUGAR EU FALO

Inicialmente assinalo que falo, nesse momento, a partir das discussões que a gente vem fazendo no GEMA - Núcleo Feminista de Pesquisas sobre Gênero e Masculinidades, que foi inspirado desde a sua criação em 1998, como grupo de pesquisa inclusive registrado no CNPq. Em seu início o GEMA era uma das ações de interlocução teórica e acadêmica do Instituto Papai, uma Organização Não Governamental, desdobramento de um projeto social fruto das discussões desenvolvidas nas dissertações de mestrado em Psicologia Social tanto minha como de Benedito Medrado sobre paternidade na adolescência e masculinidades respectivamente (Lyra, 1997; Medrado, 1997). Nossas proposições no GEMA/UFPE bem como no Instituto Papai foram inspiradas nas experiências do movimento de mulheres, dos movimentos feministas na academia, dos núcleos universitários sobre estudos sobre mulher e relações de gênero. e eu trago aqui para vocês os princípios com os quais a gente trabalha:

PRINCÍPIOS

1. O princípio da posição política: É um compromisso com a redução das desigualdades, baseada em gênero, sexualidade, raça, etnia, idade e territorialidade. E é, também, a associação com lutas mais amplas por direitos humanos, com vistas à justiça social (Carneiro, 2019; Corrêa; Ávila, 2003; Pitanguy; Barsted, 2006; Rosemberg, 1997).

2. O princípio da posição epistemológica: Posição radical sobre a articulação indissociável entre ciência e política e o reconhecimento de que a pesquisa é uma produção situada, portanto precária, parcial e provisória. Estamos dialogando, par-

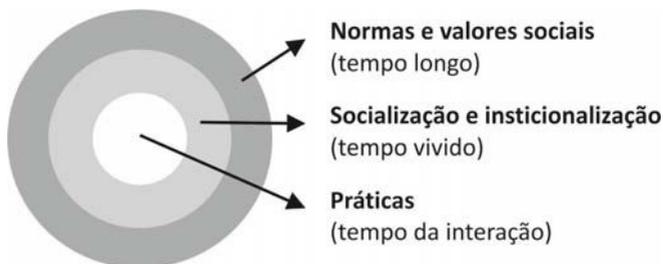
ticulamente, com as ideias e proposições de Donna Haraway, da Sandra Harding e da Patricia Hill Collins (Collins, 2019; Haraway, 1995; Harding, 2019).

3. O princípio da posição acadêmica: É um compromisso com a formação de pesquisadores, comprometidos e comprometidas com a revisão crítica das formas de conhecimento e de outras formas de exercício de poder. Então, pensando também de maneira autocrítica, esse campo do conhecimento, campo da pesquisa, campo dos estudos, como também espaços de poder e como é que a gente lida com essas questões.

Os fundamentos epistemológicos que regem o nosso debate, a nossa discussão, a nossa reflexão, desde a época da minha experiência do mestrado, vem a partir do **feminismo**, pensando ciência como prática social e conhecimento situado (Collins, 2019; Haraway, 1995; Harding, 2019); uma conversa e um diálogo também com a abordagem do **pós-construcionismo**, pensando a linguagem como prática social, a própria pesquisa como prática social, uma rejeição à ideia da ciência como espelho da natureza (Íñiguez, 2005; Rorty, 2000; Spink, 1999; Spink, 2003) e investir/apostar na quebra dessa dicotomia entre sujeito-objeto, mas pensar o conhecimento como construção social (Spink, 1999; Spink, 2003). E no campo da **Saúde Coletiva** em que eu fiz meu doutorado, particularmente o campo de análise de política (Araújo, 2000; Araújo & Maciel Filho, 2001; Farah, 2004; Walt & Gilson, 1994).

Nesse texto apresento nossa proposta de trabalho inspirada nas discussões do Construcionismo Social em que concebemos a produção de conhecimento em pelo menos três níveis de reflexão e discussão: (a) **o tempo da interação face a face**: o tempo do aqui e agora, práticas e processos de subjetivação; (b) **o tempo vivido**: o tempo das instituições, o discurso das instituições, socialização, institucionalização e modos de subjetivação; (c) **o tempo longo**: o tempo da história, o tempo das ideologias, o tempo dos regimes de verdade, normas sociais, símbolos e conceitos, que nos constituem como sujeitos (Medrado & Lyra, 2015). Como se pode observar no diagrama a seguir.

Figura 1 – Esquema gráfico ilustrativo da abordagem psicossocial que embasou o projeto que deu origem ao Instituto PAPAI



Fonte: Medrado e Lyra (2015)

Essa discussão e essa reflexão de ordem teórica, conceitual, de ordem mais abstrata, tem uma repercussão e uma conexão direta com o que a gente pensa na prática, não é só refletir teoricamente, abstratamente, mas também como a gente pensa na prática e aí tem umas iniciativas no campo da produção de conhecimentos e no campo da intervenção política, como ilustrado na figura 2, a seguir:

Figura 2 – Esquema gráfico ilustrativo da orientação programática do Plano de Ação do Instituto PAPAÍ



Fonte: Medrado e Lyra (2015)

EXPERIÊNCIAS PARA REFLEXAÇÃO

Voltando ao relato da experiência da disciplina “Política, movimentos sociais e processos de subjetivação” quero pontuar que não pretendo fazer uma mera descrição de uma situação de ensino e, sim da vivência da disciplina para problematizar as questões sobre participação política e democracia. Recuperei alguns e-mails, mensagens, conversas, da época da montagem do primeiro plano de disciplina, lembro que fiz uma consulta enorme a várias pessoas e entre elas, a Katita, a Kátia Maheirie, sobre como elas estavam trabalhando sobre essas questões nas universidades em que trabalham.

A ementa da disciplina em nosso programa, abarca esses quatro pontos iniciais: (a) fundamentos teóricos para a leitura sobre política, movimentos sociais e democracia; (b) o debate sobre conflitos e antagonismos; (c) as dimensões políticas

e culturais dos movimentos sociais e das ações coletivas; (d) as análises de processos de subjetivação a partir das diversas formas de engajamento político.

Essa é a ementa, e a partir dela a gente vai construindo a disciplina como a gente considera que é mais interessante, que a gente domine mais e que seja um debate propositivo para transformar a nossa sociedade, como uma reflexão de ordem prática também, por isso escolhi entre os temas trabalhados na disciplina a ideia da política como objeto de pesquisa, políticas públicas, políticas sociais, políticas, campo de análise e de avaliação de políticas: aproximações e diferenças, estética e política e ações coletivas, ações públicas e democracia.

E aí eu trago uma linha do tempo para poder pensar junto com vocês, vejam como vou chegando na minha construção de argumentos.

Eu já fiz essa disciplina quatro vezes e aí eu fui exatamente olhando essas quatro vezes, 2013.1, 2014.2, 2015.2 e em 2020.2. A realização das edições da disciplina foram em momentos históricos distintos dessa nossa história recente do Brasil: em 2013.1 destaco o movimento vem pra rua; em 2014.2 tivemos a reeleição da presidenta Dilma e logo após a contestação das eleições; em 2015.2 os prenúncios do golpe contra a presidenta Dilma personalizado pelo vice presidente Michel Temer e em 2020.2 seguimos vivendo o momento do (des)governo do presidente Bolsonaro e a pandemia da covid 19, situação que afetou o mundo todo. Mais adiante eu volto a comentar cada um destes momentos históricos.

Em cada uma das edições da disciplina, em cada momento em que essa ementa foi trabalhada, diferentes e diversos elementos foram pensados para poder discutir, para poder pensar a partir da provocação da própria disciplina, os três elementos política, movimentos sociais e processos de subjetivação foram traduzidos e atualizados às afetações daquele momento e às provocações daquele momento. Isso que eu quero refletir com vocês: o quão necessário é a gente poder pensar o contexto sócio-histórico no qual a gente está inserido. Qual é a possibilidade de diálogo e de negociação que a gente tem de acordo com o lugar do qual a gente fala, do espaço que a gente está? Qual(ais) noções de sujeito político está(ão) embutidos nas propostas das políticas e nos movimentos sociais? Qual é a nossa correlação de força? Qual é o nosso processo de resistência, de enfrentamento e de transformação da realidade?

Em 2013, primeiro semestre, no começo do ano de 2013, a gente começa a fazer essa disciplina, se vocês lembram historicamente, tem uma ebulição na história do Brasil, estávamos nos preparativos da copa no Brasil em 2014, a realização da Copa das Confederações em 2013, a questão das grandes obras, a primeira gestão do governo Dilma, que estava sendo desenvolvida e começa toda uma mobilização de contraposição ao próprio governo, que era o movimento **“Vem pra rua”**, e a gente ocupando o espaço da rua. Só que esse momento era uma ocupação das ruas muito intensa e muito estranha também, porque era muita gente diversa e diferente no meio da rua e que a gente estava com uma agenda, a princípio, aparentemente

dispersa ali, ou, ao mesmo tempo que se pode nomear como dispersa, pode se nomear como muitas pautas sobre a mesa, e a gente sem ter necessariamente um direcionamento. Ficava sempre a pergunta no ar quem é que respondia por essas instituições, por esses movimentos sociais, por essas pautas? E uma certa execração pública das institucionalidades que até então representavam “a Política”, o governo daquele momento, os partidos políticos, os sindicatos entre outros.

Em 2014, no ano seguinte, no segundo semestre, eu ofereço novamente a disciplina. A gente está no momento da reeleição da presidenta Dilma Vana Rousseff³ e, ao mesmo tempo, após a eleição e logo após a eleição, a contestação do resultado das eleições por parte do candidato opositor, o Aécio Neves do PSDB. É muito interessante assinalar este fato, porque a gente está vendo a história se repetir, estamos vendo isso acontecer agora em 2021/2022 com a campanha de reeleição do presidente Bolsonaro e a contestação do processo eleitoral, ameaças constantes à democracia, disseminação de *fake news*, negacionismo entre outros. Mas, ao nosso ver, ainda era um momento em que contávamos com propostas de políticas públicas oriundas dos governos Fernando Henrique Cardoso (duas gestões), de Lula (duas gestões) e de Dilma (duas gestões sendo uma interrompida). Eu dizia para a turma que tínhamos a chance e a oportunidade de poder pensar a política como objeto de pesquisa, como campo de investigação e analisar criticamente a contribuição dos movimentos sociais para a sua formulação e implementação, e mais que isso, foi um momento criativo e profícuo de surgimento e fortalecimento de diversos sujeitos políticos, principalmente nos campos dos feminismos e da saúde, por onde eu também me constituo como tal (Lyra, 2008).

Em 2015, no segundo semestre, ou seja, um ano depois, eu ofereço novamente essa disciplina e está ali uma discussão forte, uma discussão grande, que é muito interessante – o início dos retrocessos –, porque, ainda não é o ano do impeachment, o ano do impeachment é 2016, o golpe é dado em 2016, eu não chamo de impeachment, chamo de golpe mesmo. Mas em 2015 já vem prenúncios de um golpe e vocês vão entender porque eu estou querendo chamar a atenção para essa questão dos prenúncios de um golpe. Parece que a gente estava exatamente adivinhando o que viria pela frente.

Depois, passa-se um tempo, eu fiz outras disciplinas na pós graduação e, em 2020, a princípio no primeiro semestre eu montei essa disciplina de novo, a gente teve 15 dias de aula e depois começou a pandemia da COVID19, mas eu só vou retomar essa disciplina e conseguir realizá-la em outubro desse mesmo ano, de forma remota em função das recomendações de isolamento social. E aí eu chamo a atenção de que a gente tem um desgoverno num contexto de pandemia tanto no Brasil como nos Estados Unidos com o governo Trump, de pandemia mundial da COVID 19, que tem sido um fenômeno que a gente ainda não tem parâmetros de referência para as nossas reflex(ões), mas há tentativas, como por exemplo o dossiê da revista *Psicologia & Sociedade*, da ABRAPSO (Medrado et al, 2020).

HISTÓRIAS VIVIDAS, HISTÓRIAS CONTADAS...

Como vocês podem observar em cada momento que oferecemos essa disciplina, tivemos situações históricas no país que trouxemos como balizamento para atualizar as discussões e referências bibliográficas para a disciplina. Esse é o meu ponto de inflexão sobre essas questões: contexto histórico e a produção acadêmica e/ou dos movimentos sociais sobre situações vividas.

Nesse momento, na primeira versão dessa disciplina, eu estava entrando na pós graduação e pensando o que é que eu quero contar, o que é que eu quero fazer, como é que eu quero fazer, construir conjuntamente com quem vem participar das minhas aulas. Voltando a alguns pontos que assinalai no início deste texto. Eu vou recuperar exatamente a minha trajetória, eu digo minha, mas não é só minha, minha e das instituições das quais eu fiz parte, a minha trajetória também como sujeito político e como sujeito cognoscente e produtor de conhecimento. Então eu vou resgatar exatamente a minha história da época do mestrado que eu fiz a pesquisa sobre pais adolescentes. A própria dissertação de mestrado faz uma discussão sobre ensino-pesquisa e intervenção nas universidades, refletindo a experiência dos núcleos de estudos sobre mulher e gênero das universidades. Montamos um desenho de um Programa de Apoio ao Pai (o Papai) e uma reflexão teórica-conceitual sobre pais adolescentes, a partir de uma abordagem feminista discutimos as relações de gênero mas pensando gênero analisando as experiências dos meninos, analisando os homens e as masculinidades, e pensando nessas duas categorias as relações de gênero e as desigualdades/hierarquia/ subordinação de idade (de geração) presentes, ao mesmo tempo pensando uma intervenção social, um projeto social (Lyra, 1997; Medrado & Lyra, 2015). Da intervenção social que virou um projeto social, que virou uma ONG, o Instituto Papai, do qual fui um dos fundadores e permaneci trabalhando formalmente durante 11 anos, e se pensarmos desde a minha conclusão da graduação lá se vão 15 anos mergulhado nessas questões. E aí eu recupero exatamente essa experiência de refletir sobre política, propor política, produzir política a partir do lugar dos movimentos sociais, a partir do lugar das ONGs (Medrado & Lyra, 2015).

Ao mesmo tempo eu tinha feito meu doutorado no campo da saúde coletiva, no campo de análise de política, analisando o lugar dos homens nas políticas públicas de direitos sexuais e direitos reprodutivos na primeira gestão do governo Lula (2003-2006) a partir da história e do histórico do PAISM, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Lyra, 2008).

Na versão da disciplina **em 2013**, a minha posição era que nós tínhamos políticas, nós tínhamos políticas públicas formuladas e implementadas pelo Governo e/ou pelo Estado, Governo com G maiúsculo e Estado com E maiúsculo, mas com uma participação efetiva dos movimentos sociais, dos vários movimentos sociais. Vale assinalar que esta relação com os movimentos sociais não se deu de maneira

tranquila seja com o governo Lula seja com o governo Dilma, pois boa parte dos conteúdos de diversas políticas públicas elaboradas e implementadas por estes governos foram de autoria e fruto de reivindicações destes movimentos sociais, contudo com a participação de lideranças oriundas dos movimentos sociais na gestão pública terminou por enfraquecer, fragilizar os processos de resistência e de controle social. E aí nesse momento eu trago como alguns tópicos, conteúdos programáticos para trabalhar com os alunos: (a) a Política como objeto de pesquisa; (b) políticas públicas, políticas sociais e outras políticas; (c) o campo de análise e de avaliação de políticas: aproximações e diferenças; (d) estética e política: refletindo com Jacques Rancière; (e) Ações coletivas, ações públicas e democracia.

O que quero chamar a atenção nesse momento, é que estávamos ainda sob o reflexo da primeira e segunda gestão do governo Lula, da primeira gestão do governo Dilma e no início desse processo de transição para segunda gestão do governo Dilma. Não significa que tudo estava certo, que tudo estava ok! A gente, inclusive, como analista de política e como integrante do movimento social, sempre tinha um diálogo crítico sobre essas questões, mas, de qualquer forma, era possível o diálogo. E aí diante dessas discussões todas poder pensar a máxima, “nós temos políticas”, particularmente no nosso país, no Brasil. Como um contraponto propomos também dialogar com alguns movimentos sociais, em particular quatro: feminismos, juventudes, sexualidades e movimentos negros. Para poder problematizar o processo de construção das políticas por dentro dos movimentos sociais e ao mesmo tempo o diálogo crítico com as propostas de políticas públicas.

TÓPICOS, CONTEÚDOS, REFERÊNCIAS

Em 2014, a gente ainda acredita, estou falando da transição de processo histórico, mas ainda acreditava e ainda mantém a ideia, de que a gente poderia refletir, discutir e propor uma disciplina como essa apostando na estruturação das propostas de políticas e a gente pode entender por dentro esse processo, como é que ele ocorre, tanto a construção de políticas como o controle social, a participação democrática e a minha grande preocupação, como eu estava colocando inicialmente, uma reflexão crítica sobre essa construção e constituição de sujeito, do sujeito das políticas.

Ao mesmo tempo pensava essas proposições do campo das políticas públicas, com a contribuição e com a participação dos movimentos sociais e do próprio campo de conhecimento das universidades, a universidade como sujeito político nesse processo, que a produção do conhecimento também alimenta as próprias políticas públicas (Gurgel, 2007). A gente está vendo isso com a questão da vacina e com uma série de coisas da questão da pandemia (Spink, 1999). Mas o que eu quero destacar aqui é que eu considero absolutamente importante e fundamental a gente continuar apostando no campo, apostando e disputando, as questões das políticas públicas como

campo de conhecimento, como campo de pesquisa, como objeto de pesquisa, para que a gente possa pensar a política de forma crítica. Porque, inclusive, a gente foi coautor, coprodutor de algumas dessas propostas de política, entre elas a saúde do adolescente e a saúde do homem (Ministério da Saúde, 2009). Esse é o meu ponto.

Mais uma vez eu trouxe as reflexões propostas pelos quatro movimentos sociais: Feminismos e constituição de sujeitos políticos; juventudes: entre transitoriedades e participação política; sexualidade, movimentos sociais e processos de subjetivação; movimento negro: em defesa da igualdade racial e crítica ao racismo. Mas nesta edição da disciplina eu queria fazer destaque para dois deles. No debate sobre juventudes, por exemplo, quando chegou nessa versão da disciplina em 2014, eu estava querendo trazer pessoas jovens para poder falar sobre o processo dos movimentos sociais de juventude. Mas é interessante porque eu, na época quando estava no Instituto Papai e dialogando com os movimentos sociais de adolescentes e jovens a partir do lugar das ONGs, o diálogo se dava a partir do lugar de adulto; adulto, educador, especialista, dialogando com adolescentes e jovens. Passado o tempo, agora na universidade fazendo uma discussão sobre juventude fui chamar os jovens que eu tinha conhecido na época do movimento, só que a juventude como um conceito em transição, esses jovens já não eram mais jovens e aí não foi fácil tê-los juntos para poder conversar sobre os desafios da agenda política dos movimentos juvenis, afinal de contas o tempo passa para todos e boa parte destes adolescentes e jovens já eram adultos. De qualquer forma eu consegui alguns jovens que estavam inseridos em mobilizações culturais e nos movimentos de direitos urbanos. Eu queria chamar a atenção agora ao diálogo com o movimento negro, eu tive o prazer e a oportunidade de poder trazer mulheres negras, referências do movimento feminista negro, do movimento de mulheres negras para dialogar com a universidade e contar sua experiência. E uma delas foi a Vera Baroni, uma mulher negra super importante no movimento de mulheres de Pernambuco, da rede de mulheres de terreiro, uma pessoa incrível.

TÓPICOS, CONTEÚDOS, REFERÊNCIAS

Em 2015, nessa discussão sobre o campo das políticas, como eu nomeei, já era o momento dos prenúncios de um golpe e eu estava nesse momento com alunos trabalhando no campo da saúde mental. A gente construiu a proposta da disciplina para tentar pensar principalmente esse debate sobre a política, mas já num outro plano que era o plano de pensar nas micropolíticas. Eu tinha dialogado com o movimento de mulheres, com o movimento de juventude, com o movimento do debate da defesa da sexualidade, diversidade sexual e do movimento negro. Nessa configuração, nesta edição da disciplina, eu trago outras provocações, outros movimentos para gente dialogar e ao mesmo tempo alguns conceitos provocativos para a gente pensar a condição e a história desses movimentos. De cara, os movimentos políticos de direita,

que obviamente eu mesmo tenho meus limites, eu não convidei um movimento de direita para estar na universidade, para dialogar com ele, mas eu chamei uma pessoa que estava trabalhando com essas questões e trouxe um professor da sociologia, o Artur Perrusi, que trouxe como textos de referência para a gente, personalidade autoritária do Adorno, o texto da professora Iray Carone, da USP, dialogando com Adorno, as pesquisas que o Flávio Pierucci fez em São Paulo sobre o quadro de valores conservadores da população paulistana de classe média. As pesquisas de Pierucci, por exemplo, eram dos anos de 1980, mas a gente viu o discurso muito semelhante em 2015 e agora em 2020 mais ainda. O diálogo com os movimentos políticos de direita era para pensar como contraponto os conceitos de dissenso, conflito e confronto. Porque no meu entender não tinha possibilidade de diálogo, já era um processo que foi se acirrando e a gente tá vendo isso agora, cada vez mais, que a gente tá numa situação de confronto absoluto. Os movimentos antiproibicionistas, a discussão toda sobre a legalização de drogas, a marcha da maconha, e poder pensar qual é a noção de liberdade que a gente tem na nossa sociedade. Isso aí em 2015, estava na transição, ainda no governo Dilma, Temer não tinha tomado o poder, não tinha feito o golpe. No movimento em defesa do uso dos espaços públicos, em Recife estava bastante potente a movimentação do Ocupe Estelita, do movimento de direitos urbanos e a ideia era poder refletir sobre a questão do uso dos espaços públicos e o conceito de participação política dessas outras esferas, que cidade a gente está pensando para gente, inclusive, assim, qual é o lugar para a periferia? Qual é o lugar para os jovens? Qual é o lugar para os adolescentes que estão sendo pensados nessas cidades? Nas nossas cidades. Então isso era uma coisa bem importante e, como consequência, como eram as possibilidades de participação política, muito influenciado com o trabalho de uma amiga que analisou o Ocupe Estelita à luz das propostas do Jacques Rancière (Jácome, 2014). No movimento de luta antimanicomial, todo o debate de saúde mental, o conceito de autonomia (Mirella, Silva & Lyra).

TÓPICOS, CONTEÚDOS, REFERÊNCIAS

Aí chegamos em 2020, lidar com a situação, como eu falei, de um desgoverno e de uma pandemia. Ao nosso ver neste momento não tínhamos mais as políticas, as políticas públicas como entendíamos em 2013, tinha ocorrido o golpe contra a presidenta Dilma, o governo Bolsonaro tinha assumindo, não havia mais espaço institucional para a gente poder pensar o campo de proposição de políticas públicas da maneira como eu pensei em outros anos, em outras edições da disciplina. O desenho da proposta inicial era para fazer uma reflexão crítica, para tentar entender o que tinha acontecido desde as manifestações de 2013, o momento pré-golpe, a questão do momento do golpe e também recuperarmos os estudos sobre a questão da militarização do Brasil e da relação com as ditaduras, os movimentos fascistas

e os desafios atuais. Uma ideia inicial era poder pensar, que a gente estava com a história de um golpe, de um governo conservador de extrema direita, qual era a repercussão nos movimentos sociais. Partimos do pressuposto que este governo interferiu nos diversos movimentos sociais, esse desgoverno atingiu várias esferas e vários movimentos e vários sujeitos, por consequência. Mas nesse contexto também veio a pandemia e a gente foi tentar pensar nessas situações todas, esses desafios cotidianos diante da pandemia. No Simpósio de Psicologia Política eu assisti à fala da Sônia Correia, do Observatório Sexualidade e Política e da ONG Abiaids e na disciplina lemos textos do Observatório, os textos que estão em uma coleção *Pandemia Crítica* (Pelbart & Fernandes, 2020) e outras publicações, a *Sopa de Wuban* (Agamben et al., 2020) que é um livro que traz textos de grandes pensadores sobre essa situação da pandemia.

TÓPICOS, CONTEÚDOS, REFERÊNCIAS

Em síntese, volto a trazer o título desses grandes debates no Simpósio, desses grandes diálogos: Participação política, espaços democráticos e modos plurais de vida e o título da própria disciplina: Política, movimentos sociais e processos de subjetivação e o título deste texto **Ciência como política: estratégias de resistência em tempos sombrios**. Espero que eu tenha conseguido me fazer entender nesse processo de construção conjunta, coletiva, de viver essas coisas e tentar compreender e ao mesmo tempo construir possíveis alianças para a resistência. Esse simpósio, a proposição da Associação de Psicologia Política Brasileira e os temas e subtemas, os trabalhos que estão sendo apresentados nesse encontro todo faz parte desse processo, desse processo de resistência. E com isso eu concluo minha fala para a gente abrir para o debate, muito obrigado!

REFERÊNCIAS

- Agamben, Giorgio; Zizek, Slavoj; Nancy, Jean Luc; Berardi, Franco; Petit, Santiago I; Butler, Judith; Badiou, Alan; Harvey, David et al.** (2020). *Sopa de wuhan: pensamento contemporâneo em tempos de pandemias*. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio). <https://bit.ly/sopadewuhan>.
- Araújo Junior, José Luiz** (2000). *Health sector reform in Brazil, 1995-1998: an health policy analysis of a developing health system*. Thesis (PhD in Health Services Studies) - The University of Leeds, Leeds.
- Araújo Junior, José Luiz & Maciel, Romulo** (2001). Developing an operational framework for health policy analysis. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil* [online], 1(3), 203-221. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292001000300002>
- Carneiro, Sueli** (2019). Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento Feminista Brasileiro Formação e Contexto* (pp. 271-289). Bazar dos Tempos.
- Collins, Patricia Hill** (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.
- Corrêa, Sonia; Ávila, Maria Betânia** (2003). Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros. In: Elza Berquó (Org.). *Sexo & vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil* (pp. 17-78). UNICAMP.
- Farah, Marta F. S.** (2004). Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1), 47-71.
- Gurgel, Idê Gomes Dantas** (2007). *A pesquisa científica na condução de políticas de controle de doenças transmitidas por vetores*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Departamento de Saúde Cole-
- tiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife/PE.
- Haraway, Donna** (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, 5, 07-41.
- Harding, Sandra** (2019). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: Heloisa Buarque de Hollanda (Org.). *Pensamento feminista: conceitos Fundamentais* (pp. 95-118). Bazar do Tempo.
- Íñiguez, Lupicínio** (2005). Nuevos debates, nuevas ideas y nuevas prácticas en la psicología social de la era 'post-construccionista'. *Athenea Digital*, 8. <https://atheneadigital.net/article/view/n8-íñiguez/235-pdf-es>
- Jácome, Márcia Larangeira** (2014). *Comunicação, experiência sensível e cidadania: a construção do comum entre comunidades virtuais e espaço urbano*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Comunicação. UFPE, Recife/PE.
- Lucena, Mirella, Silva, Jorge Luiz, & Lyra, Jorge** (2018). O movimento de luta antimanicomial e os desafios em contextos de crise. *SER social (on line)*, 19, 519-536.
- Lyra, Jorge** (1997). *Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP.
- Lyra, Jorge** (2008). *Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife/PE.

Medrado, Benedito (1997). *O masculino na mídia*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP.

Medrado, Benedito & Lyra, Jorge (2015). *Produzindo memórias para alimentar utopias: Narrativas sobre uma organização feminista brasileira que, desde 1997, ousa trabalhar com homens e sobre masculinidades*. Recife: Instituto PAPAÍ.

Medrado, Benedito; Lyra, Jorge; Hüning, Simone; Bernardes, Anita Guazelli; Souza, Laura Vilela; Iñiguez, Lupicinio; Lima, Maria Lucia Chaves; Cordeiro, Mariana Prioli (2020). Abordagens psicossociais sobre a primeira fase da pandemia do novo coronavírus no Brasil. *Psicologia & Sociedade* (online). 32, e020001.

Ministério da Saúde (2009). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes*. Autor.

Pelbart, Peter Pál & Fernandes, Ricardo Muniz (2020). *Pandemia crítica*. N-1 Edições.

Pitanguy, Jacqueline; Barsted, Leila (2006). *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM; Ford; Cepia.

Rorty, Richard (2000). *Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança*. UFMG.

Rosemberg, Fúlvia (1997). Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. *Pro-posições*, Campinas, 7(3), 17-23.

Spink, Mary Jane (Org.). (1999). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. Cortez.

Spink, Mary Jane (2020). “Fique em casa”: a gestão de riscos em contextos de incerteza. *Psicologia & Sociedade* [online], 32, e020002. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32239826>

Spink, Peter (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2): 18-42. <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n2/a03v15n2>.

Walt, Gill & Gilson, Lucy (1994). Reforming the Health Sector in developing countries: the central role of policy analysis. *Health Policy and Planning*, 9(4), 353-370.

A AGENDA ANTIGÊNERO E A RE/DESCONFIGURAÇÃO DE POLÍTICAS DE ESTADO NO BRASIL

Rogério Diniz Junqueira

Os setores ultraconservadores brasileiros não parecem ter assumido um papel de destaque nos processos transnacionais de formulação do discurso antigênero e nem desempenhado uma liderança no alvorecer dos movimentos reacionários que, em todos os continentes, vociferam contra a “ideologia de gênero”.¹ Embora o ativismo ultraconservador brasileiro tenha acionado elementos do discurso antigênero desde meados dos anos 1990, somente duas décadas depois houve aqui um o intenso investimento no potencial mobilizador da ordem moral e na tematização enfática e ostensiva contra a assim dita “ideologia de gênero”. A partir de então, tais atores demonstraram crescente capacidade de articular-se com outros setores conservadores, fabricar polêmicas, capturar a mídia, incidir na agenda pública e fazer integrar o léxico antigênero à linguagem corrente, por meio de ações metódicas voltadas a promover pânico moral e intervenções em escolas e espaços legislativos em nome da “defesa da família”, contra a “doutrinação ideológica” e a “erotização das crianças”. A escola, a docência e os currículos foram colocados no centro do debate público, a partir de enfoques regressivos, autoritários, antilaicos, familistas, privatistas e discriminatórios.

Na esteira da intensa e conturbada reconfiguração do cenário político do país, e com a chegada de Jair Messias Bolsonaro à presidência da república, o discurso antigênero² se tornou um dos principais norteadores da ação do governo federal nas áreas de educação, saúde, cultura, direitos humanos e relações exteriores. A formulação e a implementação das políticas públicas nessas áreas não sofreram apenas meras adequações baseadas em preceitos ideológicos atinentes à visão de mundo dos atuais

- 1 Em outros textos (Junqueira, 2016, 2017, 2018, 2022), investiguei a emergência do discurso antigênero e do sintagma “ideologia de gênero”, as características e as estratégias da ofensiva reacionária transnacional antigênero.
- 2 Emprega-se aqui o termo “antigênero” em referência à posição antifeminista contrária à adoção da perspectiva de gênero e ao reconhecimento da diversidade sexual e de gênero nas políticas sociais e na vida cotidiana.

gestores e das forças políticas que representam. As mudanças empreendidas envolvem formas, métodos, conteúdos, princípios organizacionais, espaços, estruturas, redes de atores e ritmos muito distintos dos que costumavam ser observados em contextos nos quais transparência, participação e justiça social eram quesitos valorizados.

Os paradigmas das políticas públicas foram alterados, invertidos, corrompidos ou abandonados em favor da adoção de preceitos e repertórios de ação partilhados entre forças sociais e políticas que, em diversos países, atuam em favor da emergência e conformação de cenários político-discursivos autoritários, ultraconservadores e reacionários. Em vez de se operarem como instrumentos e técnicas de governo tal como se costumava observar, as políticas públicas passam a assumir os contornos de ações orientadas pelos princípios e métodos das guerras culturais. Assim, no caso das políticas educacionais, atuando articuladamente em uma autêntica cruzada reacionária antigênero, os próprios agentes do Estado realizam ou estimulam investidas contra a escola pública, com vistas a deslegitimar a liberdade docente e a desestabilizar o caráter público e laico da instituição escolar como espaço de formação crítica e socialização para o convívio plural, cidadão e democrático.

A CIRCULAÇÃO DO DISCURSO ANTIGÊNERO E SUAS PRIMEIRAS INCIDÊNCIAS POLÍTICAS NO BRASIL

Traços da retórica antigênero em circulação podiam ser observados no país já no fim dos anos 1990, especialmente entre religiosos, como o blogueiro evangélico Júlio Severo (1998, 2003), e, a partir de 2003, entre defensores das terapias de reorientação sexual, dentre os quais se destacava a “psicóloga cristã” Rozangela Alves Justino (2004, 2005). Expressões como “ideologia *gay*”, “doutrinação homossexual nas escolas”, “mordaça *gay*” aparecem com frequência nessas falas pelo menos desde 2005. Naquele momento, ainda era raro o emprego público do sintagma “ideologia de gênero”, embora seja possível registrar o seu acionamento desde 2004 e o incremento gradual em seu emprego de 2011 em diante. Nos anos seguintes, houve um gradativo acionamento desse discurso, ao sabor da oposição ao programa federal Brasil Sem Homofobia (criado em 2004), ao projeto de lei sobre a criminalização da homofobia (PLC nº 122/2006), às normas deontológicas do Conselho Federal de Psicologia vedando a “cura *gay*”, ao Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (de 2009) e com a reemergência de um ativismo antiaborto, mais forte e organizado. O segundo turno da campanha eleitoral de 2010 foi marcado por uma forte tematização contra o aborto, o casamento entre pessoas de mesmo sexo e o combate à homofobia. Em maio de 2011, na ocasião do veto presidencial ao material didático anti-homofobia, o sintagma não apareceu, embora detratores das políticas de equidade de gênero e reconhecimento da diversidade sexual nas escolas viessem fazendo uso enfático

da retórica antigênero desde novembro anterior.³ Ainda em maio, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo. Em agosto, lideranças religiosas passaram a falar publicamente em “ideologia de gênero”. O ativismo religioso antigênero intensificou-se nos anos seguintes, realizando ataques às políticas públicas de educação e saúde, por meio, por exemplo, de atividades de desinformação e disseminação de acusações infundadas (sobre gestores, docentes e ativistas), do questionamento dos indicadores sobre violações de direitos humanos de mulheres e LGBTI+ e da condução de uma disputa moral sobre a infância e a adolescência. Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou resolução obrigando os cartórios a registrarem o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e, quando solicitados pelos casais, a converterem em casamento as uniões estáveis já registradas. Enfim, o sintagma “ideologia de gênero” eclodiu de modo ostensivo, no curso das mobilizações de fundamentalistas e ultraconservadores pela exclusão das menções a gênero e orientação sexual dos planos nacional, estaduais e municipais de Educação, em março de 2014. No fim daquele mês, o cardeal e arcebispo do Rio de Janeiro, Orani Tempesta (2014), publicou no *website* da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a nota intitulada “Reflexões sobre a ‘ideologia de gênero’”, adotando o léxico e as estratégias discursivas da ofensiva.

As reações ultraconservadoras às propostas de inclusão das temáticas de gênero nos planos de educação costumam ser apontadas como o início das grandes mobilizações antigênero no país. A partir de então, a ofensiva se espalhou de forma ruidosa e virulenta, angariando apoios, sobretudo, de lideranças neopentecostais, com grande visibilidade, além da adesão orgânica ou oportunista de atores políticos de diferentes orientações ideológicas. Ao sabor de articulações, estratégias discursivas e repertórios de ação semelhantes ou comuns aos adotados pelos movimentos antigênero em outros países, logrou-se, em tempos relativamente curtos, agregar e ampliar distintas redes de atores, interesses, significados e representações, envolvendo, por adesão, captura ou emulação, uma grande variedade de agentes sociais.

Em um processo que representa uma expansão do campo religioso como campo político, passou a engrossar as fileiras das cruzadas antigênero um crescente número de gestores, políticos, conselheiros tutelares, magistrados, promotores, procuradores, advogados, médicos e psicólogos, lideranças e associações religiosas, profissionais da mídia, empresários, integrantes de diversos grupos conservadores e ultraconservado-

3 Ao lado de campanhas de desinformação, ameaças e intimidações, termos como “kit *gay*”, “propaganda *gay*”, “apologia *gay*”, “*lobby gay*”, “ditadura *gay*”, “gayzismo”, “feminazi”, “fanatismo pró-*gay*”, “heterofobia”, “agenda”, “antifamília” e “ideologia anti-humana” pululavam no Congresso Nacional, nas escolas, na *internet*. Dentre vários parlamentares que investiram na tematização contra a “ideologia de gênero”, o nome do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro se destaca. Um levantamento realizado por Lola Ferreira e Natália Leão (2019) revela que, entre 2011 e 2017, ele vociferou contra a “ideologia de gênero” aos menos 63 vezes nos pronunciamentos em plenárias e sessões parlamentares da Câmara dos Deputados.

res, personagens variados em busca de afirmação ou projeção, entre outros.⁴ O alvo principal dessas investidas foram as escolas, os corpos docentes, os materiais didáticos, os currículos.⁵ E, entre as mobilizações conservadoras e reacionárias que acionavam o discurso antigênero, as que buscavam definir os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular⁶ estão entre as que conseguiram incidir nas políticas educacionais, no governo de Dilma Rousseff⁷ e no de Michel Temer, um apoiador da ofensiva.

BOLSONARO: DO POLÍTICO IMPRODUTIVO AO OFENSOR ANTIGÊNERO

Muito antes de chegar à presidência, por mais de três décadas, Bolsonaro, um ex-militar forjado nas franjas mais extremistas da ditadura civil-militar, não passava de um político provinciano, inexpressivo, caricato, focado na defesa de interesses corporativos de militares de baixa patente, policiais e grupos ligados às forças da ordem, e na oposição contumaz às pautas dos direitos humanos. Entretanto, ganhou crescente visibilidade midiática ao investir em uma *persona* política radical, com exacerbada agressividade, punitivista, moralista, antifeminista, favorável à tortura e obcecada em confrontar qualquer assunto relativo à homossexualidade e à agenda de direitos das pessoas LGBTI+. Na esteira desse processo, passou a demonstrar cada vez maior hostilidade em relação a políticas voltadas a enfrentar questões sociais (direitos sociais, pobreza, racismo, violência de gênero, meio ambiente, segurança pública e cidadania, questão fundiária, demarcação das terras indígenas e de populações remanescentes de quilombos etc.) e medidas voltadas a garantir maior participação social.

Valendo-se de um crescente moralismo antipolítico, projetou-se como um possível porta-voz da indignação meritocrática e anticorrupção, disposto a representar toda e qualquer tese contrária aos direitos humanos e, em última análise, aos valores democráticos. Em paralelo, houve um gradativo estreitamento de suas relações com variados setores de ultradireita, uma incorporação do léxico antigê-

- 4 Para tanto, tal como ocorreu em outros cenários, parece ter cumprido um papel importante a desconfeccionização (Carnac, 2014) do discurso antigênero, ou seja, uma estratégia por meio da qual se elidem ou ocultam as matrizes religiosas do discurso, de modo a permitir que seus conteúdos passem mais facilmente a figurar em documentos de Estado, diretrizes de políticas públicas, decisões judiciais, pronunciamentos de dirigentes públicos e até de lideranças religiosas, revestidos de certa laicidade ou aparente cientificidade.
- 5 O movimento reacionário “Escola Sem Partido”, fundado em 2004, adquiriu maior força política ao incorporar o discurso antigênero à sua plataforma político-ideológica (Penna, 2017). Seu caráter filialista, privatista, antidemocrático, antilaico e discriminatório e as medidas que defende representam ameaças e violações de direitos e garantias constitucionais, diretrizes educacionais nacionais e normativas internacionais em matéria de direitos humanos, como o direito à educação de qualidade, pluralista e inclusiva.
- 6 As articulações para restringir ou eliminar as menções às temáticas de gênero e sexualidade e garantir a introdução de ensino religioso na BNCC representaram passos importantes da ofensiva antigênero no campo educacional brasileiro. Ver: Carreira (2019).
- 7 As políticas relacionadas à promoção da diversidade sexual e de gênero durante as presidências de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, em especial aquelas nos campos da educação e da saúde, foram alvos dos cruzados antigênero, que lideraram reações, catalisadas por pânico moral, desproporcionais aos avanços (em geral modestos, mas importantes) que as políticas possam ter representado.

nero ao seu repertório discursivo, bem como a inclusão de estratégias políticas da ofensiva reacionária antigênero – dedicando-se especialmente a uma cruzada contra a “ditadura *gay*” e a “imposição do kit *gay*” nas escolas.

O acionamento de representações antissistema, anticorrupção e antigênero, aliado à exploração de medos, inseguranças, preconceitos e diferentes graus de decepção e ressentimento em relação às administrações petistas, entre outros fatores, deve ter catalisado a adesão e a captura de novos apoiadores e favorecido uma aproximação e uma possível identificação com parcelas crescentes do eleitorado de diferentes níveis socioeconômicos e orientações político-ideológicas, não apenas entre setores historicamente mais conservadores.⁸

Tais providências permitiram que um ator despreparado, desprovido de relevância política, sem base partidária nem plano de governo se projetasse em nível nacional e, em um cenário em que as forças políticas de direita percebiam ter poucas chances eleitorais, se cacifasse como um dos possíveis representantes orgânicos de forças sociais e políticas conservadoras e ultraconservadoras heterogêneas, interessadas na adoção de diretrizes políticas, nem sempre convergentes, mas invariavelmente regressivas em termos estruturais, institucionais, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Não por acaso, em sua campanha eleitoral, ao lado do (ou em convergência com o) compromisso com o aprofundamento das reformas ultraliberais, ganhou máxima centralidade a defesa da ordem moral e sexual, conduzida ao sabor da reafirmação de visões tradicionalistas de família, da exacerbação da rudeza viril como atributo de um dirigente íntegro e corajoso (o “mito”, um militar, um antipolítico), da naturalização da violência de gênero, da recusa em reconhecer a existência da cultura do estupro. Também nessa direção, variados estratagemas discursivos e dispositivos retóricos atuaram no cultivo de teorias conspiracionistas, na separação binária entre cidadãos de bem e de mal, na demonização de críticos e adversários (“inimigos da família”, “extremistas”, “corruptos” etc.), na desinformação em massa, nas manobras de inversão e na promoção contínua de pânico moral, por meio do qual se buscava alarmar a população sobre a degradação da educação, a doutrinação ideológica, a imposição da “ideologia de gênero” e a “erotização precoce das crianças” por parte de professores “ativistas”.

Enquanto se apresentavam como “defensores da pátria, dos valores e da vida”, propalavam teses armamentistas e defendiam a suspensão da ilicitude da violência policial letal, e, na mira dos seus ataques, figuravam os direitos humanos, o “politicamente correto”, a expressão artística, a liberdade docente, os currículos escolares, os direitos sociais, a mídia, o ambientalismo, as populações indígenas, os movimentos

8 Ester Solano Gallego (2018), ao analisar razões que levam os brasileiros a apoiarem a nova direita, ressalta a complexidade e a multidimensionalidade de um fenômeno com densas raízes sociais e possivelmente duradouro.

negros e LGBTI+, os sindicatos, entre outros. Ao vetusto verde-amarelismo⁹, do acervo ufanista e católico tradicionalista, agregaram o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, de inequívoca reverberação nazifascista.

POLÍTICA PÚBLICA SOB A “PERSPECTIVA DA FAMÍLIA”

Com a chegada de Bolsonaro à presidência da república, comprometendo-se a implementar uma plataforma de contrarreformas ultraliberais e ultraconservadoras, há uma mudança substancial em, pelo menos, três pontos fundamentais nesse cenário. O governo federal tornou-se o principal ator da política antigênero no país. Os pressupostos ideológicos e os interesses envolvidos na ofensiva antigênero passaram a constituir um dos eixos organizadores da política de governo e uma das diretrizes da política de Estado (em especial, em temas relativos a direitos humanos, educação, cultura, saúde e relações exteriores).¹⁰ E, por fim, o país se moveu para o lado oposto do tabuleiro geopolítico internacional, enfatizando a defesa de pautas autoritárias, reacionárias, antifeministas e antilaicas, buscando desempenhar um papel de relevância no ataque sistemático aos direitos sexuais e reprodutivos, alegadamente em defesa dos

- 9 Marilena Chauí (2000) chama a atenção para o “verde-amarelismo”, seus processos de elaboração, reconfigurações, deslocamentos e como, desde a colônia, tem operado em diferentes contextos históricos brasileiros, ora correspondendo à autoimagem celebrativa dos setores dominantes, ora agindo como compensação imaginária de uma condição periférica e subordinada. Ele é recorrente nas odes à nação e a vultos, na reafirmação de mitos, na repressão em nome da pacificação. A partir do populismo varguista, o “verde-amarelismo assegura que aqui não há lugar para a luta de classes e sim para a cooperação e a colaboração entre o capital e o trabalho, sob a direção e a vigilância do Estado” (p. 38). Na campanha eleitoral, em cerimônias de posse, programas e peças de propaganda do governo Bolsonaro, observa-se um contínuo esforço em acionar e revitalizar o verde-amarelismo: “Nossa bandeira é verde-amarela, jamais será vermelha”, “Programa Casa Verde e Amarela”, “Brasil Imunizado – Somos uma só nação”. É explícita a reverberação dos lemas brandidos durante a ditadura civil-militar.
- 10 Em seus discursos de posse como ministros da Educação e das Relações Exteriores, Ricardo Vélez Rodríguez e Ernesto Henrique Fraga Araújo, ambos discípulos de Olavo de Carvalho, acionaram, de maneira nítida e enfática, diversos elementos do universo lexical antigênero e antiglobalista, articulando-os com visões conspiracionistas e representações oriundas do pensamento político católico tradicionalista. Trecho do discurso de posse de Vélez Rodríguez, na Educação: “*Jair Messias Bolsonaro também prestou atenção à voz entrecortada de pais e mães reprimidos pela retórica marxista que tomou conta do espaço educacional. À agressiva promoção da ideologia de gênero somou-se a tentativa de derrubar as nossas mais caras tradições pátrias. Essa tresloucada onda globalista ... passou a destruir, um a um, os valores culturais em que se sedimentam as nossas instituições mais caras: a família, a igreja, a escola, o estado e a pátria, numa clara tentativa de sufocar os valores fundantes da nossa vida social. ... Combateremos com denodo o marxismo cultural hoje presente em instituições de educação básica e superior.*” (Vélez Rodríguez, 2019, grifos meus). Trecho do discurso de posse de Araújo: “*O globalismo se constitui no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano. ... Aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito a guardar suas fronteiras, ... que propalam que um feto humano é um amontoado de células descartável ... Por isso a luta pela nação é a mesma luta pela família e a mesma luta pela vida, a mesma luta pela humanidade em sua dignidade infinita de criatura*” (Araújo, 2019, grifos meus). Nos dois primeiros anos de mandato, as sucessivas trocas de titulares na pasta de Educação não implicaram abandono ou enfraquecimento das diretrizes governamentais estabelecidas. A influência de Olavo de Carvalho e outros expoentes da extrema-direita internacional no governo Bolsonaro é analisada por Benjamin R. Teitelbaum (2020).

“valores tradicionais”, da “família” (quase sempre declinada no singular), da “inocência das crianças” e da “liberdade religiosa”, isto é, contra a “cristofobia” (Chade, 2021). Para tanto, Bolsonaro posicionou em cargos estratégicos para a implementação de políticas de cunho marcadamente ultraconservador e a promoção de suas guerras culturais atores com relações orgânicas com grupos, organizações e movimentos reacionários, antifeministas e tradicionalistas – em geral cristãos dogmáticos.

Dentre eles, destaca-se Damares Regina Alves, pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular e da Igreja Batista da Lagoinha, ativista pró-vida, antifeminista, advogada ligada a operadores do Direito cristão. Ela atuou por mais de duas décadas como assessora parlamentar de importantes congressistas evangélicos neopentecostais. Foi consultora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, e também secretária nacional do movimento “Brasil Sem Aborto” e membro dos grupos “Maconha Não” e “Brasil Sem Drogas”. Colaborou com a fundação da Associação Nacional de Juristas Evangélicos, da qual foi diretora de Assuntos Parlamentares. Ao longo de anos, construiu relações estreitas com diversos setores políticos e religiosos ultraconservadores, nacionais e estrangeiros, envolvidos na ofensiva antigênero,¹¹ como o movimento reacionário brasileiro “Escola Sem Partido”, a mexicana *Iniciativa Ciudadana por la Vida y la Familia* e a estadunidense *Alliance Defending Freedom*.¹²

- 11 Antes de as campanhas antigênero irromperem na arena pública brasileira, a “Pastora Damares” percorria o país participando de eventos nos quais já se valia de representações, argumentos, artifícios retóricos e persuasivos que seriam, pouco depois, amplamente empregados na ofensiva. Em suas palestras às comunidades religiosas, buscava alarmar pais e mães quanto aos supostos riscos a que suas crianças estariam expostas nas escolas. A família estaria em perigo. Sem indicar fontes, fazendo generalizações imprecisas e fornecendo informações distorcidas, alegava que, em função da política do governo federal, os estudantes estariam sendo submetidos à doutrinação política e à erotização precoce. Materiais didáticos “distribuídos pelo MEC” estariam “ensinando a homossexualidade”, promovendo a legitimação da prática do aborto, o uso de drogas, entre outras coisas. “A igreja evangélica está deixando isso acontecer. Vamos começar a reagir, porque estão detonando as nossas crianças.” A palestra “O Cristão diante de novos desafios”, proferida na Primeira Igreja Batista de Campo Grande, em 13 de abril de 2013, viralizou, projetando-a ainda mais no cenário político e religioso. Para a palestra, ver www.youtube.com/watch?v=BKWc0sUOvVM&ab_channel=PrimeiraBatista
- 12 A *Alliance Defending Freedom* é classificada pelo *Southern Poverty Law Center* (2020) como “grupo de ódio”. Para consultar a lista das entidades classificadas como grupos de ódio, ver www.splcenter.org/hate-map

Incumbida de chefiar o recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos¹³, nomeou para as diretorias da pasta pessoas¹⁴ vinculadas a agendas nacionais e transnacionais ultraconservadoras e reacionárias.¹⁵ Para atuar como titular da inédita Secretaria Nacional da Família colocou a jurista pró-vida Angela Vidal Gandra da Silva Martins (mais conhecida como Angela Gandra), membro da União dos Juristas Católicos de São Paulo, ligada à *Opus Dei*, à ADF, ao *Ordo Iuris*,¹⁶ ao *Political Network for Values*¹⁷ e outros grupos, redes e plataformas de extrema-direita. Na ocasião de sua chegada ao ministério, a secretária declarou em uma entrevista a um jornal de extrema-direita: “Todas as nossas políticas públicas devem ter como característica uma *perspectiva de família*. ... Nossa perspectiva é a de fortalecer o ser *humano* de acordo com a sua própria *natureza*” (Gazeta do Povo, 02/01/2019, grifos meus). De uma só vez, anunciou o abandono e a inversão da *perspectiva de gênero* aprovada na Conferência de Pequim, bem como a adesão estratégica à renaturalização da ordem moral e sexual, central na retórica antigênero.

- 13 Em seu discurso de posse, a ministra expôs sua notória concepção antifeminista e ultraconservadora em matéria de família, mulher, educação, diferença sexual, relações de gênero e direitos sexuais: “No que depender desse governo e dessa equipe, *sangue inocente não será mais derramado* em nosso país. Este é o *ministério da vida*. ... as mulheres terão prioridade nesse ministério. Nossas *avós, mães, meninas*, enfim, nossas brasileiras terão o respeito que merecem e lutaremos para que não sejam mais tratadas como *massa de manobra*. Temos a garantia de *nosso* presidente da república de que as mulheres terão voz e serão escutadas por esse *novo e restaurador* governo.... Este é o ministério da *família*. ... trabalharemos de forma especial por políticas de *fortalecimento de vínculos familiares*. ... Este é o ministério da criança e do adolescente. ... E nesse governo, menina será *princesa* e menino será *príncipe*. Está dado o *recado*. Deixa eu dar mais um recado. *Ninguém vai nos impedir* de chamar nossas meninas de princesas e nossos meninos de príncipes. No Brasil, *tem meninos e meninas*. ... Um dos desafios desse atual governo é acabar com o *abuso da doutrinação ideológica*, trabalharemos juntos com o poder público para construir um Brasil em que *nossas crianças tenham acesso à verdade* e sejam *livres para pensar*. *Acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes* no Brasil (Alves, 2019, s/p., grifos meus).
- 14 Dentre elas, Sara Fernanda Giromini, conhecida como Sara Winter, famosa pelo seu radicalismo antifeminista, ligada a grupos de extrema-direita nacionais e estrangeiros – pró-vida, anti-LGBTI+, pró-armas. Conduziu entre junho e outubro de 2019 a Coordenação-Geral de Atenção Integral à Gestante e à Maternidade do Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.
- 15 Para um mapeamento do aparelhamento da pasta, mostrando os vínculos dos ocupantes de cargos estratégicos com redes e organizações pró-família, pró-vida, anti-LGBTI+, antiescola, entre outros, ver: Gussen (2021).
- 16 O *Ordo Iuris Institute for Legal Culture*, criado na Polônia em 2013, é um *think tank* composto por advogados católicos ultraconservadores dedicado a combater o aborto, o casamento e a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, a educação sexual, e as políticas educacionais de cunho inclusivo e anti-discriminatório.
- 17 O *Political Network for Values* é uma plataforma de atores políticos de extrema-direita de diversos países para *promover* e defender “valores compartilhados” como: “a proteção da vida humana, o casamento, a família, a liberdade religiosa e de consciência”. Para acessar sua página, ver <<https://politicalnetworkforvalues.org>>

O seu entendimento sobre o que seria a “própria natureza” do “ser humano” está fundado nos preceitos ideológicos da Teologia do Corpo.¹⁸

Rajnia de Vito e Marco Aurélio Máximo Prado (2019) identificam uma importante inflexão na concepção governamental acerca do tema, por meio da qual se promove uma “deapuração” da linguagem e dos parâmetros dos direitos humanos,¹⁹ redefinindo moralmente seus conteúdos, repelindo a garantia da liberdade e o reconhecimento da autonomia dos sujeitos. Assim, um novo léxico sobre direitos humanos passa a opera em favor de um esforço seletivo e instrumental de tutela e proteção de alguns grupos. A ênfase doutrinadora é dissimulada em nome do “cuidado”, da “proteção”, enquanto se rechaça a ideia de promoção de direitos.

Essa reorientação ideológica de fundo incide de maneira transversal e direta na formulação e na implementação de políticas a cargo de outros ministérios e autarquias federais, e implica, no âmbito de cada um desses espaços, uma recusa a reconhecer compromissos e metas assumidos anteriormente com base em pressupostos que não lhe ofereçam abrigo nem dividendos políticos.²⁰ Assim, diante de uma execução aparentemente lenta das políticas públicas pelos ministérios e de uma sequência interminável de cenas histriônicas, em geral interpretadas como “paralisia”, “incompetência administrativa” ou “cortinas de fumaça”, seria oportuno considerar, como sugerimos em outro artigo (Junqueira, Cássio, & Pellanda, 2020),

- 18 Gerou fortes críticas à sua participação em um seminário virtual intitulado “Uma resposta política à ‘ideologia de gênero’”, em 12 de março de 2021. No evento, organizado pela *Political Network for Values*, Angela Gandra disse, entre outras coisas: “Estamos trabalhando muito nas políticas públicas contra a ideologia de gênero. ... tiramos todas as cartilhas que tínhamos em que os *país eram preparados a ajudar seus filhos desde os dois anos a escolher seu sexo*. ... Queremos acabar ... com essa *ideologia*. ... Em primeiro lugar, com um projeto que se chama ‘Famílias Fortes’ ... Porque muito acontece pelos *abusos* que há na família, a *pedofilia* e tudo, que depois as pessoas se *confundem* e vão para *outro caminho*. Pensamos que isso é a *prevenção da prevenção: a família forte*. ... [Um outro programa] o ‘Família na Escola’ é muito importante porque os *país* não conhecem a *ideologia* que acontece na escola. Muitas vezes, se *assustam* ao ver os frutos ou o material. ... [As crianças] ainda não têm hormônios, então é mais fácil se *confundirem*, ir por amizade, e depois *estimular a sexualidade*, mas assim vão *sempre* por *outro* caminho ... quando se ideologiza o gênero, eu diria, é mais fácil depois *impor* outra ideologia, porque o conflito interior já leva a pessoa a ser *manipulada* ... E os *país* estão muito preocupados de levar seus filhos, porque há muitas *notícias de abusos pelos professores* ... E no governo, *até* temos uma diretora das comunidades LGBT, mas para defender, *proteger* a pessoa humana..., mas não para *promover artificialmente uma realidade que é ontologicamente um ataque ao ser humano*” (Martins, 2021, grifos meus). O conteúdo do seminário pode ser acessado por <www.youtube.com/watch?v=G7wEicn8dsw>
- 19 Segundo Marco Aurélio Máximo Prado, João Gabriel Maracci e Igor Ramon Lopes Monteiro (2021), a operacionalização das ofensivas antigênero no âmbito do Estado contribuíram para a ressignificação (deapuração) dos direitos humanos, a reiteração de hierarquias e a legitimação institucional da cis-heteronormatividade.
- 20 Em 2021, entidades da sociedade civil brasileira (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids et al., 2021) submeteram ao perito independente da Organização das Nações Unidas para Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Direitos Humanos, Victor Madrigal-Borloz, um relatório analítico sobre a ofensiva antigênero no país, com foco nas políticas governamentais e nas iniciativas legislativas a partir de 2019. O documento, intitulado “Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social”, contribuiu para a elaboração dos informes temáticos relativos a 2019 e 2020 apresentados por Madrigal à ONU em 2021. Para o documento, ver <<https://sxpoltics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>>

que estamos diante de um governo determinado a implantar um modelo regressivo de política e de sociedade, e que adota parâmetros que prescindem da busca de decisões lastreadas em instâncias, processos (de participação, controle social, homologação etc.) e conhecimentos técnico-científicos construídos ou acumulados ao longo do processo de democratização.

De resto, à medida que os processos de reconfiguração, descaracterização ou, ainda, desconfiguração das políticas de “direitos humanos” com ênfase em “políticas familiares” encontram correspondência no redesenho das políticas públicas em geral, percebe-se que elas não apenas tendem a encontrar eco nas diferentes instâncias do governo, como também podem prescindir dos espaços tradicionais de formulação e implementação. Desse modo, as políticas podem ser realizadas, de maneira fragmentada (muito além do que uma lógica de terceirização faria supor), tentacular e capilar, por meio do envolvimento de outros órgãos de governo ou mesmo fora do Estado, como, por exemplo, organizações religiosas, comunidades terapêuticas, instituições de ensino superior (em geral, de pouca projeção acadêmica), conselhos tutelares e a “família”, procurando se valer das redes sociais, das mídias e dos movimentos conservadores (religiosos ou não), entre outros, para disseminar seus conteúdos e favorecer envolvimento e crescente adesão.

São eloquentes os documentos, as diretrizes, os programas e outros materiais elaborados no âmbito do Observatório Nacional da Família,²¹ cuja implementação, sob a égide da Secretaria Nacional da Família, envolve diversas instâncias de governo e da sociedade (inclusive em nível micropolítico). Talvez mais eloquente ainda tenha sido a própria ministra Damares Alves ao abordar o assunto em uma transmissão ao vivo, na *internet*, com a deputada federal Bia Kicis, em 5 de janeiro de 2021. Ao mencionar um edital público²² para os programas de pós-graduação brasileiros realizarem pesquisas sobre “Família e Políticas Públicas”, ela explicitou: “é uma ideia que nasce lá em 2011, com a gente, da gente *revolucionar a academia*, da gente fazer uma grande mudança na academia, que nós vamos ter doutores não formados mais em *saunas gays*, em *orgias*, mas em *políticas públicas*” [grifos meus].^{23 24}

21 Para o Observatório Nacional da Família, ver <www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia>

22 “Programa Família e Políticas Públicas no Brasil”, publicado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em 8 de janeiro de 2021, em: www.in.gov.br/web/dou/-/edital-n-2/2021-298256985

23 Para o vídeo da transmissão, intitulada “Ministra Damares e a nova política de bolsas de pesquisa”, ver www.youtube.com/watch?v=qouj-2javsY&ab_channel=Biakicis

24 A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, entre outras entidades acadêmicas brasileiras, manifestou-se por meio de uma nota na qual apresentou uma análise do edital, seus pressupostos ideológicos e significado político. Ver <www.anpepp.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=345>

AO RITMO DAS GUERRAS CULTURAIS

A adoção da agenda antigênero como política de governo e de Estado,²⁵ em confluência simbiótica com a ofensiva ultraliberal, implica e tensiona, os poderes executivos,²⁶ legislativos e judiciários de todas as esferas da administração pública,²⁷ ²⁸ atores políticos de diferentes posições no espectro político, bem como diversos setores da sociedade, em favor de um projeto de hegemonia que preconiza a afirmação da ordem e o revigoramento das normas tradicionais de gênero e de processos de hierarquização social (como os relativos a classe, raça e etnia, gênero, origem, crença, condição e habilidade física, sensorial ou intelectual, entre outros). E, diferentemente dos quadros referenciais de formulação de políticas públicas nos últimos vinte anos, as diretrizes e as medidas passaram a ser adotadas visando alcançar e intervir, sobretudo (mas não apenas), nos níveis micropolíticos, segundo modalidades variadas nas quais são ativados elementos estratégicos, táticos, simbólicos e materiais típicos das guerras culturais (Junqueira, Cássio, & Pellanda, 2020).

- 25 Prado (2021) tem apontado que a administração Bolsonaro não reconhece limites entre as políticas de governo e as de Estado. Embora esse não se trate de um problema localizado nesse governo, pode-se convir que as políticas de Estado parecem ter sido capturadas pelas políticas de governo bolsonaristas de maneira e intensidade jamais observadas. As políticas de Estado foram submetidas a processos de profunda e acelerada desorganização de suas diretrizes, estruturas e finalidades e postas diante do risco de desmantelamento, em favor da construção de um ordenamento antidemocrático, de bases privatistas e tradicionalistas.
- 26 Governadores e prefeitos, mesmo de campos políticos diferentes, inclusive de oposição, também podem figurar entre os que adotam, há anos, medidas sintonizadas com a ofensiva antigênero, em particular, na área educacional. Um dos casos se deu em setembro de 2019, quando o governador de São Paulo, João Dória, mandou recolher 340 mil apostilas de posse dos estudantes, preocupado com boatos nas redes sociais de que sua gestão estaria instilando “ideologia de gênero” entre alunos de 13 anos de idade (Cássio, 2020). A medida foi barrada por liminar judicial. A militarização das escolas é outro exemplo emblemático disso, seja pela adesão ao programa federal (o PECIM), seja pela criação de projetos próprios de militarização, alguns dos quais anteriores ao governo Bolsonaro.
- 27 Merecerá estudos mais aprofundados o ativismo de membros do Ministério Público engajados em fazer prevalecer princípios, valores e interesses da política antigênero (e outras pautas reacionárias) em todas as esferas da administração pública, bem como promover seu enraizamento em diferentes campos sociais (escola, família, cultura, saúde etc.). Desde a emergência do discurso antigênero no país, já era possível notar o gradual envolvimento de promotores e procuradores em favor dessa agenda. Esses atores, ao lado de outros, passaram a se mostrar ainda mais mobilizados durante e, sobretudo, após a eleição de Bolsonaro. Em 2018, criaram o “Movimento MP Pró-Sociedade”. Ver: Associação Ministério Público Pró-Sociedade (2018a, 2018b).
- 28 Por outro lado, em abril de 2018, foi criado o “Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público”, que congrega promotoras e procuradoras em torno da defesa da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres. Em novembro daquele ano, o movimento manifestou-se contra o “Projeto de lei Escola Sem Partido” (PL nº. 7.180/2014). O documento pode ser acessado <<http://www.transformamp.com/movimento-nacional-de-mulheres-do-ministerio-publico-pela-escola-com-partido>> Ainda naquele mês, a associação “Coletivo Por um Ministério Público Transformador – Transforma MP” também divulgou o “Manifesto em Defesa do Direito à Educação”, expressando sua contrariedade a todos e qualquer projeto de lei ou proposta que vise incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional o programa do “Escola Sem Partido”. Para documentos e publicações do Transforma MP, ver: <<http://www.transformamp.com>> Para estudos sobre os desafios relativos à incorporação das perspectivas de gênero e étnico-racial no âmbito da formação e atuação do Ministério Público e da magistratura, ver: Castilho et al. (2019).

Entre as ações governamentais voltadas a operar no nível da “família natural”, vale mencionar a alfabetização das crianças por parte das famílias. Tais ações não excluem, pelo contrário, requerem e se articulam a ações voltadas a atingir o chão da escola, seus currículos, suas rotinas, o material didático etc. Assim, de um lado, observa-se, por exemplo, a reestruturação desmanteladora e o enquadramento ideológico do Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação,²⁹ que, em nome da “proteção da inocência das crianças”, do “respeito a todos os brasileiros” e do combate aos “vieses ideológicos”, veta o apoio público a livros didáticos que abordem questões de gênero, sexualidade e temas como racismo, ações afirmativas, conflitos pela terra, uso de agrotóxicos etc.).³⁰ De outro, a tentativa de o governo despojar as políticas públicas de suas incumbências de promover a alfabetização, por meio do lançamento do programa Conta Pra Mim, com o objetivo de “estimular a *literacia familiar*”. Assim, reafirma-se o privatismo e o familismo das políticas

29 O Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes e a Associação de Linguística Aplicada do Brasil (2021) apresentaram um documento analítico-comparativo sobre o edital do PNLD elaborado em 2021 para os livros de 2023, identificando as principais mudanças efetuadas que, na prática, comportam a eliminação do instrumento normativo de importantes dimensões sociais, políticas e culturais cuja incorporação nos currículos e na gestão educacional representa passos importantes na promoção da cidadania, da construção de uma sociedade democrática e de uma educação antidiscriminatória. Em vez disso, o edital opera como indutor de enfoques conservadores, reducionistas, moralistas, binários em matéria de gênero e, entre outras coisas, restringe a um único método de alfabetização: o fônico. Ver <https://sxpolitics.org/ptbr/manifesto-critica-edital-de-convocacao-7a-cc-830-do-programa-nacional-do-livro-didatico/11832>

30 Em uma aula magna sobre “Avanços e desafios da educação”, na Universidade Federal da Paraíba, em 26 de abril de 2021, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, apresentando-se como pastor, foi bastante explícito quanto ao seu veto pessoal às abordagens de gênero no PNLD: “Crianças com 9 anos, 10 anos, não sabem ler, sabem tudo, com respeito a todas essas senhoras aqui presentes, *sabem até colocar uma camisinha, mas não sabem que B mais A é 'ba'*. Estava na hora de dar um basta nisso ... Eu não queria, eu retirei do edital do livro didático questões de gênero pra crianças de 6 a 10 anos. Onde já se viu, eu começar a discutir esses assuntos? Não que eu sou contra a discussão desses assuntos. *Respeito a orientação de todos*, mas eu acho que a gente ... não tem o direito ... de *violar a inocência de uma criança*, nessa idade de 6 a 10 anos, trazendo questões: se você quiser ser homem, você é homem, se quiser ser mulher, é mulher. *A biologia, a natureza diz que ele é homem, é XY, mas eles querem dizer que a pessoa pode escolher o que quer*. Não pode ser assim, eu acho que a gente tem de *dar o direito*. Sim, as pessoas têm liberdade pra *escolher* o que querem. Então, nesse ponto eu sou bem radical ... e eu não permiti ... e ponto final. Pago esse preço, pago sim, mas eu quero dar a minha contribuição com o *futuro do Brasil*” (Ribeiro, 2021, grifos meus). Diante disso, cabe ressaltar que é difícil compreender como a principal autoridade pública na área da Educação pode enxergar como conteúdos violadores da “inocência das crianças” abordagens pedagógicas sobre respeito aos direitos humanos, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, e a existência de cláusulas, no PNLD, que determinavam a exclusão de materiais que promovessem a violência contra crianças, mulheres, negros, indígenas e LGBTI+. Não há registros de materiais didáticos adotados em escolas brasileiras que proponham ensinar o uso do preservativo a “crianças de 6 a 10 anos” ou que abordem o processo transsexualizador. Como ressaltou o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero da UFPA (2021), refletir sobre relações de gênero não implica necessariamente tratar de (ou apenas de) sexualidade. As abordagens sobre gênero, transversais a todo o currículo, envolvem inúmeros aspectos da construção do saber, das relações sociais, das estruturas de poder e hierarquização, e dos processos de normalização e marginalização. Ademais, é reconhecido o papel da escola na conscientização e prevenção da violência sexual e, não por acaso, tem sido ela a principal instituição a identificar e promover encaminhamentos de medidas protetivas de crianças vítimas de violência sexual, especialmente, nos espaços domésticos. Para o vídeo da aula magna, ver: www.youtube.com/watch?v=ZiismqWkSM&ab_channel=TVUFPA

antigênero e cria-se mais um fardo para as famílias e, em especial, para as mulheres, na educação das crianças.³¹

No plano internacional, em articulação com redes transnacionais de atores políticos ligados à ofensiva antigênero, o Estado brasileiro tem se empenhado para assumir papel de destaque e liderança, em um cenário pós-Trump, sobretudo em favor da redefinição das concepções de direitos humanos em bases religiosas e ultraconservadoras, que, entre outras coisas, passa pelo banimento dos conceitos de “gênero” e de “direitos sexuais” das diretrizes dos organismos internacionais e pela reafirmação de posições antifeministas. Expressão desse empenho, Brasil, Estados Unidos, Egito, Uganda e Indonésia patrocinaram a “Declaração do Consenso de Genebra”: um documento, por meio do qual, em 22 de outubro de 2020, 34 países³² se comprometeram em defender a família natural e a vida desde a concepção, a não reconhecer normativas internacionais que tratem, por exemplo, de direitos sexuais e reprodutivos, planejamento familiar, educação sexual, aborto seguro e legal.

Em suma, observa-se, desde o início desse governo, um contínuo desinvestimento nas áreas sociais seguido de uma desconstrução (conceitual e operacional) dos pressupostos, processos e estruturas referentes à implementação de políticas públicas concebidas ao longo da democratização do país. Em paralelo, observa-se um permanente empenho na desorganização do debate público, inclusive com ataques contínuos (metódicos, mas aparentemente aleatórios) a atores e instituições públicas, com o uso de termos como “parasitas”, “vagabundos”, “doutrinadores”, “escória maldita”, “balbúrdia”, “orgias”, “laboratórios de maconha” etc.

A depreciação da escola pública e dos professores, assim como o desmantelamento ou a distorção de instrumentos, mecanismos e processos associados a concepções democráticas de política pública, implicam na promoção da crença infundada e inconstitucional de que a família teria a primazia na educação das crianças e na incitação à instauração de regimes de vigilância e cerceamento das liberdades de ensinar e aprender.³³ Tais processos correspondem a arranjos políticos e burocráticos voltados a aprofundar o desinvestimento em educação pública e a implementar o

31 Parte da nova Política Nacional de Alfabetização, o programa foi lançado em dezembro de 2019. É “uma política cultural disfarçada que aliena a obrigação estatal de assegurar a alfabetização das crianças ao mesmo tempo em que propaga o familismo, um dos eixos da ofensiva antigênero” (Junqueira, Cássio, & Pellanda, 2020, p. 201). Para os vídeos do programa, ver: <www.youtube.com/watch?v=4h6hr--nd-Dk> e <www.youtube.com/watch?v=mD0W5WhsFws>

32 Para acessar o documento, ver <<https://undocs.org/en/A/75/626>>

33 Ver: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (2017), Supremo Tribunal Federal (2020a, 2020b, 2020c, 2020d); Ximenes e Vick (2020).

“ensino doméstico ou domiciliar”³⁴, à ampliação da militarização das escolas³⁵ e à desregulamentação do ensino privado, entre outras violações ao direito à educação.

A deterioração do serviço público, a rotulação estigmatizante dos adversários e a promoção de pânicos morais tendem a ser acompanhadas, entre outras coisas, da ativação de práticas e representações em torno da “proteção da família”, da defesa da liberdade, dos valores, da vida, da “inocência das crianças”, da soberania e, por conseguinte, contra a “ideologia de gênero”, a “doutrinação marxista”, o “marxismo cultural”, o “globalismo” e as “pautas nocivas” das agências internacionais. O fomento permanente de alarmes, desconfianças e conflitos parece operar também como um meio eficiente para manter suas bases coesas e mobilizadas, e desorientar seus adversários ou colocá-los em uma desconfortável e inócua posição defensiva.

O fato de que, nesse governo, a “defesa da vida e da família” tenha se dado inclusive em concomitância e em articulação com uma gestão autocrática, tumultuosa, inconsistente, insequente e nefasta em resposta à pandemia de covid-19³⁶ é uma contradição apenas aparente, que explicita a dissociação entre a autoproclamada “defesa da vida” e a efetiva luta pelos direitos à vida e à saúde. Expressão de um nítido desprezo pelas garantias fundamentais e pela institucionalidade democrática, a gestão bolsonarista da pandemia se inscreve no cerne das guerras culturais (tanto em termos gerais, quanto no que nos diz respeito à ofensiva antigênero). A elas o governo se dedica de maneira incessante com vistas a fortalecer-se, reafirmar valores morais e preceitos ideológicos (“[O Brasil] tem que deixar de ser um país

34 A defesa do ensino domiciliar (*homeschooling*) tem assumido um caráter privatista, familista e tradicionalista, com posições de base moral religiosa fundamentalista, contrárias à liberdade docente, à pluralidade pedagógica e às abordagens críticas e inclusivas em relação a classe, raça, gênero, sexualidade, diversidade religiosa etc. O ensino doméstico revela-se contrário à garantia de horizontes formativos mais sensíveis aos interesses sociais mais amplos e é omissivo quanto ao papel da formação educacional na emancipação dos sujeitos (Ribeiro & Palhares, 2017).

35 A captura das escolas públicas por parte das forças policiais militares é a mais acirrada manifestação do reacionarismo político e educacional. Ela envolve a instituição de sistemas de hierarquizações e de regimes disciplinares de vigilância, controle e punição para garantir a conformação e o adestramento para a obediência e a submissão. Ali, controles ideológicos dos docentes e dos currículos visam dissuadir a adoção de abordagens pedagógicas promotoras do pensamento crítico e da autonomia do sujeito. Também se observa a ativação contínua de disposições, práticas, representações, crenças e valores anacrônicos e arraigados, como a demonização dos direitos humanos; a valorização do Estado autoritário; o familismo; o moralismo religioso; o anticomunismo; os mitos da democracia racial; a naturalização da propriedade privada. A vigilância e o assujeitamento implicam um rígido e minucioso controle dos corpos e o apagamento dos sujeitos e de suas identidades, sobretudo, por meio da padronização de comportamentos, vestimentas, cortes e penteados de cabelos e uso de adereços, pelo estabelecimento de regimentos disciplinares draconianos, pelo cerceamento de manifestações da cultura das juventudes e pelo banimento das pautas relacionadas a raça, gênero e sexualidade. Ver: Santos (2020).

36 Ver “Direitos na Pandemia – Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil”, em: https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2021/01/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf

de maricas”),³⁷ reiterar alianças com setores econômicos e religiosos e demonizar seus detratores. Mais uma vez, a resposta governamental à pandemia também se dá ao sabor do acionamento de repertórios discursivos e retóricos compartilhados entre grupos reacionários de diversos países, tendo como alvo de seus ataques, por exemplo, a ciência, o “globalismo”, as medidas de isolamento físico e de restrição de circulação, o uso de máscara, a suspensão de cultos religiosos presenciais, a vacina etc. Na esteira de um metódico fomento de um cenário de tensão permanente, desinformação, desorientação, desconfiança, ameaças, ataques, insegurança e caos, o governo procura dar encaminhamento a agendas reacionárias, autoritárias, discriminatórias, antilaicas, antiambientais e ultraliberais, enquanto eleva a temperatura nas redes sociais, em um interminável e frenético clima de campanha eleitoral.

O ENFRENTAMENTO À POLÍTICA ANTIGÊNERO NO CHÃO DA ESCOLA

Com Bolsonaro na presidência, o governo federal tornou-se o principal ator da ofensiva antigênero no Brasil, com efeitos cuja extensão merecera ser profundamente estudada. Observa-se, desde já, que os preceitos ideológicos dessa ofensiva foram convertidos em diretrizes das políticas de governo e de Estado, e sua implementação não se adequa aos parâmetros de políticas públicas adotados no país a partir do processo de democratização, mas se desdobra, sobretudo, segundo cálculos e movimentos táticos próprios das guerras culturais.

Ao longo de 2020, ao julgar algumas legislações estaduais e municipais inspiradas no discurso antigênero, além da lei nº 7.800/2016, de Alagoas, que incorporou o anteprojeto de lei sugerido pelo movimento “Escola sem Partido”³⁸, o Supremo Tribunal Federal (2020a, 2020b, 2020c, 2020d) reafirmou a liberdade de cátedra, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a liberdade de ensinar e aprender, e o caráter científico dos estudos de gênero. A corte definiu como inconstitucionais as atuações contrárias ao dever do Estado de garantir, na educação escolar, a abordagem de gênero e o enfrentamento a preconceitos e discriminações em razão de sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual. No entanto, mesmo diante desse revés político e judicial,

37 Em paralelo ao chamado à bravura e à virilidade frente à pandemia, observam-se os apelos à religiosidade, à fé, às orações e ao jejum, bem como formulações político-teológicas por lideranças fundamentalistas. Depreende-se de tais apelos a intenção de respaldar o caráter autoritário do governo e a resposta bolsonarista à covid. Dentre essas lideranças eclesiais, vale mencionar o padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, expressão midiática do catolicismo ultraconservador, com intensa atividade lobística. O sacerdote é ligado a grupos tradicionalistas, à Renovação Carismática Católica e ao olavismo. Armamentista, destaca-se pelo seu ativismo reacionário frente às questões de gênero. Defende um regime de censura nas escolas e a restrição do direito de professores LGBTI+ de exercerem a docência. Apoiou a resposta bolsonarista à pandemia e atribuiu o morticínio ao “pecado”. Seu site: <<https://padrepauloricardo.org>> Seu canal: <www.youtube.com/channel/UCP6L9TPS3pHccVRRiDB_cvQ>

38 ADPFs n. 457/GO, 460/PR, 461/PR, 465/TO, 467/MG e 600/PR e ADIs n. 5537/AL, 5580/AL e 6038/AL.

os cruzados antigênero não parecem ter renunciado a seus propósitos em matéria de gênero e diversidade sexual, especialmente no terreno da educação escolar. Por meio de estratégias voltadas a explorar ao máximo o potencial mobilizador da ordem moral e sexual em favor de propósitos reacionários, promovem agenciamentos, disputas e irrupções para atingir e envolver as famílias, a sala de aula, as rotinas escolares, o material didático, as práticas pedagógicas. Sem abrir mão de técnicas de cerceamento, intimidação, desinformação, dedicam-se a explorar as engenharias burocráticas³⁹ de programas governamentais, por exemplo, alterando diretrizes curriculares, a política de alfabetização, as avaliações educacionais em larga escala, os editais públicos. Assim, promovem alterações semânticas, flexibilizam exigências, invertem prioridades, abrem brechas ou contornam obstáculos à política antigênero inconstitucional.

Ao tempo que se empenham em produzir ou alimentar alarmes sociais, pânicos morais, censuras, desinformações, inseguranças, ameaças e estigmatizações, os autoproclamados “defensores da família e da inocência das crianças” sabem que o êxito de seus esforços exige investimentos permanentes em discursos e estratégias retóricas voltados a reafirmar a naturalidade da ordem moral, suas instituições, seus códigos, suas hierarquizações e seus processos de opressão. Sob a batuta da naturalização das prescrições da gramática normativa, o alarmismo em torno do uso da linguagem inclusiva, não sexista e não binária é uma das opções no cardápio das estratégias político-discursivas dos reacionários.

A luta contra o reacionarismo antigênero na educação requer ações voltadas a interromper e anular um roteiro variado de estratégias e discursos que miram desestabilizar as rotinas escolares, minar as relações pedagógicas, inibir a liberdade de expressão, suprimir o potencial transformador da educação escolar. Para prevenir e interromper o ciclo de intimidações, agressões, silenciamentos e aliciamentos desencadeados por essas incursões antidemocráticas, é importante evitar respostas isoladas, desarticuladas, meramente reativas.⁴⁰

As políticas antigênero representam ameaças constantes de violação do direito à educação, a diversos direitos fundamentais e a importantes conquistas sociais centrais na construção de um modelo democrático de cidadania. Seus promotores almejam uma docência sitiada, inerte e disposta a assimilar a imposição de valores, interesses e preceitos ideológicos privados sintonizados com um projeto político autoritário, discriminatório e regressivo.

Tais políticas com ênfase em “valores” e na “família” tratam-se de uma violação ao direito dos estudantes de verem ampliados os seus referenciais a partir

39 Agradeço à Fernanda Vick por ter me feito notar isso.

40 Em 2018, a Ação Educativa, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a Rede Escola Pública e Universidade e outras 60 entidades produziram o *Manual de defesa contra a censura nas escolas*. Em junho de 2022, foi publicada uma edição atualizada. Ver: Ação Educativa et al. (2022), <www.manualdedefesasadasescolas.org.br/index.html>

de concepções diversas, republicanas e científicas, indispensáveis ao exercício da autonomia individual e cidadã (Ximenes, 2016). Seus agentes pretendem uma educação alienada e alienante, sem liberdade, divergência e reflexão, destituída de potencial transformador, voltada a limitar ou impedir a estudantes a apropriação da cultura (Cara, 2016). Um projeto de poder intrinsecamente reacionário, doutrinador e dedicado à descaracterização conceitual e operacional de políticas públicas, que rechaça o reconhecimento de objetivos educacionais que devem ser assegurados pelo poder público independentemente dos limites de compreensões e das concepções morais, políticas e religiosas de determinadas famílias.

Frente a isso, em suas mais diferentes formas, a resistência democrática, conduzida especialmente (e não apenas) por aqueles e aquelas que povoam e animam o chão da escola, não nos deixa esquecer que as escolas são espaços privilegiados para se desafiar processos políticos, morais e epistemológicos sintonizados com ideologias religiosas, códigos tradicionalistas, relações de poder violentas, hierarquizações opressivas, estruturas de privilégios e processos de reificação e marginalização. Assim, ao tempo que hordas de ultraconservadores e seus correligionários dedicam-se a forjar e a alimentar preconceitos, ameaças, humilhações, desinformação, violência, segregação, exclusão e dor, estudantes, profissionais da educação, comunidades escolares, ao lado de diversos setores sociais e políticos, renovam e reafirmam, dia após dia, seus compromissos em favor da construção de horizontes de transformação e emancipação social e da dignificação da vida, por uma educação vibrante e de qualidade para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Rede Escola Pública e Universidade et al. (2022).

Manual de defesa contra a censura nas escolas (2a ed., atualizada). Ação Educativa. www.manualdedefesadasescolas.org.br/index.html

Alves, D. R. (2019, 2 de janeiro). *Discurso da ministra Damares Alves durante cerimônia de posse no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*. www.youtube.com/watch?v=2Qz_tS6zofg&ab_channel=TVBrasilGov

Araújo, E. (2019, 2 de janeiro). *Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de posse no Ministério das Relações Exteriores*. www.youtube.com/watch?v=0Ei7lGXLsY-g&ab_channel=ClippingCACD

Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, Observatório de Políticas de Sexualidade, Ação Educativa, Gênero e Educação, Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Conselho Latino Americano das Mulheres, Conectas Direitos Humanos, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ da Universidade Federal de Minas Gerais, Ipas (2021). *Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social*. <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/10/E-book-SO-GI-21102021.pdf>

Associação Ministério Público Pró-Sociedade (2018a). *1º Congresso do Ministério Público Pró-Sociedade: enunciados*. Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. www.mpm.mp.br/portal/wp-content/uploads/2018/12/enunciados-mpsociedade.pdf

Associação Ministério Público Pró-Sociedade (2018b). *Post tenebras lux* [Manifesto]. <https://jornalistaslivres.org/wp-content/uploads/2018/12/MP-pro-sociedade.pdf>

Cara, D. (2016). O programa Escola Sem Partido quer uma escola sem educação. In Ação Educativa (Org.), *A Ideologia do movimento Escola Sem Partido*: 20 autores desmontam o discurso (pp. 43-47). Ação Educativa.

Carnac, R. (2014). L'Église catholique contre "la théorie du genre": construction d'un objet polémique dans le débat public français contemporain. *Synergies Italie*, 10, 125-143.

Carreira, D. (2019). Gênero na BNCC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. In F. Cássio & R. Catelli (Orgs.), *Educação é a Base?* 23 educadores discutem a BNCC (pp. 59-83). Ação Educativa.

Cássio, F. (2020, 20 de janeiro). Sair da negação e defender a escola pública. *Blog da Boitempo*. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/01/20/sair-da-negacao-e-defender-a-escola-publica>

Castilho, E. W. V., Omoto, J. A., Viegas e Silva, M., & Leivas, P. G. C. (Orgs.). (2019). *Perspectivas de gênero e o sistema de justiça brasileiro*. Escola Superior do Ministério Público da União. <https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/perspectivas-de-genero-e-o-sistema-de-justica-brasileiro>

Chade, J. (2021, 29 de setembro). País faz diplomacia paralela com extrema-direita, *Opus Dei* e negacionistas. *UOL*. <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/09/29/diplomacia-paralela-do-brasil-mira-extrema-direita-opus-e-negacionistas.htm>

Chauí, M. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. Fundação Perseu Abramo.

De Vito, R. & Prado, M. A. M. (2019). Direitos humanos, gênero e sexualidade: uma ministra que não brinca em serviço. *Sexuality Politics Watch*. <https://cutt.ly/ILliqAU>

Ferreira, L. & Leão, N. (2019, 2 de janeiro). Central no discurso de posse, combate à “ideologia de gênero” é carta marcada há pelo menos oito anos por Bolsonaro. *Gênero e Número*. www.generonumero.media/central-no-discurso-de-posse-combate-a-ideologia-de-genero-e-carta-marcada-ha-pelo-menos-oito-anos-por-bolsonaro

Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras, Linguística e Artes & Associação de Linguística Aplicada do Brasil (2021). *Manifesto referente ao Edital de Convocação nº 1/2021 Programa Nacional do Livro Didático (CGPLI PNLD 2023) publicado em 12 de fevereiro de 2021 pelo Ministério da Educação*. [S/l]. <https://sxpoltics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2021/05/Manifesto-Programa-Nacional-do-Livro-DidA%CC%83%C2%A1ti-co-2023.pdf>

Gazeta do Povo (2019, 2 de janeiro). Órgão inédito no Brasil, Secretaria da Família quer fortalecer os papéis de pai e mãe. www.gazetadopovo.com.br/ideias/orgao-inedito-no-brasil-secretaria-da-familia-quer-fortalecer-os-papeis-de-pai-e-mae-5ztg6mu60374aecbvxlwhg6

Gussen, A. F. (2021, 17 de maio). O céu de Damares: como a ministra dos Direitos Humanos aparelha sua pasta. *Carta Capital*. www.cartacapital.com.br/politica/o-ceu-de-damares-como-a-ministra-dos-direitos-humanos-aparelha-sua-pasta

Junqueira, R. D. (2016, 9 de março). “Ideologia de gênero”: genealogia de uma invenção católica. [Paper]. *2nd International Conference LGBT Psychology and Related Fields: Tackling the impact of discrimination against LGBT People worldwide*.

Junqueira, R. D. (2017). “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In P. R. C. Ribeiro & J. C. Magalhães (Orgs.), *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade* (pp. 25-52). FURG. <http://repositorio.furg.br/handle/1/7097>

Junqueira, R. D. (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 449-502. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf>

Junqueira, R. D. (2022). *A invenção da “ideologia de gênero”: um projeto reacionário de poder*. LetrasLivres (no prelo).

Junqueira, R. D., Cássio, F., & Pellanda, A. C. (2020). Políticas educacionais de gênero e sexualidade no Brasil, 2020: enquadramentos e enfrentamentos. In R. Facchini & I. França (Orgs.), *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (pp. 189-216). Editora Unicamp.

Justino, R. A. (2004). A aliança do CFP com o “movimento pró-homossexualismo” para a perseguição de psicólogo. *Fórum de Debates sobre Preconceito e Discriminação*. Alerj.

Justino, R. A. (2005). Experiências e propostas em redes religiosas. In E. Giumbelli (Org.), *Religião e sexualidade: convicções e responsabilidades* (pp. 115-121). Garamond.

Lobo, M. (2016). *Famílias em perigo: o que todos devem saber sobre a ideologia de gênero*. Editora Central Gospel.

Martins, A. V. G. S. (2021). *Responding gender ideology in the political arena*. [S/l]. Political Network for Values. www.youtube.com/watch?v=G7wEicn8dsw

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero

(2021). *Carta de repúdio*. Nipam/UFPB. www.ufpb.br/ce/contents/documentos/carta-nipam-docx.pdf

Penna, F. de A. (2017). “Escola sem Partido” como ameaça à educação democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In A. Machado & M. Toledo (Orgs.), *Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI* (pp. 247-260). Cortez.

Prado, M. A. M. (2021, 14 de maio). Ofensiva antigênero como política de Estado [Paper]. In *X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero*. www.youtube.com/watch?v=UIXYXIB1ATw

Prado, M. A. M., Maracci, J. G., & Monteiro, I. R. L. (2021). Governamentalidades e depurações hierárquicas dos direitos humanos no Brasil: a educação pública e a população LGBT+. *Arquivos Analíticos de políticas educativas*, 29(148), 1-25. <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6119/2729>

Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

(2017). *Nota Técnica nº 2/2017/PFDC*, de 15 de março de 2017 – “Notificação extrajudicial” voltada a proibir a discussão sobre questões de gênero e orientação sexual nas escolas. PFDC/MPF. www.mpf.mp.br/pfdc/manifestacoes-pfdc/notas-tecnicas/nota-tecnica-2-2017-pfdc-mpf/view

Ribeiro, A. M. C. & Palhares, J. (2017). O homeschooling e a crítica à escola: hibridismos e (des)continuidades educativas. *Pro-Posições*, 28(2), 57-84.

Ribeiro, M. (2021, 26 de abril). *Aula Magna: Avanços e desafios da educação*. Universidade Federal da Paraíba. www.youtube.com/watch?v=ZiismqWeKSM&ab_channel=TVUFPB

Santos, C. de A. (2020). *A militarização das escolas públicas do Distrito Federal e o direito à educação em questão*. Relatório de pesquisa de pós-doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas.

Severo, J. (1998). *O movimento homossexual*. Betânia.

Severo, J. (2003). *As ilusões do movimento gay*. S/l. <https://pt.slideshare.net/ErnandesAlmeida/as-iluses-do-movimento-gay>

Solano Gallego, E. (2018). Crise da democracia e extremismos de direita. *Análise*, 42, 1-29.

Southern Poverty Law Center (2020, April 10). Why is Alliance Defending Freedom a hate group?. *SPLC – Southern Poverty Law Center*. www.splcenter.org/news/2020/04/10/why-alliance-defending-freedom-hate-group

Supremo Tribunal Federal (2020a). *Acórdão da ADPF nº 457 Goiás*. Inteiro teor do Acórdão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 457 Goiás. Relator Ministro Alexandre de Moraes. Autor. portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15343276006&ext=.pdf

Supremo Tribunal Federal (2020b). *Acórdão da ADPF nº 460 Paraná*. Inteiro teor do Acórdão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 460 Paraná. Relator Ministro Luiz Fux. Autor. <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15343977087&ext=.pdf>

Supremo Tribunal Federal (2020c). *Acórdão da ADPF nº 467 Minas Gerais*. Inteiro teor do Acórdão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 467 Minas Gerais. Relator Ministro Gilmar Mendes. Autor. <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15343669940&ext=.pdf>

Supremo Tribunal Federal (2020d). *Acórdão da ADI nº 5537 Alagoas*. Teor do Acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.537 Alagoas. Relator Ministro Roberto Barroso. Autor. portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4991079

Teitelbaum, B. R. (2020). *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Editora Unicamp.

Tempesta, O. J. (2014, 25 de março). *Reflexões sobre a "ideologia de gênero"*. Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. arqrio.org/formacao/detalhes/386/reflexoes-sobre-a-ideologia-de-genero

Vélez Rodríguez, R. (2019). *Cerimônia de transmissão de cargo ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez*. www.youtube.com/watch?v=jTcqtKICNtg&ab_channel=TVBrasilGov

Ximenes, S. B. (2016). O que o direito à educação tem a dizer sobre "Escola Sem Partido"? In Ação Educativa (Org.), *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso* (pp. 49-58). Ação Educativa.

Ximenes, S. B. & Vick, F. (2020, 1º de julho). A extinção judicial do Escola sem Partido. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 156. diplomatique.org.br/a-extincao-judicial-do-escola-sem-partido

OFENSIVAS ANTIGÊNERO NO BRASIL: DA MOBILIZAÇÃO RETÓRICA À POLÍTICA DE ESTADO

Marco Aurélio Máximo Prado

João Gabriel Maracci

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, abordaremos alguns fragmentos históricos das ofensivas anti-gênero em terreno brasileiro, atentando para a suas modificações, a partir do ano de 2019, quando passam de ações majoritariamente encampadas por bancadas parlamentares para o centro do poder executivo, bem como na composição e ação de seu corpo ministerial, materializando na atual forma de governo, uma política de estado.

Para tanto, iniciaremos retomando marcos históricos da ofensiva, que tem como sintagma privilegiado de aglutinação e persuasão política a expressão “ideologia de gênero”, formulada no interior do Vaticano em meados da década de 1990 (Junqueira, 2018). Em seguida, trataremos de um momento de inserção dessa nomenclatura - bem como das ideias a ela conectadas - no campo brasileiro, sobretudo no início da segunda década do século XXI. Nesse período, marcado por tensões e assimilações governamentais, a disputa da palavra “gênero” passou a tomar espaço em debates públicos, de modo a restringir, paulatinamente, temáticas ligadas a sexualidade, ao sexo, à diversidade sexual e à população LGBTQ+ na agenda do Estado brasileiro, sobretudo quando relacionadas à infância e à educação. Por fim, abordaremos como esse ímpeto de pânico, efeito de uma disputa moral sobre o conceito, inseriu-se por via eleitoral na Presidência da República, amplificando suas premissas em nome de “pautas morais”, mas também suavizando discursos de ódio na retórica ambivalente de “proteção, mas não promoção”.

Com esse panorama histórico reflexivo, gostaríamos de demonstrar o modo como as mobilizações antigênero, no Brasil, foram se constituindo de modo retórico,

abraçado por um grupo inicialmente pequeno de parlamentares, até se consolidar no próprio aparelho do Estado, presentificando-se não apenas em uma via de oratória e persuasão, mas também na materialização de políticas públicas sustentadas em suas premissas e na sua articulação internacional. Este movimento recente do presente caracteriza-se como uma dinâmica que atravessa a retórica mobilizatória de grupos conservadores a uma materialidade nas políticas públicas.

‘IDEOLOGIA DE GÊNERO’: OFENSIVAS ANTIDEMOCRÁTICAS NO CENÁRIO ATUAL

Inúmeros acadêmicos e acadêmicas, ao redor do globo, vêm se dedicando, sobretudo na última década, ao estudo das chamadas ofensivas antigênero – em suma, um movimento transnacional de rechaço ou cooptação institucional das temáticas de gênero e sexualidade compartilhado entre diferentes estados. Essa retórica antigênero passa a operar progressivamente a partir de meados dos anos 1990 e, desde então, vem complexificando seu discurso e ampliando os atores responsáveis por seu alastramento (Paternotte & Kuhar, 2018).

Autores como Rogério Junqueira (2018) e Sônia Corrêa (2018) apontam que, genealogicamente, podemos encontrar os primeiros eventos relativos a essa problemática em respostas reativas da Igreja Católica aos rumos tomados pelo movimento feminista ao final do século XX. Dois momentos paradigmáticos de tal história encontram-se na Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo, e na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, sediada em Pequim no ano de 1995. Nesses eventos, passaram a tomar espaço algumas demandas feministas que não obtinham maior atenção em conferências anteriores, tais como os direitos reprodutivos, questões ligadas à sexualidade e o uso do termo “gênero”, rapidamente entrando em suspeita por parte de grupos religiosos católicos naquele contexto.

Desde então, a Santa Sé passou a posicionar-se na contenção de tais debates, reiterando o entendimento ontológico da teologia cristã sobre a diferença entre homens e mulheres, a defesa da família como instituição privilegiada e da heterossexualidade como uma orientação natural do desejo. Algumas publicações relacionadas ao catolicismo são importantes para entendermos tal investimento, como o livro *O Sal da Terra* (Ratzinger, 1997) – publicado originalmente em alemão no ano anterior – e *The Gender Agenda* (O’Learly, 1997). Em ambos, vê-se uma preocupação com as temáticas mobilizadas pelo feminismo, em especial a sexualidade e o aborto, tratadas então como “ideologia”.

Um importante elo conectivo para as investidas católicas antigênero se firma na utilização do sintagma “ideologia de gênero”. Segundo David Paternotte e Roman Kuhar (2018), “a noção de ‘ideologia de gênero’ realmente tomou forma em

meados dos anos 1990 como uma resposta ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito do sistema de direitos das Nações Unidas” (p. 511). A partir dessa contra-estratégia, “ideologia de gênero” (bem como seus termos correlatos, tais quais “genderismo” e “teoria de gênero”) tornou-se um termo privilegiado para discursos e ações políticas reativos ao movimento feminista e LGBT+.

O alastramento da “ideologia de gênero” como uma retórica transnacional mantém na Igreja Católica um importante eixo de sustentação, mas expande-se também para além dela, sendo ampliada e complexificada por outros atores da política. Hoje, podemos acompanhar os caminhos do discurso antigênero em diferentes locais, sustentado por matizes ideológicos diversos. Um exemplo paradigmático desta ofensiva em anos recentes é o caso da Hungria, país que, sob a presidência de Viktor Orban, removeu os “estudos de gênero” da lista de diplomas com credenciamento oficial nas universidades de seu país (Bechara, 2018).

Na Polônia, com o presidente Andrzej Duda, as investidas antigênero levaram o país a abandonar tratados internacionais contra a violência de gênero (Correia, 2020), além de estar em votação uma mudança na legislação, voltada à defesa da família e “contra o gênero”, já aprovada pelo parlamento (Salgueiro, 2021). Nos Estados Unidos, sob a administração de Trump, houve uma pressão para a retirada do termo “gênero” nos documentos de Direitos Humanos das Nações Unidas (Berger, 2018). Além disso, o então presidente revogou uma orientação de seu antecessor, Barack Obama, em permitir que pessoas trans usassem o banheiro adequado para seu gênero em escolas públicas do país (De Orte, 2017).

No entanto, se tais exemplos nos remetem a um campo de neoconservadorismo, usualmente relacionado ao neoliberalismo e à direita política, é importante ressaltar que a retórica antigênero também opera sob outros matizes ideológicos. Por exemplo, no ano de 2013, o presidente do Equador, Rafael Correa, representante do campo progressista na América Latina, discursava contra a suposta “ideologia de gênero”, considerada por ele um perigo nefasto para a família e, consequentemente, para as sociedades. Tal perigo, em sua fala, era associado ao aborto e a dissolução das diferenças entre homens e mulheres (*Infobae*, 2014).

Como apontou Judith Butler (2019), é comum que a retórica antigênero se entrelace, também, em um discurso contrário a supostas investidas coloniais estadunidenses, sobretudo em países cujo termo “*gender*” é utilizado em inglês, usualmente sem tradução. Nessa perspectiva, questões ligadas à diversidade sexual e de gênero, bem como a demandas feministas, podem ser lidas como “importações” dos Estados Unidos, e não pertencentes às tradições nacionais específicas de determinados países, o que leva a autora a apostar em políticas radicais de tradução linguística e cultural.

Este pequeno panorama das ofensivas antigênero objetivou demonstrar como a investida católica, em meados dos anos 1990, se ampliou e densificou ao redor do mundo, assumindo características específicas referentes a seus locais de inserção.

Existem inúmeros outros exemplos importantes para compreendermos a abrangência da retórica transnacional antigênero ocorrendo em países como Espanha, França, Colômbia e Turquia, que não abordaremos neste capítulo em função do espaço. Nosso interesse será demonstrar, a partir daqui, os arranjos específicos que se articulam na inserção e na consolidação da “ideologia de gênero” como um operador fundamental para a política brasileira da última década.

MOBILIZAÇÕES ANTIGÊNERO NO BRASIL

Se falamos em uma matriz católica das ofensivas antigênero, podemos afirmar que, no Brasil, tais movimentos se alastram em uma coalizão efetivada entre Estado, igrejas, canais de comunicação, partidos políticos e diversos outros atores. Investidas institucionais contra demandas feministas ou LGBT+ não parecem ser um fenômeno recente no país, remetendo a muitos outros períodos da história nacional (Trevisan, 2018). No entanto, daremos foco a eventos ocorridos nas primeiras décadas do século XXI, em razão do compartilhamento transnacional da retórica antigênero, que reitera discursos e práticas de violência já conhecidos, mas também insere uma nova gramática no jogo político.

Um evento político privilegiado para essa análise encontra-se no final do ano de 2010, quando o Ministério da Educação (MEC) organizava, junto a ONGs e representantes de movimentos sociais, um material didático de combate a homofobia, que seria distribuído em escolas públicas brasileiras como parte de um programa mais amplo, chamado Escola sem Homofobia. O material, no momento nomeado como “Kit de Combate à Homofobia nas Escolas”, contava com cadernos pedagógicos e vídeos, com o intuito de serem apresentados por professores em salas de aula, gerando debates com alunos sobre questões ligadas à diversidade sexual e de gênero (Brandão & Santana, 2011).

Já nesse momento, uma bancada de parlamentares passou a organizar-se na contraposição ao material, que era considerado uma imposição do “homossexualismo” a crianças, tendo inclusive a capacidade de torná-las “presas fáceis para pedófilos”. O nome de maior destaque nessa oposição foi o do então deputado Jair Bolsonaro, que iniciou sua investida em programas de televisão aberta, em discursos raivosos que se tornaram virais em redes sociais *online* como *Youtube*, *Facebook* e *Twitter*. “Kit de Combate à Homofobia nas Escolas” foi apelidado pejorativamente de “*kit gay*”, e foi com esse nome que adentrou a cena pública de 2011, tornando-se uma grande polêmica nacional (Maracci, 2019).

Frente a tal polêmica, insuflada em veículos jornalísticos, redes sociais e no próprio plenário da Câmara de Deputados, a então presidente Dilma Rousseff vetou a distribuição do material, afirmando que não caberia ao Estado “fazer propaganda de opções sexuais, nem interferir na vida privada das pessoas” (Passarinho, 2011). Tal

recuo não foi um caso isolado nas deliberações presidenciais; pelo contrário, marcou o início de uma nova organização política do Poder Executivo acerca das temáticas de gênero e sexualidade - bem como nas correlacionadas esferas de outros direitos civis -: a “cultura do desagendamento” nas políticas públicas (Oliveira & Maio, 2015).

O processo nos auxilia a compreender como movimentos antigênero foram tomando, ao largo da última década, um espaço central na política institucional brasileira. Se, de um lado, tais parlamentares não cessaram suas investidas contrárias a demandas LGBT+ ou feministas após o cancelamento do material anti-homofobia, utilizando-se de um alto poder de barganha¹, podemos considerar que, do outro lado, a “cultura do desagendamento” (Oliveira & Maio, 2015) implicou em uma permissibilidade do Estado a tais investidas. Em suma: os movimentos antigênero encontraram um terreno fértil no Brasil, frente a um Estado que, na necessidade de firmar apoios e manter uma base de sustentação política, foi progressivamente cedendo às pressões de bancadas conservadoras e comunidades religiosas.

Tal movimento se torna particularmente acentuado no ano de 2014, quando estava em discussão o Plano Nacional de Educação (PNE), uma política pública que determinava diretrizes, metas e estratégias para o campo educacional no período de uma década. O projeto proposto e levado à votação na Câmara dos Deputados contava inicialmente com um item referente ao combate ao preconceito discriminação por gênero e sexualidade em salas de aula, o que gerou mais uma reação da bancada conservadora de parlamentares. Novamente, a discussão tomou a cena pública em debates de tom alarmista em redes sociais virtuais, onde se argumentava, frequentemente, que o PNE estaria inserindo, em terreno brasileiro, a suposta “ideologia de gênero” (Brandão & Lopes, 2018).

“Ideologia de gênero” e “*kit gay*” foram termos que marcaram a votação do PNE, ao final aprovado sem qualquer menção à palavra “gênero” em seu texto oficial. Desde então, esses significantes tornaram-se comuns na retórica política brasileira, sendo mobilizados frequentemente na contraposição a temáticas LGBT+ e feministas relacionadas a qualquer nível da administração pública. Questões referentes a municípios, estados, ao governo federal e até mesmo a empresas privadas foram associadas aos termos “*kit gay*” e “ideologia de gênero”, de modo a se construir uma conexão fantasiosa entre elementos distintos, que indicaria, supostamente, um plano globalizado de imposição das temáticas de gênero e sexualidade, sobretudo no campo da educação (Maracci, 2019).

Um ator importante no alastramento dessa lógica foi a organização Escola sem Partido (ESP), criada no ano de 2004 com o objetivo de se opor à “doutrinação ideológica” em salas de aula. A chamada doutrinação dizia respeito, principalmente, a

1 Na querela em torno do “*kit gay*”, por exemplo, as ameaças giravam em torno da convocação do então Ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, para depor sobre seu possível enriquecimento ilícito, bem como na abertura de uma CPI no Ministério da Educação (Maracci, 2019).

uma suposta influência de esquerda e marxista exercida de professores sobre alunos, e as temáticas de gênero e sexualidade passaram a ocupar espaço de destaque nessa preocupação. Como resposta, a organização incentivava alunos e responsáveis a denunciar os indícios doutrinários nas falas de professores ou até mesmo em livros didáticos utilizados em salas de aula. O ESP incorporou a retórica da “ideologia de gênero” e tornou-se um dos veiculadores em campo nacional (Miguel, 2016).

Apesar do movimento ter anunciado seu fim no ano de 2018, a sua influência permanece atuante no cenário político brasileiro. O discurso do ESP influenciou, principalmente após o ano de 2015, mais de 140 projetos de lei, municipais e estaduais voltados ao cerceamento da atuação de professores, embasados no argumento de que esses poderiam doutrinar seus alunos. Segundo a *Revista Nova Escola*, 18 desses foram aprovados, 26 rejeitados e 103 ainda encontram-se em fase de tramitação. No âmbito federal, houve sete projetos de lei e uma proposta de emenda constitucional inspirados no ESP, que ainda estão em aberto (Annunciato, 2018).

O ímpeto mobilizado pelo ESP e pela retórica antigênero de modo geral consolidou-se, também, na retirada progressiva de termos como “gênero” e “sexualidade” dos documentos oficiais sobre Educação no Brasil. Um exemplo desse procedimento se dá no ano de 2017, com a formulação da Base Nacional Curricular pelo Ministério da Educação, que delimitava os parâmetros curriculares para a educação infantil brasileira. O documento foi apresentado à imprensa contendo menções à “orientação sexual” e “identidade de gênero”, em um viés de promoção de direitos e redução do preconceito homofóbico e transfóbico - o que gerou resposta negativa de comunidades conservadoras e seus representantes parlamentares. Três dias após a divulgação, o texto foi publicado oficialmente sem nenhum desses tópicos, mencionando apenas, de modo abrangente, “preconceitos baseados nas diferenças de gênero” (G1, 2017).

No campo cultural, dois eventos ocorridos no ano de 2017 são paradigmáticos para entendermos a abrangência das ofensivas antigênero no Brasil. Em primeiro lugar, a polêmica em torno da exposição Queermuseu, organizada pelo Santander Cultural, em Porto Alegre, que gerou comoção pública por exibir quadros que remetiam artisticamente à sexualidade infantil e ao sexo com animais. Após a divulgação de um vídeo na plataforma *Youtube* pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que narra pejorativamente a curadoria da mostra, protestos foram organizados em frente ao centro cultural, que acabou por cancelar a exposição.

Nesse mesmo ano, a filósofa Judith Butler veio ao Brasil como organizadora do seminário ‘Os Fins da Democracia’, realizado no SESC Pompéia, em São Paulo. Houve mobilizações virtuais contra a sua vinda, um abaixo assinado com mais de 320 mil assinaturas pedindo o cancelamento do evento, bem como protestos públicos em frente ao local e agressões físicas à professora e à cientista política Wendy Brown no aeroporto de Congonhas. Nessas manifestações, Butler era considerada a

“mãe da ideologia de gênero”, associada à pedofilia, à destruição da família e à ideia de que crianças podem escolher seu gênero voluntariamente - temáticas que, cabe mencionar, não encontram respaldo em seus escritos (Miskolci & Pereira, 2018).

O cenário antigênero, que se consolidou no terreno brasileiro a partir da segunda década do século XXI, foi o pano de fundo para o pleito presidencial de 2018, quando significantes como “*kit gay*” e “ideologia de gênero” participaram ativamente da campanha do candidato eleito. Podemos lembrar da entrevista de Jair Bolsonaro ao *Jornal Nacional*, quando ele apresentou o livro *Aparelho Sexual e Cia* como comprovação da veracidade do suposto “*kit gay*” ao qual sua campanha viria a contrapor. O livro, de fato, não apresentava qualquer relação com a polêmica de 2011, mas, como já apontado, o termo “*kit gay*” passou, ao longo desses anos, a significar, potencialmente, qualquer material que abordasse questões de gênero e sexualidade no campo educacional. Dessa forma, as inúmeras verificações jornalísticas que comprovariam a mentira do candidato, como os *fact checkings* eleitorais, pouco alteraram a capacidade persuasiva de sua campanha (Maracci, 2019).

É importante lembrar que, nessa disputa eleitoral, tiveram ampla relevância veículos comunicacionais menos tradicionais que aqueles utilizados em momentos anteriores. Redes sociais como *Twitter*, *Facebook*, *Youtube* e, principalmente, *Whats-app* tomaram a centralidade como canais de persuasão política. Nessas, circulavam elementos de campanha de Bolsonaro - seja ela oficial ou não - cujo argumento prioritário era a defesa das crianças e das famílias contra a ameaça da “ideologia de gênero”. Dentre os argumentos, constavam informações distorcidas sobre materiais anti-homofobia, bem como informações sem qualquer conexão com a realidade, cujo expoente talvez tenha sido a notícia falsa de que o Partido dos Trabalhadores havia distribuído mamadeiras eróticas em escolas públicas brasileiras.²

Seja pela via da distorção, da mentira ou simplesmente da exposição de materiais que de fato haviam sido propostos em alguma escala da administração pública, a campanha presidencial pautou-se por um pânico moral relativo às questões de gênero e sexualidade. Proteger a infância e proteger a família foram itens privilegiados na retórica de Bolsonaro, que relacionava o suposto perigo dirigido a tais instituições com demandas feministas ou LGBT+. Embasado em tais valores, o candidato eleito anunciou em um, vídeo posterior à eleição, que iria “botar um ponto final em todos os ativismos do Brasil”.

Em nossa avaliação, o início do mandato de Bolsonaro marca uma mudança significativa para os movimentos antigênero no país. Iniciando-se como uma mobilização retórica parlamentar, restrita a alguns quadros e usualmente representada de forma caricata, a ofensiva foi introduzindo-se no aparato estatal brasileiro, e, de fato,

2 Não poderíamos afirmar que essas “questões morais” ou as notícias falsas explicam, sozinhas, a vitória de Bolsonaro na corrida eleitoral. É importante assinalar que tal mobilização retórica se conectava, também, ao discurso armamentista, anticorrupção, pró-liberalismo econômico, entre tantos outros em voga.

promoveu impactos significativos em nossa vida política, como apresentado anteriormente. Esse foi o caminho percorrido para que, em 2018, ela se tornasse um inegável ator político de ampla relevância e capacidade persuasiva. Assim, a partir de 2019, podemos considerar que o movimento antigênero passa a operar no interior do Poder Executivo; não mais como um movimento paralelo de barganha, mas centralizado agora como um dos pilares do próprio governo. Por essa razão, consideramos que está em voga um Estado Antigênero, que unifica a capilaridade dos movimentos antigênero a partir do Governo Federal e de seus ministérios, conforme argumentaremos a seguir.

PROTEGER E NÃO PROMOVER

Um dos atos inaugurais dessa nova fase das ofensivas antigênero, agora centralizadas como políticas oficiais do Estado, pode se encontrar no discurso de Damares Alves, atual representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Em uma das primeiras manifestações após sua posse, ela afirmou que estaríamos entrando em uma nova era, na qual “menino veste azul e menina veste rosa”. Embora caricata e talvez aberta a interpretações divergentes, podemos considerar que a frase não se restringe apenas a um campo retórico - o que já a caracterizaria, de qualquer forma, como um enunciado inegavelmente violento. Trata-se, sim, da manifestação de um postulado governamental, que se materializa a partir de inúmeras ações da política institucional, algumas das quais apresentaremos aqui.

A própria história do MMFDH é paradigmática nesse sentido. Lembremos que o ministério, formado em 2015 por Dilma Rousseff, chamava-se inicialmente “Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos”, em função das três secretarias que foram unificadas em sua composição. O mesmo foi extinto por Michel Temer, em 2016, e recriado pelo mesmo no ano de 2017, agora simplificado pelo nome “Ministério dos Direitos Humanos”. Jair Bolsonaro, na composição de seu governo, manteve ativo tal ministério, mas alterou, novamente, o seu nome, inserindo os significantes “Mulher” e “Família”.

Tal aquisição é relevante para considerarmos as razões pelas quais manteve-se ativo um ministério voltado aos direitos humanos no governo de um presidente cuja história pública efetivou-se, prioritariamente, no rechaço explícito a essa temática. “Direitos humanos para humanos direitos”, por exemplo, é uma formulação que acompanhou os anos políticos de Bolsonaro enquanto deputado. Faz-se notável, desse modo, que os Direitos Humanos em questão, para Alves e Bolsonaro, já são apresentados a partir de prioridades temáticas: a mulher e a família. E, como apontaremos a seguir, tal escolha se materializa em significados e práticas institucionais que delimitam um entendimento específico para as “mulheres”, as “famílias” e, em suma, a própria ideia de “direitos humanos”.

Como exemplo dessa reorientação política embasada no discurso antigênero, podemos citar, no âmbito do MMFDH, uma política recente voltada à prevenção da gravidez em adolescentes, cujo vetor principal era a promoção da abstinência sexual entre jovens. Trata-se da campanha “Tudo tem sua hora”, lançada em 2020. Nota-se aqui a inclusão de pautas não-laicas na elaboração de políticas públicas, dado que tal pressuposto de abstinência não encontra respaldo na produção científica sobre o tema, mas sim em dogmas religiosos. Para que não engravidem, os jovens - e, em especial, as meninas - não devem fazer sexo. A abstinência e até mesmo a virgindade parecem ser critérios significativos para entendermos quais são as mulheres e quais são as famílias que o ministério tenta promover em suas práticas institucionais.

Na esteira dessas preocupações, o MMFDH lançou, em 2021, um edital de pesquisa voltado à proteção da instituição familiar, chamado “Família e Políticas Públicas no Brasil”. No texto do projeto, não há qualquer menção a possibilidades mais amplas do conceito de família que não se restrinjam fundamentalmente à relação entre um homem e uma mulher. O problema, no entanto, não se resume à apresentação formal do programa, mas engloba também sua apresentação pública. Por exemplo, em uma entrevista dada por Alves à deputada Bia Kicis, a ministra endossa sua versão heteronormativa de família, além de afirmar o compromisso de sua administração com a diversidade sexual e de gênero: ela deve ser “protegida, mas não promovida” (Kicis, 2021). A família, assim, torna-se o lócus privilegiado dessa “não promoção” da diferença, e isso justifica o investimento financeiro em pesquisas que abordem o assunto.

Tal dinâmica é relevante para acompanharmos o movimento político de inserir a família como categoria central para a aplicação e fomento dessa versão específica dos Direitos Humanos.³ Tal preocupação encontra-se, também, na criação da Secretaria Nacional da Família (SNI), órgão pertencente ao MMFDH sob a administração de Angela Gandra. A SNI foi criada pelo governo Bolsonaro no ano de 2019, com o objetivo de “promover a projeção social e econômica da família, promover o equilíbrio Família-trabalho, cultivar a solidariedade intergeracional familiar, além de elaborar, consolidar e executar as Políticas Nacionais de Família”.

A SNI e o MMFDH, de forma mais ampla, participam da inserção internacional do Brasil no cenário das ofensivas antigênero, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Com o início do governo Bolsonaro, o Brasil passou a não ser signatário de documentos internacionais que visam ao combate de preconceitos ligados ao gênero e à sexualidade. O ex-chanceler Ernesto Araújo, em 2019, recomendava que diplomatas brasileiros não usassem sequer a expressão “gênero” em negociações com outros países. Em argumento ao Supremo Tribunal Federal (STF),

3 Para uma ampla discussão sobre a defesa da instituição familiar no cenários de neoconservadorismo e neoliberalismos, ver Cooper (2017).

o ministro afirmou: “O governo brasileiro tem manifestado entendimento de que o termo ‘gênero’ é sinônimo de sexo biológico, feminino ou masculino” (Oliveira & D’Agostino, 2019). Em outras manifestações, Araújo relacionou temáticas recorrentes na esfera dos Direitos Humanos a “ideologias nefastas”, enfatizando neste amálgama a “ideologia de gênero”. Recentemente, o Brasil posicionou-se contra o uso do termo “gênero” em resoluções da ONU (Chade, 2019).

No ano de 2020, o Brasil assinou, junto dos Estados Unidos (sob a presidência de Trump), a plataforma nomeada “Declaração do Consenso de Genebra”, junto com mais 30 países, dentre os quais constavam as já mencionadas Hungria e Polônia (Rodrigues, 2020). Tratava-se de uma investida internacional de proteção da “família” contra temas que supostamente colocavam tal instituição em ameaça no campo das relações internacionais, destacando-se a forte oposição ao aborto e à “ideologia de gênero”. Com a nova presidência de Joe Biden, os Estados Unidos anunciaram sua retirada da iniciativa, exigindo uma reordenação dos estados que a compunham.

A partir de 2021, com a saída de Trump, as relações internacionais brasileiras passaram a fortalecer laços com instituições antigênero, que tinham nesse governo um elo de sustentação. A secretária Angela Gandra, por exemplo, participou de um evento com ex-representantes de Trump para o fortalecimento da “Declaração do Consenso de Genebra” (Trevisan & Chade, 2021). Em sua fala, destacou-se o compromisso brasileiro com essa colaboração internacional, além do objetivo de, internamente, mobilizar o Poder Legislativo e a Suprema Corte do país em uma agenda antigênero, tomando destaque a retórica de oposição aos direitos das pessoas trans, fundamentada em uma suposta defesa da infância e das famílias (Chade, 2021).

Com esse resumido panorama, gostaríamos de apresentar as mudanças que o discurso antigênero foi atravessando ao longo dos últimos anos em terreno brasileiro, adquirindo uma ampla relevância política e assumindo maiores graus de institucionalização. Com essa passagem, o Brasil passa a ser um vetor privilegiado na produção e no fortalecimento da retórica antigênero no campo internacional, dada a saída de Donald Trump da presidência dos Estados Unidos. Tanto interna quanto externamente, vemos que as políticas antigênero já não são, há tempos, um mero recurso retórico de uma base parlamentar, mas sim um pilar central do Estado, que se materializa tanto na construção de políticas públicas, na elaboração de projetos de lei e, especialmente, em negociações internacionais.

DA MOBILIZAÇÃO RETÓRICA À POLÍTICA DE ESTADO

A articulação apresentada nesta sucessão de fatos demonstra como a ofensiva antigênero se consolida, no Brasil, como um eixo político do atual Governo Federal. Existem inúmeras mobilizações institucionais homofóbicas e sexistas em nosso país há muitas décadas, antes mesmo da invenção da retórica antigênero em

documentos católicos, em meados dos anos 1990. Para nos situarmos apenas em exemplos recentes, a própria promulgação da Constituição de 1988, que marca o início de nosso atual e conturbado período democrático, já apresentava controvérsias relacionadas ao gênero e à sexualidade compatíveis com os desdobramentos dos últimos anos. Conforme aponta João Silvério Trevisan (2018):

Em Brasília, durante a aprovação da nova Constituição de 1988, o plenário do Congresso Constituinte votou quase em peso contra a inclusão do item que proibia discriminação “por orientação sexual”. A bancada evangélica bateu palmas ante a derrota da assim chamada “emenda dos viados” ou, para usar os termos do líder do governo Carlos Sant’Anna, emenda da “desorientação sexual”. Estavam salvos os valores morais da nação. (2018, p. 141)

Tal retomada é importante para considerarmos que o discurso antigênero não funda a homofobia, a transfobia ou o sexismo no Brasil. No entanto, o compartilhamento transnacional de tal retórica, bem como a aglutinação da suposta ameaça em sintagmas como “ideologia de gênero”, atualizam e reordenam as forças institucionais do campo conservador. O período iniciado em 2011, com a querela em torno do “*kit gay*”, demonstra como, associadas a um suposto movimento internacionalista que colocaria em perigo as crianças e a família, discursos facilmente reconhecidos no campo da homofobia, transfobia ou do sexismo adquirem força retórica, persuasiva e também institucional.

Nos primeiros momentos, essa “força” atuava na barganha política reativa para projetos que poderiam pautar questões relacionadas à violência sexual e de gênero. Citamos aqui o Escola sem Homofobia e o Plano Nacional de Educação, mas também poderíamos incluir, além de outros eventos, a portaria que visava a delimitar a atuação do Sistema Único de Saúde frente a casos de aborto previstos por lei, que foi vetada por Dilma Rousseff, em um movimento muito similar àquele relatado sobre o “*kit gay*” e o PNE.

Essa situação alterou-se significativamente com a eleição de 2018, quando a ofensiva antigênero em campo nacional passou a figurar não mais como elemento retórico e persuasivo de ação parlamentar, mas sim como um ator fundamental da atuação do Governo Federal. É nessa passagem que consideramos ter se instaurado, no Brasil, um Estado Antigênero, que tem nas suas áreas de ação prioritárias o combate à suposta “ideologia de gênero” ou a temáticas a ela relacionadas, seja a nível interno ou externo.

Consideramos relevante que, nessa passagem, uma série de elementos são articulados na sustentação moral de tal investida, “suavizando”, por ora, o discurso frequentemente odioso que embasava as atuações parlamentares anteriores a 2018. O MMFDH é um ator importante nessa passagem, dadas as suas constantes afirmativas de que o governo Bolsonaro, bem como seu corpo ministerial, não seriam de fato

homofóbicos, como frequentemente apontado por críticos, mas sim preocupados com as crianças e a destituição da família. Um argumento recorrente utilizado por Alves na comprovação de sua preocupação com LGBTs é o fato de haver, no ministério por ela administrado, uma pessoa trans trabalhando em um cargo voltado especificamente a essa população (Senra & Kriezis, 2019).

“Proteger e não promover”, desse modo, se torna um ato de fala paradigmático para a defesa de um Estado antigênero. Não estaria em jogo, ao contrário de diversas acusações, uma prática homofóbica, transfóbica ou sexista, afinal o governo estaria explicitamente engajado na “proteção” da comunidade LGBT ou das mulheres. Trata-se, apenas, da não promoção de temáticas contrárias aos valores fundamentais da nação brasileira, que, de acordo com a retórica federal, seriam em suma conservadores. Na continuidade da preocupação de Dilma Rousseff, o governo segue não fazendo “propaganda de opções sexuais” em suas políticas públicas. Protegendo sem promover.

É claro que, se analisarmos com o mínimo de cautela, não há qualquer política protetiva veiculada por Bolsonaro e sua equipe. Apenas como dois exemplos, podemos citar a retirada da população LGBT+ como diretriz dos Direitos Humanos (*Poder 360*, 2019), ou o uso de apenas 4,3% da verba destinada à Diretoria de Políticas de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT em 2020 pelo MMFDH (Amado, 2020). No entanto, enquanto dispositivo retórico, a proteção sem promoção parece situar-se como elemento privilegiado de persuasão política.

Porém, para além da retórica, gostaríamos de apontar que tal movimentação antigênero se traduz, também, na efetivação de políticas públicas e na coalizão internacional de instituições (sejam elas privadas ou estatais) que atuam na promoção de políticas homofóbicas, transfóbicas e sexistas. “Não promover”, nesse sentido, pouco se diferencia de um “não proteger”. E o “não proteger” se traduz, materialmente, na imposição da precariedade e da violência contra mulheres, *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais, entre tantos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mobilizações antigênero no Brasil têm expressado novas dinâmicas a partir da eleição do Presidente Jair Bolsonaro em 2018. De mobilizações que emergiram de instituições religiosas, particularmente católicas, se espriam em um movimento sociocultural de grupos e instituições sociais que hoje ocupam espaço no atual governo federal.

A entrada destas forças políticas antigênero como uma nova política de governo apresenta, sem dúvidas, novas dinâmicas às ofensivas. Instaladas em formas de governo, terão de lidar com a ocupação de cargos de gestão, formulação e implementação de políticas públicas, bem como com regulações de controle social e legitimações sociais. Isso traz uma dinâmica para estas mobilizações que merece um

enorme investimento de estudos e pesquisas, já que as formas de governar, a menos teoricamente e em uma situação de contexto democrático, deveriam seguir sistemas de regulação fundados em consensos temporários do próprio Estado.

Neste sentido, buscamos neste capítulo apresentar algumas evidências desta passagem, bastante complexa, de uma mobilização política instalada pela retórica interpretativa sobre os direitos no campo de gênero e sexualidade a uma prática de formulação e implementação em políticas sistemáticas no âmbito governamental destinadas a constringer ações, programas e intervenções na garantia, ampliação e promoção de direitos LGBT+ no país. Esta nova dinâmica enseja elementos, no mínimo, que merecem um esforço de compreensão aqui, ainda que sejam esforços iniciais de interpretação:

Um dos elementos desta passagem é a articulação entre políticas de governo e políticas de estado conformada agora nesta nova forma de governança. No caso do Brasil, esta questão é particularmente importante considerando que temos uma forma de Estado “democrático” especialmente jovem, com uma Constituição recém implementada a partir dos anos finais de 1980. Ou seja, nesta governança atual colonizada pelas forças políticas antigênero há uma rearticulação entre políticas de governo e de estado. Uma das características que pode ser sublinhada é a noção de hibridismo de que estas fronteiras deveriam ser mescladas já que as políticas de estado precisam agora serem depuradas por projeto de governança ultraconservadores. Precisamente, vemos gestores e representantes do governo federal atual alterando marcos jurídicos que tentam depurar políticas de Estado em nome de forças antigênero. Neste sentido, há uma forma de governança que intenciona ocupar as diretrizes do Estado de forma a reorganizar o próprio modelo de funcionamento do Estado. Um exemplo importante tem sido a coerção sobre os Conselhos Participativos presentes no Estado desde a Constituição de 1988 e que agora se veem sob ataques depurativos de forma a limitar e coibir a participação da sociedade civil, a lógica de participação e seus efeitos. Portanto, este elemento revela uma nova forma de governança por efeito das ofensivas que rompe completamente a divisão moderna entre Estado e Governo.

Em síntese, estamos frente a elementos novos no que diz respeito a entender estas ofensivas antigênero e sua passagem, não sem turbulência, para formas de governo. Inexoravelmente isto implicará em inúmeros desafios para lutas que se proponham enfrentar o caráter antidemocrático destas forças, que ainda que transnacionais como temos visto, aportam localmente forças que remontam um passado obscuro em um presente de muitas indecidibilidades.

REFERÊNCIAS

- Amado, G.** (2020). Damares não usou verba para políticas LGBT em 2020. *Revista Época*, 2021. <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/damares-nao-usou-verba-para-politicas-lgbt-em-2020-24828323>
- Annunciato, P.** (2018). Menor do que parece. *Revista Nova Escola*. <https://novaescola.org.br/conteudo/11636/escola-sem-partido-menor-do-que-parece>
- Bechara, M.** (2018). Sexismo e fim dos estudos de gênero: Viktor Orbán impõe projeto educacional polêmico na Hungria. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/sexismo-e-fim-dos-estudos-de-genero-viktor-orban-impoe-projeto-educacional-polemico-na-hungria.shtml>
- Borger, J.** (2018). Trump administration wants to remove 'gender' from UN human rights documents. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/world/2018/oct/24/trump-administration-gender-transgender-united-nations>
- Brandão, E. & Lopes, R.** (2018). “Não é competência do professor ser sexólogo”. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 18(1), 100-123.
- Brandão, P. & Santana, T.** (2011). O “kit gay”: na saúde e na educação um kit de polêmicas. *Caos. Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 2(18), 167-178.
- Butler, J.** (2019). Gender in Translation: Beyond Monolingualism. *PhiloSOPHIA*, 9(1), 1-15.
- Chade, J.** (2019). Brasil veta termo “gênero” em resoluções da ONU e cria mal-estar. *Portal Uol*. <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/27/brasil-veta-termo-genero-em-resolucoes-da-onu-e-cria-mal-estar/?cmpid=copiaecola>
- Chade, J.** (2021). Governo usa “família” para combater o que chama de “ideologia de gênero”. *Portal Uol*. <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/17/governo-usa-familia-para-impor-politicas-contraria-ideologia-de-genero.htm?cmpid=copiaecola>
- Cooper, M.** (2018). *Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism*. Zone Books.
- Corrêa, S.** (2018). A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, 53, e185301.
- Correia, G.** (2020). Polónia vai abandonar tratado internacional de luta contra violência doméstica, de gênero e sobre mulheres. *Observador*. <https://observador.pt/2020/07/26/polonia-quer-abandonar-tratado-internacional-de-luta-contraviolencia-domestica-de-genero-e-sobre-mulheres/>
- De Orte, P.** (2017). Trump anula uso de banheiros por estudantes transgênero em escolas públicas. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-02/trump-anula-uso-de-banheiros-por-estudantes-transgenero-em-escolas>
- G1.** (2017). MEC tira termo ‘orientação sexual’ da versão final da base curricular. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-tira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular.ghtml>
- Infobae.** (2014). Rafael Correa rechaza la “absurda” y “peligrosísima” ideología de género. <https://www.infobae.com/2014/01/03/1534727-rafael-correa-rechaza-la-absurda-y-peligrosissima-ideologia-genero/>
- Junqueira, R.** (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 449-502.

- Kicis, B.** (2021). Ministra Damares e a nova política de bolsas para pesquisa [Youtube]. <https://www.youtube.com/watch?v=qou-J-2javsY&t=3253s>
- Maracci, J.** (2019). *Reflexões sobre verdade e política: Mapeando controvérsias do Kit Gay* [Dissertação de mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Miguel, L. F.** (2016). Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - EscolaSem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*, 7(15), 590-621.
- Miskolci, R & Pereira, P. P.** (2018). Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. *Cadernos Pagu*, 53, 1-4.
- O’Learly, D.** (1997). *The gender agenda: redefining equality*. Vital Issues.
- Oliveira, I. & Maio, E.** (2015). Diversidade Sexual e Homofobia: A Cultura do “Desagendamento” nas Políticas Educacionais. *Práxis*, 10, 33-52.
- Oliveira, M. & D’Agostino, R.** (2019). Política externa se alinhou com Bolsonaro, e ‘gênero’ se refere a homem ou mulher, diz Araújo. *G1*. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/29/politica-externa-se-alinhou-com-bolsonaro-e-genero-se-refere-a-homem-ou-mulher-diz-araujo.ghtml>
- Passarinho, N.** (2011). Governo não fará ‘propaganda de opção sexual’, diz Dilma sobre kit. *G1*. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html>
- Paternotte, D. & Kuhar, R.** (2018). “Ideologia de gênero” em movimento. *Revista Psicologia Política*, 18(43). 503-523.
- Poder 360.** (2019). Bolsonaro retira população LGBT de diretrizes de Direitos Humanos. <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-retira-populacao-lgbt-de-diretrizes-de-direitos-humanos/>
- Ratzinger, J.** (1997). *O Sal da Terra: O Cristianismo e a Igreja Católica no limiar do Terceiro Milênio*. Imago.
- Rodrigues, A.** (2020). Brasil e outros 31 países assinam declaração sobre saúde da mulher. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-10/brasil-e-outros-31-paises-assinam-declaracao-sobre-saude-da-mulher>
- Salgueiro, E.** (2021). Parlamento da Polônia veta ideologia de gênero no país. *Revista Oeste*. <https://revistaoeste.com/mundo/parlamento-da-polonia-veta-ideologia-de-genero-no-pais/>
- Senra, R & Kriezis, E.** (2020). Damares Alves: ‘tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu?’ *Revista Época*. <https://epoca.globo.com/brasil/damares-alves-tem-mulher-mais-empoderada-no-brasil-do-que-eu-24145477>
- Trevisan, J. S.** (2018). *Devassos no Paraíso: A homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade* (4ª ed.). Objetiva.
- Trevisan, M. & Chade, J.** (2021). Governo usa “família” para combater o que chama de “ideologia de gênero”. *Portal Uol*. <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2021/04/17/governo-usa-familia-para-impor-politicas-contra-ideologia-de-genero.htm>

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DE OFENSIVAS ANTI- DEMOCRÁTICAS

OS DESAFIOS DE UMA PSICOLOGIA QUE PRECISA SE LIBERTAR PARA SER LIBERTADORA

Raquel S. L. Guzzo

INTRODUÇÃO

As crises mundiais, que afetam a vida cotidiana das pessoas em diferentes países e em intensidades diversas, devem ser objeto de análise da Psicologia. São distintas crises que se configuram e impactam diferentemente os grupos sociais. Especialmente para a compreensão dos impactos da crise na perspectiva crítica da Psicologia, pretende-se destacar como a confluência entre a crise econômica, sanitária e ética aprofunda elementos cruciais para o enfrentamento das relações de opressão vividas no Brasil e o sentido das políticas públicas como recursos para a manutenção do poder do estado sobre aqueles mais afetos à exclusão, opressão e violência.

A realidade remete-nos a debater condições que impactam a vida, muitas vezes de modo irreversível. A leitura consciente e crítica das circunstâncias revela-nos um caminho ameaçador para a vida humana que a Psicologia deveria buscar meios de entender, lidar e promover mudanças consequentes. Impossível desconsiderar que o atual sistema econômico e social continue a destruir o planeta provocando desastres ambientais de grandes proporções; que a desigualdade social siga mantendo a pobreza em níveis cada vez mais altos, cada dia mais presente em amplos grupos sociais ampliando as diferentes formas de violência; que a alienação em suas distintas formas aumente os preconceitos, os racismos e injúrias raciais, naturalizando as formas de relações sociais em diferentes contextos.

Este capítulo pretende apresentar uma visão de como a crise impacta a vida cotidiana a partir da perspectiva crítica da psicologia e como a confluência das distintas, mas integradas dimensões dessa crise, aprofunda elementos cruciais para o

enfrentamento das relações de opressão vivenciadas no Brasil. E, é neste cenário que a Psicologia precisa se libertar para ser libertadora, conforme afirma Martín-Baró.

CRISE – QUAL CRISE?

Podemos dizer, sem sombra de dúvidas, que o Brasil vive um momento de séria crise econômica aliada às condições resultantes da pandemia da covid-19: de muitas mortes em tão pouco tempo, de adoecimentos, de desemprego e fechamento de vários pontos de trabalho no país. De 2020 até o presente momento, já morreram mais de 650 mil brasileiros oriundos de todas regiões e segmentos sociais. Trata-se de uma crise sem precedentes agravada por uma gestão governamental fundada no negacionismo científico e oportunismo liberal que cria condições de maior exploração dos mais pobres - uma moderna forma de colonização, na qual a opressão segue com outras roupagens, especialmente revestida de assistencialismo. As mortes estão diretamente associadas à recessão econômica, sobretudo porque, mesmo em situação de alta disseminação do vírus, dos adoecimentos e mortes, as pessoas se movimentam na busca de minimizar a crise econômica agravada pela perda da renda das famílias afetadas pela doença e de um segmento mais pauperizado da população que se utiliza de transporte coletivo e que procura manter a todo custo uma atividade remunerada para o sustento das famílias. Nos dados de 2021, o Brasil alcançou taxa de 15% de desempregados retirando da economia \$10,9 bilhões de rendimentos mensais, pensões ou aposentadorias (Fapesp, 2021). Ao lado disso, essa crise aumenta a desigualdade social, pois perdem seus empregos as pessoas que vendem sua força de trabalho, enquanto os que detêm os meios de produção, asseguram de todas as maneiras possíveis meios de perder menos e ganhar mais por meio de outras formas de manutenção do capital.

A crise econômica que vivemos está relacionada à crise mundial global - a crise do capitalismo no mundo, mas tem elementos particulares, que a tornam ainda mais profunda. A crise do capitalismo serve para reequilibrar seus próprios pilares de sustentação (lucro, concentração de renda e exploração da classe trabalhadora) - é um processo complexo que demonstra as dinâmicas presentes nas relações de produção e reprodução da vida, e se manifesta na esfera econômica, especialmente, na social, incorporando a violência ao meio ambiente, à saúde, à educação, às relações sociais. Resta evidenciar quem perde e quem ganha com a crise que vivemos hoje. Não é demais reafirmar que enquanto milhões perdem seus sustentos e passam a viver abaixo da linha da pobreza, poucos enriquecem cada vez mais concentrando recursos. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas Social, quase 28 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil¹. Em 2019, antes da pandemia

1 A proporção de pobres é medida pela linha de pobreza de cerca de 261,00 reais por pessoa, valor correspondente a cerca de um salário-mínimo mensal de renda familiar total multiplicado pelo tamanho médio das famílias pobres de 4,6 pessoas por domicílio. (Neri, 2021)

de covid-19, eram pouco mais de 23 milhões de indivíduos nesta situação (Neri, 2021). O índice de GINI que já havia aumentado de 0,6003 para 0,6279 entre os quartos trimestres de 2014 e 2019, saltou na pandemia atingindo 0,640 no segundo trimestre de 2021, acima de toda série histórica pré-pandemia. Ainda segundo esse mesmo relatório, prova da desigualdade social acachapante está no fato de que a taxa de desemprego dos mais pobres subiu de 26,55% em 2019 para 35,98% em 2021. Já entre os ricos foi de 2,6% para 2,87%. Aí está a evidência de que lidar com esses fatos exige da psicologia que se posicione de modo claro a quem, de fato, vai servir - uma dimensão moral e ética da profissão.

Comte-Sponville (2011) buscou estabelecer uma relação entre a moral e a economia, pela justificativa de que, ao participar de um sistema econômico, é preciso que se pense sobre a sua moral. Conforme ele discute, nos anos de 1960-1970, uma ação parecia moralmente válida se fosse politicamente justa - a política substituía a moral e bastava para tudo. No entanto, décadas depois, a política não estava mais em destaque e as preocupações morais tomaram conta pela via dos direitos humanos, da solidariedade, das campanhas assistências, do combate ao racismo etc. A questão que se coloca hoje, volta-se para o combate à miséria e à desigualdade social, à guerra e aos problemas da imigração e deslocamento das pessoas de seus países de origem, provisória ou definitivamente fugindo de condições adversas de vida ou de guerras. No entanto, as respostas à essas questões não são simples, claras e objetivas. Esses problemas, que são coletivos, sociais e conflituais, são, portanto, políticos, e, por isso não podem ser respondidos de modo individual, moral e sentimental.

O capitalismo, mesmo com suas crises, injustiças e violência, desfruta de um monopólio ideológico que não questiona a sociedade como sistema econômico, porque valoriza o individualismo. É um sistema econômico fundado na propriedade privada dos meios de produção e troca, na liberdade do mercado, no trabalho assalariado e na apropriação da riqueza pelos que possuem os modos de produção da vida. Um sistema econômico que é feito para criar riquezas, se possível com o menor custo social, político ou ecológico, mas não é isso que acontece, portanto, não favorece os grupos sociais e sim os indivíduos isoladamente e, por isso, é imoral. Como observam Hinkelammer e Jimenez (2003), o capitalismo não precisa se apresentar como humano, pelo contrário, pode exercer ao limite máximo seus interesses, e definir quem merece ou não viver, quem merece ou não lucrar. Em uma sociedade nova é preciso uma interpelação crítica das instituições e ideologias econômicas, a partir de um critério central - reprodução e produção da vida humana. Para os autores, uma economia orientada para a vida digna, ecológica e social, precisa um compromisso político radical, de tal forma que o mundo possa ser salvo e a vida humana preservada.

No capitalismo, a relação entre as classes sociais é uma relação de disputa por elementos concretos da vida cotidiana, por direitos fundamentais com manifestações

e greves sempre quando há algum colapso na rotina. Diante desse movimento, as crises tornam o sistema capitalista resistente, transforma-se e se reforma sem que sua essência se perca. Esta análise sugere que outras dimensões da vida, sobretudo a dimensão subjetiva, precisam ser fortalecidas, pois a crise não atinge a todos de modo igual, especialmente nos países onde a pobreza e a desigualdade social são evidentes.

IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE FORTALECIMENTO COLETIVO

A Psicologia impacta a vida das pessoas, por essa razão ela pode servir à diferentes ideologias. Para Parker (2014), a psicologia dominante serve à classe dominante e, por isso, deposita suas práticas e corpo de conhecimento a considerar as pessoas como responsáveis por seus problemas, transtornos ou dificuldades mentais. Trata-se de um debate importante que nos leva a analisar a psicologia como uma ciência e uma profissão com uma dimensão ideológica nem sempre percebida por profissionais, professores e estudantes. É imprescindível que questionemos sempre a quem serve a Psicologia.

Martín- Baró (1996) afirma que a psicologia precisa se libertar de suas próprias amarras para que possa funcionar como agente de libertação das pessoas na solução de conflitos sociais, de mudanças individuais para mudanças sociais. E, para que isso possa ocorrer, um longo caminho se faz necessário para o conhecimento da realidade, da história e das necessidades das pessoas, e, assim, para a definição das atividades profissionais e da produção científica. A pesquisa convencional na psicologia envolve participantes principalmente como fontes de dados, sem a preocupação se os resultados do estudo melhoram as condições sociais daqueles envolvidos. A pesquisa ação-participação é uma alternativa às práticas convencionais de pesquisa e contribuem para a formação de valores importantes, sobretudo para a psicologia social e comunitária. As principais consequências são o fortalecimento dos grupos e pessoas, a promoção da justiça social, equidade e mudança social, a atenção à diversidade em suas várias formas e a adoção de uma perspectiva ecológica e análise multinível (Agner, 2021). O contexto latino-americano exige da Psicologia uma posição situada diante das injustiças sociais estruturais, das lutas revolucionárias, e da conversão dos países “satélites” de países desenvolvidos.

A Psicologia, especialmente a desenvolvida na América Latina, tem como responsabilidade e compromisso histórico o fortalecimento de pessoas e grupos para o enfrentamento das opressões naturalizadas pelos sistemas políticos autoritários. Para Martín-Baró (1996), fazer psicologia implica, de modo explícito, embrenhar-se no interior dos regimes existentes nos países latino-americanos, sobretudo para identificar o impacto que a política tem na vida cotidiana dos mais pobres, pois, na

ausência de um processo de desideologização, as pessoas são condenadas a interpretar o mundo através dos olhos do opressor.

Um conceito importante para a Psicologia – colonialidade do ser - foi cunhado por Maldonado-Torres (2007) para abordar os efeitos da colonização na experiência vivida por sujeitos subalternos. O conceito nasce da análise de como as relações coloniais de poder deixam profundas marcas, não apenas nas áreas de autoridade, mas na sexualidade, no conhecimento e na economia, assim como no entendimento geral do que é o ser. A colonialidade do poder refere-se à interrelação entre as modernas formas de exploração e dominação, as quais marcam as relações sociais nas experiências vividas. A colonialidade emerge como resultado de processos colonizadores e define a cultura e as relações intersubjetivas impactando a subjetividade. Uma relação desigual de poder que permanece como uma forma residual de relações coloniais. Assim, especialmente no capitalismo, as relações econômicas mantêm-se atadas às formas de dominação e subordinação. E as pessoas não conseguem reagir quando têm seus direitos aviltados. É nessa circunstância que a Psicologia precisaria ser revista e colocada a serviço dessa população, não como um modo de amenizar seu sofrimento, mas como uma maneira de fortalecer para o enfrentamento.

Para, portanto, resistir às ameaças e opressões presentes na vida cotidiana e fortalecer as pessoas e grupos para o enfrentamento às essas condições adversas, é importante, em primeiro lugar, que a leitura da realidade aconteça de modo consciente. E, para que seja possível às pessoas entenderem o lugar que ocupam no sistema dominante que impacta a vida cotidiana, é preciso combater a impregnação ideológica com o processo de tomada de consciência e desideologização. Desideologizar é, conforme Martín-Baró (1985), um *desmascaramento* da ideia comum e prevalente, que justifica e viabiliza, subjetivamente, a opressão. Para isso, é preciso que a psicologia assuma a perspectiva das maiorias oprimidas, desenvolva pesquisas sistemáticas sobre a realidade dessa maioria, e se utilize de forma dialética desse conhecimento, comprometendo-se com os processos históricos de libertação popular.

Algumas proposições para a ação da psicologia na direção da libertação popular em quatro etapas: (a) conhecer, mapear, caracterizar o contexto e as condições de vida pela perspectiva dos sujeitos (Holzkamp, 2016). As dimensões sociodemográficas, tais como condições de moradia, trabalho, apenas para indicar algumas, são importantes elementos objetivos que tem estreita relação com o desenvolvimento da subjetividade; (b) propor espaços de fortalecimento coletivo e individual. Fortalecer é condição primordial para vencer o fatalismo que paralisa e aliena; (c) debater formas de enfrentamento às condições adversas, por meio de ações coletivas e organizadas. A participação das pessoas em distintos níveis é condição para o desenvolvimento da democracia e combate aos regimes autoritários, violentos e opressores. E a Psicologia deve assumir sua importância na construção de um outro mundo possível, por meio

do processo de libertação de suas amarras (Martín-Baró, 1996), ao mesmo tempo em que proporciona a libertação das pessoas.

Raquel Guzzo (2018) destaca ações que se movimentam de potências restritivas, cujas consequências são mais voltadas para os indivíduos, para generalizadas quando se caracterizam por movimentos sociais de consequências coletivas, conforme descreve Holzkamp (2016).

Existe, portanto, a possibilidade de responder à inércia da Psicologia diante das ofensivas antidemocráticas e de situações tão adversas contra as quais as pessoas não se sentem capazes de enfrentar e superar. É preciso romper com modelos hegemônicos para o entendimento e enfrentamento da realidade, desenvolvendo práticas profissionais que não lidem com sujeitos como se eles fossem responsáveis por seu sofrimento, mas para que se organizem e construam ações coletivas, para que possam se fortalecer e agir sobre sua realidade buscando as mudanças que desejam (Guzzo, 2021; Kawamura & Guzzo, 2020; Oliveira & Guzzo 2022).

REFERÊNCIAS

- Agner, J.** (2021). Community Psychology Values and Community-Based Participatory Research. *Global Journal of Community Psychology Practice*, 12(1), 1-10. <http://www.gjcpp.org/>
- Comte-Sponville, A.** (2011). *O capitalismo é moral? Sobre algumas coisas ridículas e as tiranias do nosso tempo* (Eduardo Brandão, trad., 2ª. ed.) Martins Fontes.
- FAPESP** (2021). O censo e a ciência. *Pesquisa*, 305. www.revistapesquisa.fapesp.br
- Guzzo, R. S. L.** (2021). Pandemic, Fatalism, and Psychology's Paralysis: How to Promote the Strengthening of People and Groups in Brazil. In Irene Strasser & Martin Dege (Eds.), *The Psychology of Global Crises and Crisis Politics* (pp. 1-15). Springer Nature Switzerland.
- Hinkelammert, F. J. & Jimenéz H. M.** (2003) Por uma economia orientada hacia la vida. *Economía y Sociedad*, 8, 22-23.
- Holzkamp, K.** (2016). *Ciência Marxista do Sujeito: uma introdução a psicologia crítica - Tomo I. Coletivo Veredas.*
- Kawamura E. A. & Guzzo, R.S. L.** (2020) Klaus Holzkamp y la psicología en Brasil: contribuciones para el fortalecimiento de acciones emancipadoras. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 14, 133-149
- Maldonado-Torres, N.** (2007) On the coloniality of being - contribution to the development of a concept. *Cultural Studies*, 21(2-3), 240-270.
- Martín-Baró, I.** (1985). La desideologización como aporte de psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica. *Boletín de la AVEPSO*, 8(3), 3-9
- Martín-Baró, I.** (1996). *Writings for a liberation psychology*. Harvard University Press.
- Neri, M. C** (2021). *Desigualdade de Impactos Trabalhistas na Pandemia*. FGV Social.
- Oliveira, L. B. & Guzzo, R. S. L.** (2022). *Martín-Baró & Klaus Holzkamp: um encontro necessário para a psicologia*. Editora Dialética.
- Parker, I.** (2014). *Revolução na Psicologia: Da Alienação à Emancipação*. Alínea.

VIROPOLÍTICA:

CONFORMAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO, EXTREMISMOS POLÍTICOS E PÓS-DEMOCRACIA¹

Aline Reis Calvo Hernandez

Somos filhos da época e a época é política. Todas as tuas, nossas, vossas coisas diurnas e noturnas, são coisas políticas. Querendo ou não querendo, teus genes têm um passado político, tua pele, um matiz político, teus olhos, um aspecto político. O que você diz tem ressonância, o que silencia tem um eco de um jeito ou de outro político. Até caminhando e cantando a canção você dá passos políticos sobre um solo político. Versos apolíticos também são políticos, e no alto a lua ilumina com um brilho já pouco lunar. Ser ou não ser, eis a questão. Qual questão, me dirão. Uma questão política. Não precisa nem mesmo ser gente para ter significado político. Basta ser petróleo bruto, ração concentrada ou matéria reciclável. Ou mesa de conferência cuja forma se discute por meses a fio: deve-se arbitrar sobre a vida e a morte numa mesa redonda ou quadrada. Enquanto isso matavam-se os homens, morriam os animais, ardiavam as casas, ficavam ermos os campos, como em épocas passadas e menos políticas. (Filhos da época - Wislawa Szymborska, 2011)

SOMOS FILHOS DA ÉPOCA E A ÉPOCA É SEMPRE POLÍTICA

No Brasil atual vivemos tempos sombrios, como se fosse um permanente e longo inverno em que a primavera não termina de chegar. Enquanto isso matam-se os homens, as mulheres, as crianças, os idosos. O fracasso na gestão pública da pandemia de covid-19 em nosso país, já marca a cifra de mais de 660 mil mortos.

Para aprofundar essa análise, acerca de uma política genocida e viral levada a cabo por Bolsonaro e seu desgoverno, vou apresentar uma Psicossociologia do fenômeno

1 Texto baseado na palestra ministrada no Grandes Debates 5 | Crise da democracia: desigualdades, autoritarismo e projetos políticos de sociedade, na programação do XI Simpósio Brasileiro de Psicologia Política: *Ofensivas anti-democráticas*, colonialidade, experiências de subjetivação política e a crise da democracia no Brasil.

Bolsonaro, para adentrarmos no contexto psicopolítico e compreendermos o amplo espectro do fenômeno que leva Bolsonaro a tornar-se presidente da República. Para abordar a fracassada gestão da pandemia no Brasil e suas intencionalidades, vou trazer a ideia de Viropolítica, um conceito que estou cunhando, cujas ideias mais aprofundadas estão publicadas no artigo intitulado “Viropolítica”², já publicado na Revista *Psicologia Política*.

Para introduzir a questão da Viropolítica, a etimologia da palavra vírus significa veneno. A palavra *víriion* ou *víron* (do latim) se refere uma única partícula viral. Vírus serve pra descrever vírus biológicos, agentes microscópicos, invisíveis, causadores de doenças, mas que, com o passar do tempo, também produzem anticorpos. O substantivo vírus é muito usado como metáfora para falar de “qualquer coisa” que se reproduz de forma parasitária, como os discursos, as ideias, a propagação de crenças. Nesse sentido, vou abordar o vírus-B que, atualmente, considero o pior vírus que enfrentamos no Brasil. Vou abordar o vírus em suas múltiplas formas: vírus veneno, poder viral de contágio e influência, propagação, mas também, da capacidade do vírus de produzir antídotos.

Vou trazer algumas análises que estou chamando de Representações-B do fenômeno Bolsonaro. Busco analisar um conjunto de representações e as relações psicopolíticas do fenômeno, quais as significações, ações simbólicas, psicológicas, que são também comportamentais e materiais, na ótica da Psicologia Política.

Nos termos de Moscovici (2012), busco compreender como os fenômenos se mantêm ou mudam socialmente, como os processos sociais incorporam a novidade ou a conservação. As representações sociais não são fixas, mas elaboradas e modificadas com base nas interações culturais e sociohistóricas de uma sociedade. Compreendo que um dos trabalhos da Psicologia Política é, justamente, compreender como as representações e significações sociais são elaboradas e quais são suas características e efeitos práticos.

Considero que as ações simbólicas são também materiais, ou seja, as ações psicológicas acabam por traduzir-se em ações e comportamentos (materialidades) sociais. Esses conjuntos de posições e comportamentos vão forjando os imaginários coletivos que, muitas vezes, acabam dividindo a sociedade em disputas narrativas, de sentidos e extremismos políticos.

Assim, me interessa analisar as disputas em torno às significações que objetivam e ancoram as diferentes representações sociais na vida social e nos imaginários coletivos. Em relação ao fenômeno Bolsonaro, analiso as representações e ações que conformam um conjunto de posições ideológicas e políticas que dividem a sociedade brasileira em disputas de sentidos e posições políticas divergentes.

2 Hernandez, Aline Reis Calvo (2021). Viropolítica. *Rev. Psicologia Política*, 21(51), 421-434. <http://pspic.bvsalud.org/pdf/rpp/v21n51/v21n51a09.pdf>

A fim de elaborar essa Psicossociologia do fenômeno Bolsonaro vou trabalhar com 8 (oito) analisadores:

1º primeiro vou mostrar as bases da polarização no Brasil;

2º vou analisar o efeito “Bannon” e a produção de um contexto de pós-verdade;

3º utilizarei a metáfora da “bíblia” para analisar essa retomada da interferência da igreja no Estado;

4º analisador é o “boi”, enquanto representação da bancada ruralista, essa bancada poderosa no parlamento brasileiro e as consequências do esgarçamento das políticas ambientais no Brasil atual;

5º analisador é a “bala” e todo imaginário por trás da ideia de armar a população e o frágil projeto de segurança nacional;

6º tópico é a “balbúrdia”, em que analiso o contexto e os efeitos do desmonte das políticas de ensino superior público no governo B;

7º eixo analítico é a “banalização do mal”, do homem mediado, político medíocre que vira “mito” e ascende ao poder e, por fim, o

8º analisador é sobre os políticos e a política do “baixo clero” no Brasil atual.

Início trazendo um conjunto de elementos para pensarmos a conformação do Estado Brasileiro, os extremismos políticos e o contexto atual de pós-democracia. Para analisar as bases da polarização política retomo marcadores de nossa história, as origens do povo brasileiro e como se conforma esse país chamado Brasil. Quando falamos em extremismos políticos não devemos pensar em um fenômeno político novo, pois o fato do Brasil ser um país extremista não é de hoje.

Estou elaborando uma análise de memórias no presente e, para tal, preciso revisitar aspectos sociais e históricos de nossas heranças coloniais, escravagistas, coronelistas, machistas e conservadoras. Esses fantasmas do passado habitam os imaginários da sociedade brasileira e vão sendo tramados aos tecidos, camadas sociais. Desde nossas origens convivemos com essas elites e relações assimétricas entre senhor/escravo, latifúndio/direito à terra, oligopólio dos meios de comuni-

cação/produção de silenciamentos, elementos que vão conformando preconceitos, exclusões e se materializam em classes sociais bastante desiguais.

Nas análises que Jessé de Sousa em “*A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*” (2017), ele propõe um olhar pormenorizado sobre a classe média brasileira. Esse olhar é importantíssimo, principalmente para entendermos o fenômeno Bolsonaro. Segundo suas análises, a classe média brasileira se divide em quatro categorias: Protofascista, Liberal, Expressivista e Crítica. Mas, suas principais frações se concentram no espectro liberal (35%) e protofascista (30%), ou seja, temos aí a maioria, os 65% da classe média brasileira.

Os liberais são aqueles que defendem práticas democráticas, desde que guardadas e asseguradas todas as exceções. As exceções dizem respeito aos seus interesses pessoais, individuais e capitais. Os protofascistas, que são muitos, pois somam 30%, são aqueles que expressam livremente o seu ódio contra as diferenças, desprovidos de reflexão, de criticidade, sendo o ódio um fundamento afetivo/cognitivo de suas atitudes e condutas. Todos os dias vemos essas demonstrações de ódio sendo deflagradas, principalmente com o assentimento de Bolsonaro que, mediante sua política desbocada, escrachada e agressiva, vai cedendo passo à sociedade no sentido da “liberdade” de expressar ódio, rechaço, violências contra o diferente.

A base psicopolítica do ódio está entramada à classe média brasileira, nessa parcela da sociabilidade brasileira que odeia pobre, odeia negro, odeia bicha, odeia *trans*, odeia puta, odeia sapatão, enfim, odeia a noção radical de democracia. Essas identidades e diversidades remetem à metáfora-do-escravo, do outro-menor, que precisa ser excluído, jogado na senzala, pois a esses grupos resta habitar categorias quadradas e apertadas.

Então, é interessante pensarmos na imagem do espelho quebrado, de uma classe média que chega aonde está usufruindo de políticas sociais, assistenciais, educacionais, enfim, políticas públicas distributivas. Mas, nossa classe média, no mais das vezes, não gosta de se ver como média (ou emergente), pois não admite ter precisado da política (pública) para melhorar sua condição social e material. Essa negação subjetiva, espelho roto, vai incrementando esse ódio à política para o comum.

O ódio dos bolsonaristas se expressa não pela ação, mas pela reação: a de quem se defende do que acredita ser um ataque. Isso fez com que muitas famílias de classe média temessem não poder mais manter a sua escrava contemporânea fazendo todo o serviço dentro de casa e/ou cuidando dos filhos dos patrões por um tempo ilimitado de horas. Essa medida afetou profundamente as mulheres brancas de classe média, ainda hoje em grande parte responsáveis pela administração doméstica, apesar dos avanços feministas. As reclamações ocupavam todos os espaços. Os direitos das empregadas domésticas eram compreendidos como privilégios, quando na verdade era o privilégio das brancas de ter uma mulher negra explorada e mal paga fazendo o serviço doméstico que estava em jogo. (Brum, 2019, *on-line*)

Ainda, o fenômeno Bolsonaro concentra um núcleo duro e estável de apoiadores: empresários, setor neopentecostal, oligopólios dos meios de comunicação. Esse núcleo se mantém estável, apesar da decadência do presidente que foi eleito com 56% de votos, ainda que tenhamos tido a marca histórica de votos brancos e nulos. Bolsonaro teve muito apoio da classe média e da classe média que há pouco tinha se tornado média - pelas mãos dos governos de esquerda de cunho mais progressista. Quero sublinhar que a classe média é um analisador importante para compreendermos o atual momento de conjuntura política do governo Bolsonaro, esse espectro social amplo que se identifica com o governo.

Porém, cabe a ressalva de que, em diferentes governos do Brasil, sejam de direita ou de esquerda vivemos democracias muito frágeis, somente ensaios do que seria um 'estado de bem estar social' (*Welfare State*). Essa fragilidade, na não constituição de um Estado intervencionista e realmente fundado nos direitos sociais universais dos cidadãos, foi abrindo brechas às privatizações e aos mecanismos político-econômicos neoliberais. No âmbito das políticas públicas sentimos os efeitos de um Estado mínimo, que aproveita o rastro da perceptiva liberal e amplia suas alianças com os setores liberais, ultraliberais e conservadores.

Ao olharmos em retrospectiva a Latino América sabemos que ela também tem esse passado autoritário e um presente neoliberal, ingredientes que alimentam esse presente pós-democrático. A pós-democracia define esse Estado pós-democrático que constitui as democracias contemporâneas, democracias liberais, como diz Rita Laura Segato (2015): o processo de modernização em permanente expansão, é um processo de colonização.

Diante do exposto, é equivocado considerar que algo saiu mal na história presente do Brasil. O fenômeno Bolsonaro não é um acidente, mas um projeto político. A análise dos extremismos políticos estão bastante aprofundadas no livro organizado por Domenico Uhg Hur e José Manuel Sabucedo, "*Psicologia dos Extremismos Políticos*" (2020), onde fica claro que os extremismos se concentram na retomada de poder pelas extremas direitas, conservadoras, racistas, fascistas, que vão demarcando fronteiras polarizadas no campo das paixões humanas que, conseqüentemente, se refletem no campo das "paixões políticas", pois o terreno da política é assentado nos afetos e cognições.

Os regimes extremistas vão alimentando cognições, comportamentos rígidos contra a diferença e negação do outro. Essas polarizações vão inflando a sociedade contra si mesma, negando o que é público, o que é coletivo, o Estado de Direito.

Trago como 2º analisador, Bannon. Steve Bannon foi assessor de campanha de Donald Trump, cuja campanha foi feita basicamente nas redes sociais, abusando da produção de *fake news*. Durante toda a campanha de Bolsonaro, esvaziada de debates com seus adversários, o candidato mentia, dissimulava, dizia de outra forma e voltava a mentir. A campanha "*a la Trump*" foi feita na ausência do debate público, da explanação do projeto político. Ao contrário, foi uma campanha estratégica e cheia de truques.

A produção e dispersão de notícias falsas geram escândalo, causam impacto e, ainda que falaciosas, se espalham rapidamente. Então, primeiro se afirma, depois se dissimula, a regra não é negar, mas dizer de outro modo. Esse ir e vir de mensagens falaciosas vão formando bolhas sociais e as mensagens repetidas vão se afirmando, se naturalizando nos imaginários sociais.

Como sentiam-se oprimidos por conceitos que não compreendiam, os bolsonaristas descobriram que poderiam dar às palavras o significado que lhes conviesse porque o grupo os respaldaria. E, graças às redes sociais, o grupo os respalda. O significado das palavras é dado pelo número de “curtir” nas redes sociais. Esvaziadas de conteúdo, história e consenso, esvaziadas até mesmo das contradições e das disputas, as palavras se tornaram gritos, força bruta. (Brum, 2019, *on-line*)

A prioridade é dada à crença no que interessa crer, em detrimento dos fatos realmente ocorridos. Afirmações absurdas como a defesa do não uso da máscara, do “kit covid”, da fraude eleitoral nas urnas eletrônicas a favor do voto impresso, da ideologia de gênero, dentre outros absurdos, vão sendo assimiladas e ancoradas, produzindo representações sociais. As *fakes news* são a matéria-prima no pós-verdade. As bolhas foram barreiras dialógicas e, na ausência de diálogo, os contextos de pós-verdade vão se consolidando.

Temos que em um contexto pós-verdade fatos objetivos são menos relevantes para a opinião pública do que argumentos dedicados à mobilização emocional das pessoas, bem como às suas crenças. Ou seja, há uma mudança de valor quanto à verdade, que, nessa circunstância, passa a ser aceita ou desejada na medida em que ela se adequa às concepções já formadas pela pessoa. (Rossatto & Leobeth, 2017, p. 293)

No Brasil, a mídia – impressa, eletrônica e digital – sempre esteve ao lado das oligarquias, servindo à dominação da população e manutenção dos mesmos poderosos no poder. Retrato incontestado do período pós-verdade no qual se vive, em que veracidade ou falsidade não fazem diferença, desde que o fim esteja justificado (Cherobini, Marques, Hernandez, & Binkowski, 2021).

Na esteira do exposto, a expectativa neoliberal no início do século XXI mostrou-se, em pouco mais de uma década, terreno fértil ao germen da corrupção que proporcionou a crise ética estampada na política brasileira até os dias atuais. Para os oligopólios de mídia, que avalizam a inépcia de governantes, a manipulação de dados só dá visibilidade ao que é conveniente às elites dominantes, autenticando decisões parciais e impositivas.

Agora, trago o 3º analisador, a Bíblia, documento citado no *slogan* do governo Bolsonaro “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Trata-se da aliança ideológica

entre a bancada evangélica e grupos neopentecostais às políticas de governo, decidindo nos mais diversos cargos políticos, nos ministérios e no Congresso Nacional. Então, se pensarmos na atuação dos grupos neopentecostais sua ação se dá de forma verticalizada na sociedade: desde as bases comunitárias, nas igrejas espalhadas nas comunidades populares, periferias e bairros das cidades até chegar aos ministérios. Essa bancada e seus grupos reafirmam os ideais integralistas: Deus, Pátria e Família.

Um 4º tópico de análise é o boi, animal-ícone para ilustrar a bancada ruralista, a mais poderosa do parlamento brasileiro. Ficou popularmente conhecida a afirmação do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (um ruralista eleito por ruralistas), ao afirmar que o governo deveria aproveitar o contexto de pandemia para “ir passado a boiada”, ou seja, atropelando as legislações ambientais, a fim de investir no agronegócio, na abertura da Amazônia à soja, ao gado, aos madeireiros e à mineração.

Há os representantes do “agronegócio”, ramo que no Brasil se confunde com crimes como grilagem (roubo) de terras públicas e conflitos agrários causadores de dezenas de assassinatos a cada ano. Fiadores do governo de Michel Temer (MDB) e também da candidatura de Bolsonaro, os ruralistas não apenas estão no governo, mas “são” o governo. (Brum, 2019, *on-line*)

Essa lógica do agronegócio é a releitura do latifúndio e faz parte da conformação do Estado brasileiro. Para seu efetivo curso, se extinguem os povos originários, se apaga a memória biocultural, se nega o direito à terra, à agricultura, à soberania alimentar. Esse projeto político neoliberal soterra as políticas socioambientais conquistadas a duras penas em nosso país e o Brasil retoma ao quadro da fome, da insegurança alimentar, da miséria.

O 5º analisador é a “bala” e aqui resgato uma imagem emblemática da campanha de Bolsonaro, quando o candidato sinalizava com os dedos indicador e médio um revólver. Muitos de seus apoiadores imitavam o gesto e postavam as imagens nas redes sociais. Esse símbolo se tornou uma iconografia do bolsonarismo. O gesto carrega consigo mais uma expressão do discurso de ódio, propagado pelo presidente, reafirmando que “bandido bom, é bandido morto”. Os estereótipos do inimigo vão sendo reforçados e o inimigo é preto, pobre e favelizado.

A exemplo do já foi aprendido na história do Brasil e, inclusive com os EUA (Bush pai, Bush filho, Trump etc.), a estratégia de propagar o medo junto à sociedade funciona como prerrogativa perfeita às guerras, aquisição de armamentos e liberação de armas. A arma serve, assim, como um antídoto à violência e permite que a justiça possa ser feita pelas próprias mãos dos “cidadãos de bem”. Em termos psicopolíticos

esse discurso propaga medo, reforça estereótipos, preconceitos, com base na falsa promessa da segurança nacional. Porém é um discurso cheio de contradições, nos termos de Laclau (2013), dos significantes vazios.

Mas, não nos enganemos, na defesa da regulação das armas entra em jogo os interesses pelo promissor mercado armamentista. Só em 2021, são mais de dois milhões de armas liberadas, inclusive fuzis como os das Forças Armadas. Nas palavras do ex-secretário de Fomento à Cultura, André Porciúncula³ o governo está invertendo R\$ 1.2 bilhões - que deveria servir de fomento a projetos da cultura, para trazer a questão do armamento ao discurso e ao imaginário social brasileiro. O objetivo é usar a linha audiovisual da Cultura para trazer filmes sobre a importância do armamento, para garantir a “liberdade humana”. Para o ex-secretário, não é uma questão de armas, mas de liberdade, porque a arma de fogo não é só para combater o “bandidinho da esquina”, mas a criminalidade de Estado. Em suas palavras, é preciso “construir uma narrativa em que a arma de fogo seja entendida como um processo da civilização”. Ele anuncia que a Secretaria de Cultura está lançando dois megaeventos em que a *“princesa do evento é a arma de fogo, e o presidente vai estar. Pela primeira vez vamos colocar dinheiro da Rouanet⁴ em um evento de arma de fogo, vai ser super bacana isso (risos).”*

Com a postura de incentivar um projeto armamentista no Brasil, o governo Bolsonaro incita o crime de armar a população contra si mesma, a reagir contra as políticas do Estado Democrático de Direito.

O 6º analisador que analiso é a “balbúrdia”, pois foi esse o termo escolhido pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub ao se referir às universidades que participaram de protestos, ocupações, ações coletivas e greves. Para o ex-ministro, a balbúrdia devia ser punida mediante o corte de orçamento e investimento em pesquisa e extensão. Tal ameaça exprime o ataque às universidades públicas, movimentos sociais e estudantis, sindicatos docentes e, ainda, aos intelectuais orgânicos e críticos que, nas palavras de Weintraub, não passam de “marxistas arruaceiros”.

É a balbúrdia ao revés: um projeto governamental de desmonte da educação pública em todos os níveis. Por trás desse projeto reside a lógica neoliberal, de financeirização da educação assegurando os interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), institutos e empresas privadas.

Hoje, no Brasil temos 80% das matrículas do ensino superior em universidades privadas e somente 20% nas públicas (DIEESE, 2020). Aquela breve abertura da universidade, quando Fernando Haddad foi ministro da educação e lançou o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o Sistema de Seleção Unificada

3 <https://drive.google.com/file/d/1b94Zc-IKgMVQIp965NcJabNcC3xe2UTX/view>

4 Lei Rouanet - Lei de Incentivo à Cultura criada em 1991, conhecida por sua política de incentivos fiscais para projetos e ações culturais. Pessoas físicas e jurídicas podem aplicar parte de seu Imposto de Renda para esses fins. <https://consultoriasquadra.com.br/lei-rouanet-tudo-que-voce-precisa-saber/>

(SiSu), o Financiamento Estudantil (FIES), está completamente arruinada no projeto de educação de Bolsonaro. O atual ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que a **“universidade deveria, na verdade, ser para poucos”**. Voltamos, assim, à lógica da universidade para as elites.

Trago um 7º analisador, a banalização do mal, inspirada no termo usado por Hannah Arendt no livro *“Eichmann em Jerusalém: a banalidade do mal”* (1999). Bolsonaro não pertence às elites, tem um histórico medíocre e burlesco na política⁵, ele é um “homem comum”, mas que representa uma ampla camada de brasileiros. Bolsonaro é familiar – como alguém “da família”, por isso foi o escolhido por 58 milhões de brasileiros⁶. Quem de nós não se deparou com um familiar bolsonarista?

Bolsonaro representa, sim – e muito – um tipo de brasileiro que se sentia acuado há bastante tempo. E particularmente nos últimos anos. E que estava dentro de cada família, quando não era a família inteira. Todas as famílias gostam de se pensar como diferentes – ou, pelo menos, melhores (ou piores, conforme o ponto de vista) que as outras. A experiência de um confronto político determinado pelos afetos – ódio, amor etc. – nestas eleições deixou marcas profundas. (Brum, 2019, *on-line*)

Porém, o “homem mediano” é atrevido, desbocado, tudo diz “sem medo”, ainda que acima da lei. Bolsonaro prometeu “libertar” o Brasil do “politicamente correto”. Bolsonaro se torna o “mito”, a exemplo do mito do herói, pois enfrenta e “liberta os sentimentos reprimidos de seus iguais”. Consecutivas vezes o presidente feriu o decoro parlamentar, debochou das mulheres, dos *gays*, atacou os direitos constitucionais, coarando a instituição do Estado.

A exemplo da anistia brasileira, os torturadores, assassinos vão sendo perdoados e condecorados. Vimos quando Bolsonaro homenageou o Cel. Brilhante Ustra, o mais cruel torturador da ditadura civil militar brasileira, naquele triste 31 de agosto de 2016, dia em que se cometeu o golpe que retirou a presidenta Dilma Rousseff do poder.

Por fim, trago um último analisador intitulado “baixo clero”, essa expressão usada no Brasil para designar os parlamentares com pouca expressão, movidos por interesses pessoais. Em maio de 2021 o presidente destinou R\$ 3 bilhões em apoio ao “Centrão” formado pelos partidos declarados de centro, mas que são de direita e extrema direita. Esse apoio é recíproco e o presidente governa de mãos dadas com o “Centrão”.

Para pensar o baixo clero temos de mencionar os filhos do presidente: 01 – Flávio Bolsonaro, empresário e Senador da República, 02 – Carlos Bolsonaro, que está em seu 5º mandato como vereador pelo Rio de Janeiro e o 03 – Eduardo Bolsonaro,

5 Como parlamentar por quase 30 anos só conseguiu aprovar dois projetos de lei. (Brum, 2019)

6 Mesmo no Nordeste, a única região do Brasil em que perdeu para Fernando Haddad (PT) no 2º turno das eleições, Bolsonaro recebeu uma votação significativa.

policial federal e deputado federal por São Paulo. Trata-se de um clã de políticos profissionais, envolvidos em milícias, crimes, esquemas de fraudes e corrupções.

Para acirrar a possibilidade de conflitos, há ainda a família de Bolsonaro, com seu trio de príncipezinhos, desta vez mimados pelo pai, que ainda chama marmanjos sem limites de “garotos”. Extasiados com o poder, eles já mostraram o quanto gostam do palco e quanta confusão podem aprontar. Como pai típico deste momento histórico, Bolsonaro protege seus meninos. Neste caso, da própria mediocridade. Os Bolsonaros Júnior parecem ter certeza de que são excepcionais e que a realidade vai se dobrar à sua vontade. Se não se dobra, sempre podem chamar “um cabo e um soldado” para fazer o serviço. (Brum, 2019, *on-line*)

Em síntese busquei abordar a Viropolítica como essa política viral que vemos estampada à nossa frente, com alto poder de propagação. O projeto genocida de Bolsonaro e sua política de extermínio que escolhe quem deve viver ou morrer. Desde o início da pandemia, Bolsonaro negou as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), não investiu na política de vacinas, criminalizou os Estados que faziam a gestão mínima da pandemia, envolveu o governo num esquema de propina e acordos interesseiros em relação à vacina, dentre outros crimes. Colocou em primeiro plano a subjetivação neoliberal: da economia, com a premissa de que o “Brasil não pode parar”, então, o pobre teria de se sacrificar ou mesmo morrer. Foram quatro mudanças de ministros da saúde durante a pandemia, fato político que só aconteceu no Brasil se analisarmos o cenário mundial.

Mas, retomando minha abordagem inicial, da capacidade do vírus de produzir antídotos, gosto de lembrar da frase da escritora Conceição Evaristo quando afirma que “eles” combinaram de nos matar, mas “a gente combinamos de não morrer” (Evaristo, 2018, p. 99). Na contramão do governo fascista e genocida de Bolsonaro o vírus, quando introduzido no corpo social, também provocou a formação de anticorpos. Os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) demonstraram a eficácia do sistema junto à população e, mesmo os aliados a Bolsonaro se vacinaram, o que fez, em muitos casos, Bolsonaro perder apoio.

Vimos a insurgência de grupos e movimentos sociais no enfrentamento à pandemia. Um dos exemplos expressivos é a Central Única de Favelas⁷, que fez inúmeras ações de combate à fome, minimizando o impacto da pandemia em famílias de baixa renda.

Assim, o governo Bolsonaro situa um momento de deflagração de conflitos, de disputas narrativas, de lutas intersetoriais e contra hegemônicas com vistas à mudança social. Há uma demanda declarada pela retomada da justiça social, pela

7 Para mais informação: #CUFAcontraovirus

retomada e fortalecimento das instituições democráticas. Cabe à esquerda político-partidária a urgência de retomar as bases sociais, as instituições político-democráticas, os conselhos, fóruns, conferências, retomando a confiança e a participação social na “coisa pública”.

Essa é também uma tarefa da universidade pública, de analisar criticamente a conjuntura, trazendo os elementos psicopolíticos à análise, buscando respostas, formulando ações, única forma de firmar posição e manifestar uma postura antifascista, antineoliberal, não elitista.

REFERÊNCIAS

- Arendt, H.** (1999). *Eichmann em Jerusalém: a banalidade do mal*. Companhia das Letras.
- Brum, Eliane** (2019). O homem mediano assume o poder. O que significa transformar o ordinário em “mito” e dar a ele o Governo do país? *El País*. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/opinion/1546450311_448043.html
- Cherobini, L., Marques, F. L., Hernandez, A. R. C. & Binkowski, P.** (2021). Mídia, *fake news* e neoliberalismo: O uso de ferramentas de dominação no pós-verdade. *Rev. Psicologia Política, 21*(52), 646-658, 2021.
- Evaristo, Conceição** (2016). *Olhos d'água*. Pallas: Fundação Biblioteca Nacional.
- DIEESE** (2020). DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- Hernandez, A. R. C.** (2021). Viropolítica. *Rev. Psicologia Política, 21*(51), 421-434. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v21n51/v21n51a09.pdf>
- Hur, D. U. & Sabucedo, J. M.** (2020). *Psicologia dos extremismos políticos*. Vozes.
- Laclau, E.** (2013). *A razão populista*. Três Estrelas.
- Moscovici, S.** (2012). *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. Vozes.
- Rossatto, J. F. & Leobeth, T.** (2017). Intermezzo – “Não” ao Acordo de Paz: a Colômbia no contexto da pós-verdade. In P. A. Guareschi, D. Amon, & A. Guerra (Orgs.). *Psicologia, comunicação e pós-verdade* (pp. 275-296). ABRAPSO.
- Segato, R. L.** (2015). *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Prometeo.
- Souza, J.** (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato*. Leya.
- Szyborska, W.** (2011). “Filhos da época”. *Poemas* (R. Przybycien, trad.). Companhia das Letras.

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DISCURSIVA INSURGENTE NA PSICOLOGIA ENTRE 1950 E 2019

Francisco Teixeira Portugal
Gervásio de Araújo Marques da Silva
Bruna Arzolla Crossetti
Lucas Pereira de Souza Tavares
Luísa Biasoli de Mello Rezende

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960 vimos emergir denúncias consistentes da atuação conformadora de diferentes práticas psi. Muitas eram as evidências e exuberantes as análises históricas e epistemológicas dos modos de pacificação, equilíbrio, normalização, adaptação, ajustamento operadas nas práticas psi com o nome de tratamento, cuidado, valorização do positivo, do sucesso, do planejamento urbano, da produtividade. Curiosa prática circular que institui o controle pelo cuidado, que elabora teses sofisticadas sobre o psíquico e a conduta pelo aprisionamento dos corpos, que ressalta a cientificidade pela possibilidade de previsão e controle, que vincula o desejo às prisões das famílias e da linguagem, que inibe toda diferença pela universalização da competição, que destrói toda a confiança pela constatação de que podemos ser enganados.

As derivações desse trem avassalador conduziu tal aliança destrutiva e mortífera a patamares ainda mais altos com a difusão da racionalidade neoliberal nos últimos 40 anos. Vastos pensamentos de crítica histórica e epistemológica e de denúncia dos efeitos das práticas psi, necessários para qualquer formação em psicologia, estão acessíveis em publicações de ampla circulação e julgávamos ingenuamente que seu alcance, se não nos livraria deste afã de ordenamento subjetivo mortificante, ao menos nos permitiria produzir novos saberes afirmativos da vida viva.

Este trabalho, tendo escutado o canto da sereia presente nas reflexões acima indicadas, partiu da pergunta singela: o que a psicologia tem produzido de insurgente, de emancipatório, de libertador, de contra-hegemônico?

Seria ingênuo e empobrecedor ignorar a força que conhecer as análises dos processos mortificadores da psicologia confere a todo movimento envolvido com projetos emancipatórios. E nos parece também ingênuo e empobrecedor considerar que a mera divulgação de escritos, cursos e pesquisas de caráter crítico e problematizador produziram entre profissionais psi e a população diretamente abrangida em seu campo de atuação uma guinada histórica no sentido de alguma utopia¹.

Constatamos, entre acadêmicos, certo imobilismo na reprodução da crítica. Assim, entre os efeitos da crítica houve a criação de um nós e eles, de grupismos; ambos a acalantar proposições vagas e mesmo a submissão da crítica aos modos de funcionamento do mercado acadêmico. Neste cenário, consideramos oportuno buscar e mapear o que vem sendo efetivamente produzido de insurgente entre pesquisadoras e pesquisadores da psicologia a fim de visibilizar esta produção e, assim, colaborar com sua produção.

QUESTÕES DE MÉTODO

Pesquisas envolvem persistentemente decisões para a circunscrição dos materiais de análise e a conseqüente sustentação do alcance de suas considerações. Nós decidimos investigar o que tem sido produzido de insurgente na psicologia entre 1950 e 2019 na forma de artigos, capítulos, verbetes e livros.

O *Portal de Periódicos* da CAPES foi o meio pelo qual selecionamos 49 bases de dados. A experiência pregressa de utilização do Portal de Periódicos, a descrição presente em algumas bases e a utilização da ferramenta que restringe a área de pesquisa a ciências humanas e sociais foram os critérios para esta seleção abrangente das bases. Escolhemos quatro descritores – insurgência, emancipação, libertação e contra-hegemonia – para busca em todos os campos dos artigos, capítulos, verbetes e livros indexados. A pesquisa incluiu inserir os descritores nos campos de busca em quatro línguas: português, espanhol, inglês e francês. Utilizamos os descritores completos e com truncagem (mantendo apenas o radical da palavra) e acionamos o operador booleano “and” com o termo psicologia.

Esta configuração foi estabelecida após alguns ensaios prévios em algumas bases de dados. Percebemos que nossa busca deveria ser abrangente considerando a escassez do material produzido sobre o ponto a ser investigado. Optamos, contudo, em restringir nossas análises a quatro tipos de materiais – artigos, livros, capítulos e verbetes – em razão de sua relevância e porque a busca realizada retornou uma

1 A propósito da utopia haveria um longo debate a ser realizado entre os anseios de uma sociedade planejada segundo os moldes empobrecedores de *Walden Two* e certo pessimismo freudiano em relação ao futuro. Simpatizamos com a perspectiva de Ursula Le Guin sobre a utopia exposta no texto “*A Non-Euclidean View of California As A Cold Place to Be*”. Le Guin, U. K. (1989). *Dancing at the Edge of the World: Thoughts on Words, Women, Places*. Grove Press. ISBN-10: 080211105X

variedade grande de materiais (artigos, livros, capítulos, teses, dissertações, comentários, conferências, editoriais, resenhas, relatórios, trabalhos de conclusão de curso, verbetes) a maioria de alcance bastante restrito. A seleção do material indicado pelas bases de dados envolveu uma série de dificuldades; apontaremos duas mais relevantes: (a) os mecanismos de busca não são idênticos em diferentes bases e (b) os materiais indexados variam significativamente entre os indexadores.

Uma vez selecionadas as fontes nas bases de dados, transferimos os metadados para o aplicativo Zotero (que preferimos em relação ao Mendeley e ao *EndNote* principalmente por ser de código aberto). O Zotero foi o dispositivo que nos permitiu filtrar os textos de interesse pela facilidade de acesso aos elementos pré-textuais, isto é, o título, o resumo e as palavras-chave. Considerando a presença dos descritores (truncados) nos textos selecionados nas bases de dados e, sempre que possível, a restrição à área Psicologia, fizemos uma nova filtragem atentos à aderência do texto aos temas de nosso interesse e a proximidade à psicologia. Tal etapa, nada simples, envolveu intensos debates da equipe de pesquisa em torno da inclusão ou exclusão de itens e produziu certa sensibilização útil para o trabalho. Ela evidenciou também o modo como os mecanismos de busca disponíveis nas bases de dados fornecem como resultado um material que necessita ser retrabalhado a fim de se tornar relevante para os objetivos da pesquisa.

O material selecionado apontou à presença significativa de temas como movimentos sociais, feminismo, antirracismo, questões de gênero e sexualidade, isto é, temas minorias e seus embates.

Ao final deste processo, que consideramos a primeira etapa da pesquisa, selecionamos 6.447 entradas e selecionamos por meio das filtragens acima indicadas 333 entradas divididas em 246 artigos, 39 livros, 39 capítulos de livros e 10 verbetes.

Inauguramos a segunda etapa organizando todas as entradas em tabelas com categorias consideradas promissoras, a saber: Ano, Tipo da publicação, Língua, Fonte (periódico, livro), Local de publicação, Título, Palavras-chave, Link para acesso, Quantidade de autor(es), Nome dos autores, Masculino, Feminino, Identidade de gênero não identificada, Local institucional dos autores, Setor, Editora / instituição de divulgação, Referência no formato APA.

Visamos com esta tabela produzir indicadores que nos fornecessem informações relevantes sobre o material. O preenchimento exaustivo da tabela tornou o material manejável e apresentaremos, a seguir, o mapeamento do material segundo os seguintes aspectos: número de trabalho por décadas de publicação; número de trabalhos segundo o gênero da autoria e número de indivíduos na autoria do trabalho; o idioma da publicação, o local institucional dos autores quando da publicação do trabalho e país de publicação; os descritores, as palavras-chave e os núcleos semânticos.

ANÁLISES DO MATERIAL

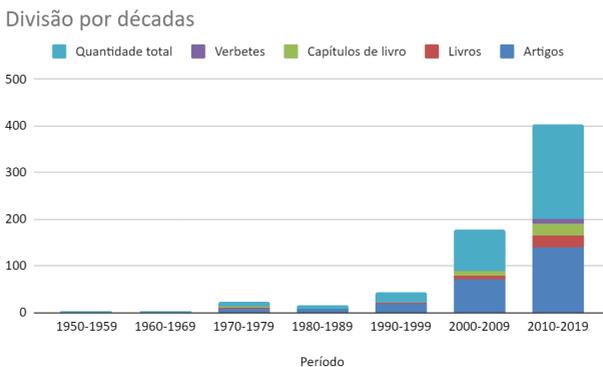
ANÁLISE DO CORPUS TEXTUAL POR ANO E POR DÉCADA

Os resultados da pesquisa nas bases de dados foram aglutinados por décadas entre 1950 e 2019 (Tabela 1). O primeiro resultado refere-se há um artigo publicado em 1956 e única entrada na década. A década de 1960 apresenta também uma única entrada e o movimento nas décadas seguintes é de crescimento ao longo do período selecionado com uma diminuição do número de publicações na década de 1980. Essa movimentação pode ser visualizada no Gráfico 1. O gráfico não corresponde à tabela.

Tabela 1. Número de entradas (artigos, livros, capítulos, verbetes e total) entre 1950 e 2019 por década.

Período	Artigos	Livros	Capítulos de livro	Verbetes	Quantidade total
1950-1959	1	0	0	0	1 (0,3%)
1960-1969	1	0	0	0	1 (0,3%)
1970-1979	8	3	1	0	12 (3,3%)
1980-1989	7	1	0	0	8 (2,4%)
1990-1999	19	2	0	0	21 (6,3%)
2000-2009	70	9	10	0	89 (26,7%)
2010-2019	140	24	27	10	202 (60,7%)
Total	246	39	39	10	333 (100%)

Gráfico 1. Número de entradas (artigos, livros, capítulos, verbetes e total) entre 1950 e 2019 por década.



O número de textos anexados aos buscadores entre 1950 e 1999, isto é, nas cinco primeiras décadas do período correspondem a 12,6% do total. O crescimento da publicação na área de interesse cresce expressivamente nas últimas duas décadas do período, 26,7% e 60,7%. A partir do ano de 2002, a quantidade de textos conservados e acessíveis virtualmente aumenta expressivamente, destacando-se os valores referentes aos anos de 2010, 2017, 2018 e 2019, sendo o último correspondente ao pico do movimento de ascendência constatado.

ANÁLISE DA AUTORIA POR GÊNERO E POR NÚMERO DE AUTORES

A análise do perfil de autoria dos artigos discrimina o gênero das pessoas autoras dos textos e a quantidade de autores/as por publicação.

O procedimento utilizado para a categorização de gênero consistiu em buscar informações curriculares em páginas indicadas pelos buscadores genéricos da web e identificar pronomes de auto-identificação a fim de registrar em um dos três grupos: gênero feminino, gênero masculino e identidade de gênero não identificada. Não houve outra designação de gênero no material pesquisado. Ressalvamos que o número de autores é maior do que o número de entradas porque há, com bastante frequência, autoria múltipla nas publicações.

A lacuna informacional das bases de dados, dos veiculadores e dos próprios arquivos sobre as pessoas que escrevem os textos nos levou a buscar as informações de gênero em locais indicados pelos buscadores da web. Não há motivos explícitos para essa ausência de dados sobre os gêneros, especialmente em se tratando de textos produzidos ao longo de 70 anos e, especificamente, da produção acadêmica. Aventamos algumas hipóteses para isso, como a imposição de parâmetros específicos de publicação de textos, a desconsideração desse tipo de informação como um dado importante para leitores e/ou a naturalização de categorias de gênero e sexualidade em sociedade. Constatada essa configuração da informação, não deixa de ser intrigante que a ausência se mantenha mesmo nos textos em que essa temática é abordada explicitamente no contexto contemporâneo e ocidentalizado das discussões valorizadas no campo das Ciências Humanas sobre minorias políticas.

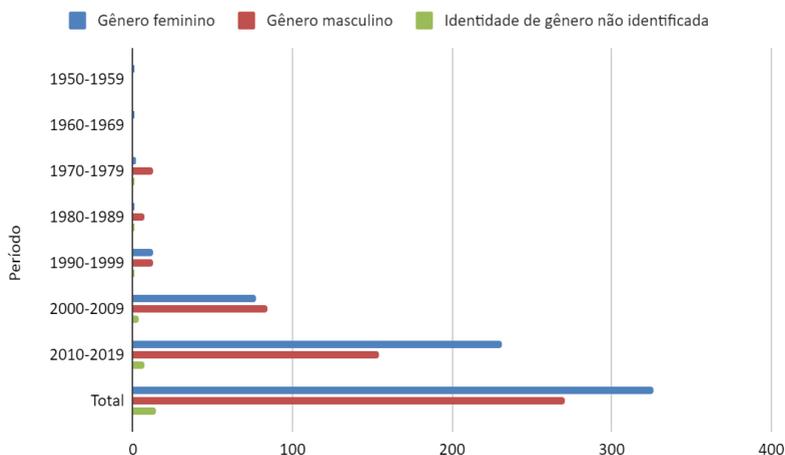
Cabe reconhecer que essa metodologia pode ser enganosa e, até mesmo, fóbica, já que a interpretação dos dados - ou de sua falta - não necessariamente corresponde ao discurso que as autorias exercem sobre si. Ainda, o uso de pronomes e a expressão de gênero tampouco permitem a assunção direta acerca da identidade e/ou da subjetividade de que se trata. Embora se tenha cogitado não incluir a análise de gênero no compilado de resultados, entende-se que é válida a sua apresentação se encarada a partir dessa consideração prévia. Por isso, manteve-se a classificação generificada. Segue-se, abaixo, a tabela com os números inteiros (Tabela 2) e o gráfico de movimentações ao longo dos anos (Gráfico 2).

Tabela 2. Número de autores por gênero entre 1950 e 2019 segmentado por década.

Período	Gênero feminino	Gênero masculino	Identidade de gênero não identificada
1950-1959	1	0	0
1960-1969	1	0	0
1970-1979	2	13	1
1980-1989	1	7	1
1990-1999	13	13	1
2000-2009	77	84	4
2010-2019	231	154	7
Total	326	271	14

Gráfico 2. Número de autores por gênero entre 1950 e 2019 segmentado por década.

Gênero de autoria



A tabela 2 e o gráfico 2 indicam o crescimento do índice de autoria do gênero feminino nas últimas décadas. Na década de 2010-2019, inclusive, a quantidade de pessoas enquadradas no gênero feminino (231 autorias) ultrapassou o montante de pessoas catalogadas como pertencentes ao gênero masculino (154 autorias), correspondendo a 60% do total de autorias.

Este aumento do número de autoras nos textos selecionados pode indicar um aumento da produção feminina no campo das Ciências Humanas ao longo do início do século

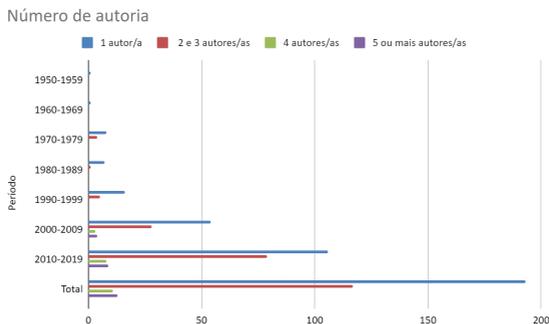
XXI. Porém, isso não significa que haja necessariamente uma participação igualitária nas práticas discursivas acadêmicas e tampouco uma representatividade acadêmica do total de profissionais da Psicologia. Consultando as estatísticas dos dois países com maior produção na última década, o Brasil e EUA, verifica-se que o quantum de mulheres registradas supera o número de homens consignados nos cadastros das entidades responsáveis². Portanto, é possível que a alta quantidade de pessoas do gênero feminino na autoria dos textos esteja atrelada ao panorama quantitativo revelado pelas pesquisas estatísticas.

Em número de autoria por entrada, utilizou-se o procedimento de contabilização da quantidade de pessoas nomeadas como autoras pelas bases de dados ou pelos elementos pré-textuais dos textos. Os resultados seguem abaixo na forma de números inteiros (Tabela 3) e na forma do gráfico de movimentações ao longo das décadas (Gráfico 3).

Tabela 3. Número de autores por entrada entre 1950 e 2019 segmentado por década.

Período	1 autor/a	2 e 3 autores/as	4 autores/as	5 ou mais autores/as
1950-1959	1 (100%)	0	0	0
1960-1969	1 (100%)	0	0	0
1970-1979	8 (66,6%)	4 (33,3%)	0	0
1980-1989	7 (87,5%)	1 (12,5%)	0	0
1990-1999	16 (76,2%)	5 (23,8%)	0	0
2000-2009	54 (60,7%)	28 (31,4%)	3 (3,4%)	4 (4,5%)
2010-2019	106 (52,5%)	78 (39,1%)	8 (4,0%)	9 (4,4%)
Total	193 (57,8%)	116 (35,0%)	11 (3,3%)	13 (3,9%)

Gráfico 3. Número de autores por entrada entre 1950 e 2019 segmentado por década.



2 Ver “A Psicologia apresentada em números” do Conselho Federal de Psicologia. <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>
 Ver “Demographics of the U.S. Psychology Workforce” da APA (2005-2013). <https://www.apa.org/workforce/publications/13-demographics>

O número de pessoas na autoria dos textos cresce percentualmente ao longo das décadas com uma inflexão na década de 1960. No cômputo geral, atesta-se que 140 textos (42,2%) de 333 textos são escritos por mais de uma pessoa, 193 textos constituídos por apenas um autor (57,8%).

ANÁLISE POR IDIOMAS E LOCAIS INSTITUCIONAL E DE PUBLICAÇÃO

O idioma, o local institucional (a filiação institucional) e o país de publicação foram mapeados a fim de indicar os centros, ou melhor, as aglomerações ou densificações institucionais dos produtores deste material.

As produções acadêmico-científicas na língua inglesa corresponde a 71,2% da amostra reiterando o inglês como língua franca para a produção acadêmica. A baixa presença do francês e do alemão pode ser efeito deste predomínio em que os autores/as desses países publicam em inglês. Além da língua inglesa, o português e o espanhol aparecem com frequência considerável da amostra com 16,2% para o primeiro e 11,2% para o segundo. Os demais idiomas - alemão e francês - alcançaram índices inferiores a 1%, sendo respectivamente 0,9% e 0,6% da amostra.

Tabela 4. Número de entradas por idioma entre 1950 e 2019 segmentado por década.

Período \ Idioma	Inglês	Português	Espanhol	Francês	Alemão
1950-1959	1 (100%)	0	0	0	0
1960-1969	1 (50%)	0	0	1 (50%)	0
1970-1979	6 (54,5%)	0	4 (36,4%)	0	1 (9,1%)
1980-1989	7 (87,5%)	0	0	1 (12,5%)	0
1990-1999	21 (100%)	0	0	0	0
2000-2009	57 (64%)	19 (21,3%)	12 (13,5%)	1 (1,1%)	0
2010-2019	144 (71,6%)	35 (17,4%)	21 (10,4%)	0	1 (0,5%)
Total	236 (71,1%)	54 (16,2%)	37 (11,2%)	3 (0,9%)	2 (0,6%)

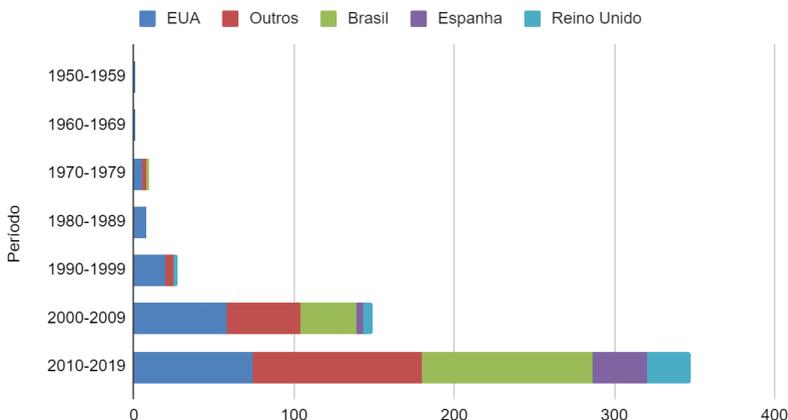
Nas cinco primeiras décadas há um predomínio expressivo dos EUA. A produção acadêmica no tema torna-se mais expressiva nas décadas de 1990, 2000 e 2010 assim como ocorre um crescimento da produção textual em locais institucionais situados em outros países. Na década de 1990 aparecem 19 autores (as) estadunidenses, portanto, 74,1% do material selecionado. A década de 2000 conserva estes elementos, mas indica novas questões. O país com maior quantitativo de autoria segue sendo os EUA, com 58 assinaturas (38,9% dos identificados) seguido pelo Brasil, com 35 assinaturas (23% dos identificados) e por um conjunto muito variado de países com incidência individual baixa.

Tabela 5. Número de entradas por país entre 1950 e 2019 segmentado por década.

Período \ Países	EUA	Outros	Brasil	Espanha	Reino Unido
1950-1959	1 (100%)	0	0	0	0
1960-1969	1 (100%)	0	0	0	0
1970-1979	5 (55,6%)	3 (33,3%)	1 (11,1%)	0	0
1980-1989	8 (100%)	0	0	0	0
1990-1999	20 (74,1%)	5 (18,5%)	0	0	2 (7,4%)
2000-2009	58 (38,9%)	46 (30,9%)	35 (23,5%)	4 (2,7%)	6 (4%)
2010-2019	74 (21,3%)	106 (30,5%)	106 (30,5%)	34 (9,8%)	28 (8%)
Total	167 (30,8%)	160 (29,5%)	142 (26,2%)	38 (7%)	36 (6,6%)

Gráfico 4. Número de entradas por país entre 1950 e 2019 segmentado por década.

Local Institucional



Na década de 2010 o Brasil ocupa o primeiro lugar em quantidade de autorias. O Brasil apresenta 106 assinaturas (30,6% dos identificados) seguido pelos EUA com 65 assinaturas (17% dos identificados). Permanece uma dispersão significativa com 28 nacionalidades presentes em 106 assinaturas (30,6% dos identificados).

Quanto ao tipo de local institucional – local ao qual a autoria está vinculada profissionalmente –, percebemos que, considerando apenas as autorias cujo local institucional foi identificado – um total de 535 – 506 das assinaturas identificadas (94% dos resultados) estão vinculadas a alguma universidade. É digno de nota que na década de 2010, há alguma participação de instituições e universidades de natureza teológica. Entre a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e seminários teológicos em houve 17 assinaturas (4%).

O local de publicação foi identificado em 542 entradas distribuídas do seguinte modo: 249 entradas publicadas nos EUA (46% do total); 106 entradas no Brasil na década de 2010 e 141 no total. Os EUA detém a hegemonia das publicações estrangeiras e, fato significativo, o Brasil apresenta um expressivo e consistente crescimento figurando como país com o maior número de publicações sobre o tema na década de 2010.

ANÁLISE DE PALAVRAS-CHAVE E DOS DESCRITORES

A análise das palavras-chave e dos descritores será realizada em três partes: (a) análise geral das palavras-chave, (b) a análise dos núcleos semânticos e (c) análise específica dos descritores.

Tabela 6. Distribuição das palavras-chave no material selecionado. *LCV = livros, capítulos e verbetes.

	Artigos	Livros	Capítulos	Verbetes	LCV*	Total
Nº de entradas	246	38	39	10	87	333
Nº de entradas com palavras-chave	185	17	24	05	46	231
Nº de entradas sem palavras-chave	61	21	15	05	41	102
Nº de palavras-chave	940				293	1233
Nº de palavras-chave sem repetição	710				179	889
Média de palavras-chave	4,9				2,3	3,7
Núcleos semânticos	43				17	60
Nomes próprios	28				3	31
Nº de repetições dos nomes próprios	6	1	0	0	1	6
Variação do número de palavras chave: de 0 palavra-chave em 102 entradas a 18 em 1 entrada.						

Tabela 7. Distribuição no número de entradas, entradas com palavras-chave e palavras-chave segmentada por artigos, livros, capítulos e verbetes e por década.

		Artigos	Livros	Capítulos	Verbetes	LCV	Total
1950-1959	Nº de entradas	1	0	0	0	0	1
	Nº de palavras-chave	0	0	0	0	0	0
1960-1969	Nº de entradas	1	0	0	0	0	1
	Nº de palavras-chave	0	0	0	0	0	0
1970-1979	Nº de entradas	8	1	3	0	4	12
	Nº ent. com palavras-chave	1	1	0	0	1	2
	Nº de palavras-chave	2	1	0	0	0	3
1980-1989	Nº de entradas	7	1	0	0	1	8
	Nº ent. com palavras-chave	2	1	0	0	1	3
	Nº de palavras-chave	14	12	0	0	0	26
1990-1999	Nº de entradas	19	2	0	0	2	21
	Nº ent. com palavras-chave	7	0	0	0	0	7
	Nº de palavras-chave	45	0	0	0	0	45
2000-2009	Nº de entradas	70	9	10	0	19	89
	Nº ent. com palavras-chave	48	4	9	0	13	61
	Nº de palavras-chave	235	21	55	0	76	311
2010-2019	Nº de entradas	140	28	23	10	61	201
	Nº ent. com palavras-chave	127	16	11	5	32	159
	Nº de palavras-chave	643	0	0	0	204	847
1950-2019	Nº de entradas	246	41	36	10	87	333
	Nº ent. com palavras-chave	185	22	20	5	47	232
	Nº de palavras-chave	939	34				1233

TRÊS ASPECTOS SE DESTACAM NA ANÁLISE GERAL DAS PALAVRAS-CHAVE.

O primeiro consiste na variação no número de palavras-chave: do total de 333 entradas, 102 não indicaram palavras-chave e houve uma entrada que expôs 18 palavras-chave.

O segundo aspecto diz respeito à dispersão das palavras-chave no material encontrado. Do total de 1233 palavras-chave encontradas nas 333 entradas, 889 palavras-chave foram indicadas apenas uma vez. Acrescente a esta informação que a repetição de palavras-chave do material selecionado por meio de descritores se-

leccionados para configurar um tema específico foi pequena – a palavra-chave com maior número de repetições em todo o período e em todo o material com libertação encontrada 15 vezes – indicando que não há referências centrais a organizar o tema da insurgência entre os textos de psicologia. Tal hipótese é apoiada pela variedade de nomes próprios presentes em todo o material selecionado. Foram 34 nomes próprios com apenas 7 repetições a saber, Ignacio Martín-Baró, Michel Foucault, Frantz Fanon e Karl Marx com 4, 3, 2 e 2 repetições respectivamente.³

O terceiro aspecto expõe diferenças na presença e consistência das palavras-chave entre os artigos se comparadas aos livros, capítulos e verbetes (LCV). Não apenas a presença de artigos é mais consistente que os LCV como a indicação de palavras-chave nos primeiros (75,2%) mais consistente do que nos segundos (52,9%) ao longo do período analisado. Além disso, a análise do período segmentado em décadas fornece informações adicionais. Por este motivo faremos a seguir novas análises do material a partir da segmentação entre artigos e LCV e da segmentação temporal.

A análise geral das palavras-chave foi dividida em dois períodos em função da variedade dos resultados encontrados.

O primeiro período vai de 1950 a 1999, 50 anos em que há uma grande dispersão das palavras-chaves no material selecionado, não havendo agregados de repetição que gerasse informação relevante, pois das 385 palavras-chaves presentes nos 132 artigos, livros e capítulos (não houve verbete selecionado neste período), apenas o termo “*emancipation*” apresentou duas ocorrências. Além da única repetição e, consequentemente, de temática que pudesse ser extraída das palavras-chave entre os textos; da 43 entradas selecionadas no período apenas 12 apresentaram palavras-chave.

O segundo período abrange o período de 2000 a 2019, onde houve baixa frequência de repetições, sendo a palavra-chave “mudança social” (ou sua variação em inglês “social change”) a mais repetida, com 5 ocorrências. Logo em seguida estão as seguintes palavras-chave, com quatro ocorrências cada: “psicologia social”, “liberation” (e sua variação em espanhol “liberación”), “liberation psychology” e “psicanálise” (ou sua variação “psychoanalysis”). Nestas duas décadas as palavras-chave continuaram apresentando grande variedade. Mudança significativa deste período foi a consistência com que as palavras-chave passaram a figurar nos textos, o que aponta para a padronização das publicações acadêmicas fruto da intensificação do uso da web, da presença dos indexadores e das avaliações dos periódicos. A presença

3 O conjunto dos nomes próprios presentes nas palavras-chave está listado a seguir. Os números entre parênteses indicam o número de entradas.

Entre os artigos: Alain Badiou, Aleksei N. Leontiev, Ana de Castro Osório, Bernard Brandchaft, Emmanuel Levinas, Erik Homburger Erikson, Frantz Fanon (2), Gilles Deleuze, Herbert Marcuse, Ignacio Martín-Baró (4), Jacques Lacan, Jean Piaget, Joel Birman, John Dewey, José Ramón Torregrosa, Julia Lopes de Almeida, Jürgen Habermas, Karl Marx, Kurt Lewin, Martin Luther King, Michel Foucault (3), Nelson Mandela, Paulo Freire, Peter Sedgwick, Sigmund Freud, Steve Biko, Theodor Wiesengrund Adorno e William Edward Burghardt Du Bois (W.E.B. Du Bois).

Entre os LCV: Karl Marx, Rogelio Diaz-Guerrero e Lev Vigotski.

de palavras-chave salta de 27,9% nas entradas publicadas entre 1950 e 1999 para 75,9% entre 2000 e 2019.

Tal configuração da distribuição das palavras-chave fez com que decidíssemos criar um instrumento para indicar os temas relevantes no material selecionado. Contemplando o acervo completo das palavras-chave aglutinamos palavras-chave com mesmo radical, palavras-chave compostas que incluíssem a palavra base, palavras-chave com proximidade semântica em núcleos semânticos. O procedimento possibilitou criar um acervo (semântico) para a diversidade de palavras-chave e estabelecer temáticas.

Para exemplificar o procedimento de criação de núcleos semânticos descreveremos o caso do termo “comunidade”. O termo surge de diferentes formas e constituiu um núcleo semântico agregando os termos “community”, “comunitária”, “community of practices”, “community psychology” e “psicologia comunitária”, “psicologia social comunitária”, “psicología social comunitária en movimiento”, “acción comunitaria”, “comunidades rurales”. Como nosso procedimento considerou cada uma das palavras individualmente, elas podiam ser alocadas em núcleos semânticos diferentes. Por exemplo, a palavra-chave “psicologia comunitária” compõe os núcleos semânticos “comunidade” e “psicologia”. Tal procedimento faz com que o número de ocorrências na análise dos núcleos semânticos envolva um número maior de repetições do que a somatória das palavras-chave.

Estabelecemos como linha de corte 4 repetições. Termos cuja aglutinação resultou em menos de 4 repetições não foram considerados como núcleo semântico. Utilizando este critério, não houve formação de núcleo semântico entre 1950 e 1999. A tabela dos núcleos semânticos consta, portanto, as duas últimas décadas do período selecionado e foi segmentada em artigos e LCV e em décadas.

Tabela 8. Núcleos semânticos de Artigos e LCV segmentado por décadas

	Artigos		LCV	
	Núcleo semnântico	Repetições	Núcleo semnântico	Repetições
2000-2010	Psicologia / Psi-canálise (Campo psi)	45	Psicologia	8
	Social	22	Revolução	8
	Gênero	15	Regime autoritário	7
	Libertação	13		
	Sexualidade	12		
	Educação	12		
	Saúde	10		
	Pesquisa	10		
	Emancipação	8		

2000-2010	Africano/a	7		
	Crítica	6		
	Política	6		
	Ação	6		
	Empoderamento	4		
	Discurso	4		
	Identidade	4		
	Opressão	4		
	Trabalho	4		
2010-2019	Psicologia / psi- canálise / psiquiatria (Campo psi)	98	Psicologia	34
	Social	54	Social	18
	Libertação	52	Locais	12
	Comunidade	25	Crítica	9
	Política	23	Libertação	8
	Educação	20	Preto	6
	Gênero	19	Colonização / decolonial	6
	Crítica	16	Cultural	6
	Emancipação	15	Comunidade	5
	Decolonial / pós-co- lonial	12	Saúde mental	5
	Opressão	8	Política	5
	Saúde / saúde mental	8	Emancipação	4
	Intervenção	7	Histórico	4
	Empoderamento	6	África do Sul	4
	Desenvolvimento	5		
	Identidade	5		
	Participação	5		
	Poder	5		
	Subjetividade	5		
	Epistemologia	4		
Ética	4			
Praxis	4			
Trauma	4			

Gráfico 5. Núcleos semânticos formados a partir dos artigos.

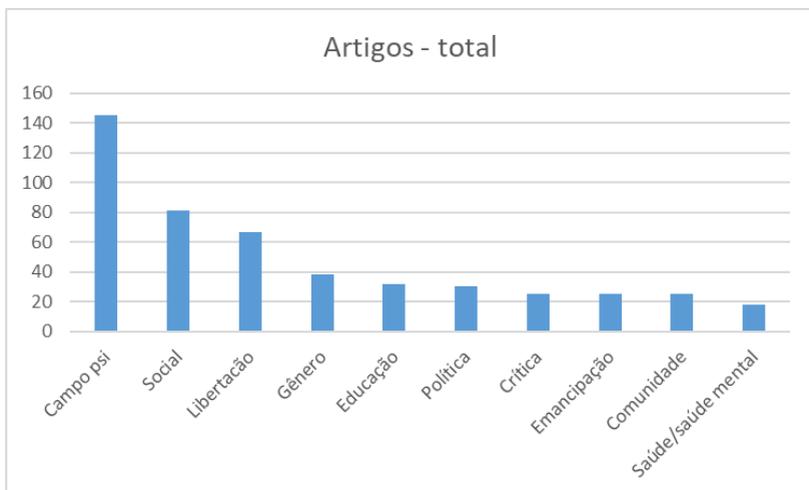


Gráfico 6. Núcleos semânticos formados a partir dos artigos segmentado por décadas.

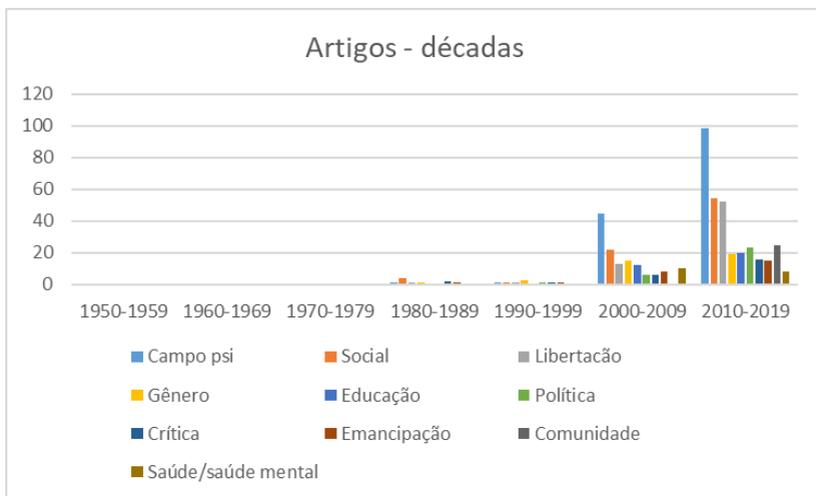


Gráfico 7. Núcleos semânticos formados a partir dos LCV

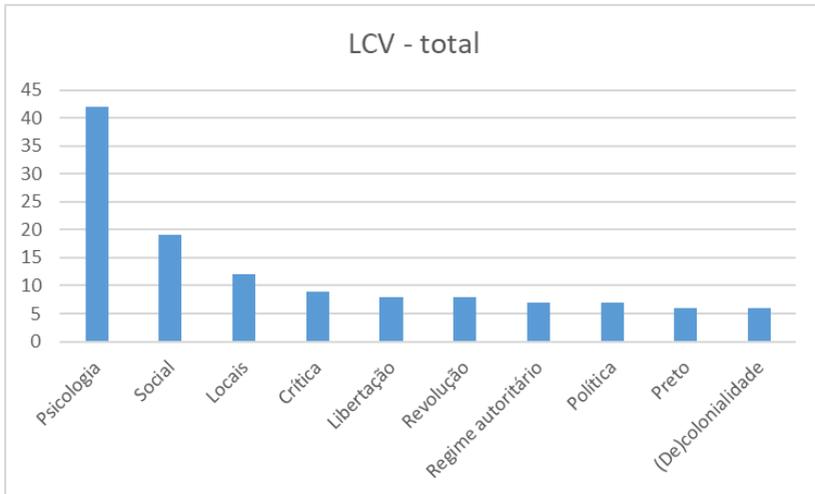
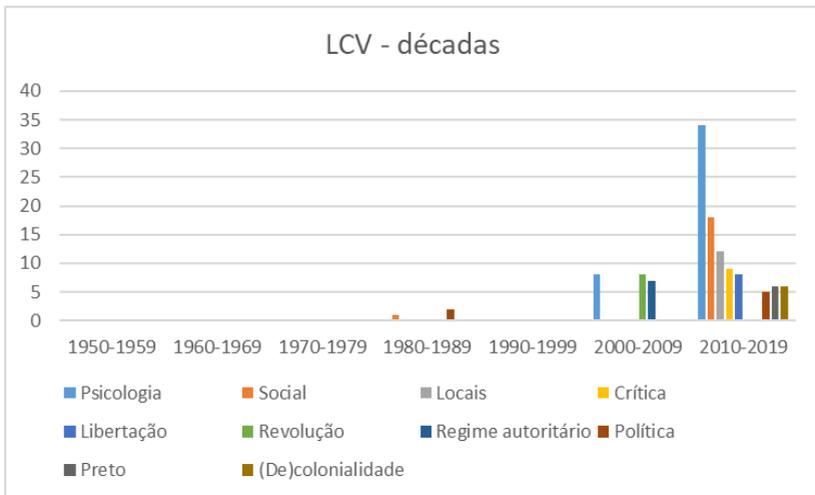


Gráfico 8. Núcleos semânticos formados a partir dos LCV segmentado por décadas.



A análise geral dos campos semânticos aponta como noções mais frequentes nos artigos e LCV o campo psi (psicologia, psicanálise e psiquiatria) como era de se esperar e, também, concepções que dividimos em áreas de atuação – educação, saúde, saúde mental – noções relacionadas a divisões que vem se instituindo na psicologia – social, libertação, comunidade, política, crítica, cultural – movimentos minoritários e terminologia conexas – gênero, emancipação, decolonial / pós-colonial,

opressão, empoderamento – concepções que apontam para a dimensão da prática – intervenção, participação, práxis, ética – e conceituações e analíticas com longa história da psicologia – desenvolvimento, identidade, trauma, sexualidade, subjetividade, epistemologia, poder. Nos LCV, além de muitas das categorias já indicadas, figuraram outras que denotam temas mais incisivos e precisos – revolução, regime autoritário, preto, África do Sul, locais variados.

Com relação à ocorrência dos descritores nas palavras-chave, os descritores “libertação” e “emancipação” apresentaram aumento nas publicações das últimas décadas. Os descritores “insurgência” e “contra-hegemonia” pouco figuraram entre as palavras-chave no quadro geral. Comparados ao uso de outras palavras, os descritores apresentaram uma pequena pregnância ou uma baixa centralidade para referenciar os estudos insurgentes, emancipatórios, libertadores e contra-hegemônicos realizados pela comunidade da Psicologia.

Gráfico 7. Número de descritores entre as palavras-chave segmentado por década.



CONSIDERAÇÕES GERAIS

O objetivo final desta pesquisa consiste em mapear a produção da psicologia envolvida com a insurgência, a emancipação, a libertação e a contra-hegemonia indicando assim conceituações, teorias e temáticas psicológicas que não estão paudadas pela história de controle, disciplinamento, adaptação, hierarquização comuns a este saber, profissão e prática.

Para realizar esta investigação começamos pela busca detalhada de material bibliográfico produzido na forma de artigos, livros, capítulos e verbetes no período que abrange os anos 1950 e 2019. A extensão do período selecionado foi fruto de certo pessimismo em relação à quantidade de material que iríamos encontrar. O resultado ultrapassou nossas expectativas e exigiu que o manipulássemos com a finalidade de nos situar antes da análise de seus conceitos, teorias e proposições.

A decisão de selecionar o material utilizando o Portal de Periódicos da CAPES marcou de forma decisiva a pesquisa. Acautelados contra a ingenuidade que confunde a descrição sistemática de qualquer arquivo com o que foi produzido sobre o tema selecionado, enfatizamos as decisivas decisões metodológicas presentes mesmo em uma pesquisa quantitativa como a aqui realizada. O arquivo utilizado já está carregado de determinações.

O material que constitui o Portal de Periódicos da CAPES no período selecionado remete a questões que apenas indicaremos como a criação da web, o crescimento das empresas comercial voltadas para a produção acadêmica, a criação de indexadores e dispositivos de comparação, além de aspectos importantes no caso brasileiro como a consolidação da pós-graduação, o sistema de avaliação da pós-graduação, o crescimento intensivo do número de publicações entre outros. Não abordaremos os efeitos desses aspectos sobre a produção mas seria ingênuo não apontar sua presença. Além disso uma série de decisões metodológicas foram operadas.

Assim, diante da quantidade de material selecionado manejamos as entradas segundo as categorias quantidade, número de autores, gênero, idioma, local de publicação, local institucional, palavras-chave. Consideramos os valores e os temas obtidos durante todo o período e segmentamos o material por década a fim de visualizar a movimentação no período.

De forma geral, houve crescimento gradativo do número de publicações especialmente nas duas últimas décadas. Tivemos algumas dificuldades na indicação de categorias de gênero e sexualidade pela própria conformação dos dispositivos de busca. Embora neste aspecto tenhamos feito buscas complementares por meio de buscadores genéricos da web, a informação não está disponível categoricamente. A análise dos idiomas e locais de publicação e institucional indicou a prevalência do inglês e dos EUA tanto como local de publicação quanto de trabalho dos autores do material selecionado. Aspecto importante nas duas últimas décadas foi o crescimento da participação de autores brasileiros publicando em português e no Brasil. O crescimento do espanhol também é de se notar assim como a variedade de países que passam a participar das publicações selecionadas.

A análise das palavras-chave e da presença dos descritores entre as palavras-chave exigiu a elaboração de uma ferramenta para indicação dos temas principais. O manejo do material selecionado demandou também um conjunto de experimentações

e chegamos a um panorama geral que aponta temas e também a presença tímida dos descritores escolhidos para a pesquisa entre as palavras-chave.

As temáticas recorrentes indicam, além do mencionado na seção, a presença dos debates envolvendo movimentos minoritários nas reflexões da Psicologia, como também em outros saberes. Tratam-se de discussões transversais, presentes em outras áreas, como Direito, Sociologia e Filosofia.

As análises realizadas nos levaram a orientar a nova etapa da pesquisa em que indicaremos, a partir da leitura do material, as conceituações, as teorias e outros aspectos presentes. Decidimos selecionar a produção textual elaborada no Brasil na década de 2010 a 2019 em função de seu crescimento intensivo se comparada à produção total do período e às especificidades da psicologia elaborada no país que a distancia dos outrora centros de produção do hemisfério norte.

SOBRE AS ORGANIZADORAS, AS AUTORAS E OS AUTORES

ALINE REIS CALVO HERNANDEZ

Psicóloga. Doutora em Psicologia Social e Metodologia pela Universidad Autónoma de Madrid. Pós-Doutora em Psicologia Social e Política pela Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Psicologia. Líder do grupo de investigação POLEMHIS – Psicologia Política, Educação, Memórias e Histórias do Presente (CNPq).

E-mail: alinehernandez@hotmail.com

ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES

Professora Associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Comunicação Social pela UFMG (2007) com estágio pós-doutoral em Comunicação e em Ciências Sociais na cidade de Grenoble (França), onde atuou junto a dois grupos de pesquisa: o Groupe de Recherche sur les Enjeux de la Communication (Institut de Communication et Medias - Université Stendhal) e o Groupe de Recherche en Sciences Sociales sur l'Amérique Latine (MSH-Alpes, Université Pierre Mendès France).

E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

BRUNA ARZOLLA CROSSETTI

Graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: brunacrossetti@yahoo.com.br

FRANCISCO TEIXEIRA PORTUGAL

Doutor em psicologia pela PUC/Rio, professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: fportugal@ufrj.br

FREDERICO ALVES COSTA

Doutor em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor no Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFAL e da UFMG. Coordenador do Núcleo de Psicologia Política (NPP-UFAL). Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) – Gestões 2019-2020/2021-2022.

Email: frederico.costa@ip.ufal.br

GERVÁSIO DE ARAÚJO MARQUES DA SILVA

Bacharel e licenciado em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás, mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutorando em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: gervasioams@gmail.com

ISABEL FERNANDES DE OLIVEIRA

Doutora em Psicologia Clínica pela USP, São Paulo. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN, coordenadora do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação (Diretório CNPq). Bolsista de Produtividade CNPq.

Email: fernandes.isa@gmail.com

JOÃO GABRIEL MARACCI

Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorando em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), colaborador no Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ na UFMG.

Email: jmaraccicardoso@gmail.com

JORGE LYRA

Um dos fundadores do Instituto Papai. Docente dos cursos de graduação e Pós-graduação em Psicologia da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco; Coordenador do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE; coordenador do Núcleo Feminista de Pesquisas sobre Gênero e Masculinidades (GEMA-UFPE/CNPQ); Mestre em Psicologia Social com a dissertação intitulada *Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção* (PUC/SP, 1997) e Doutor em Saúde Coletiva com a tese intitulada *Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)* (FIOCRUZ/ CPQAM, 2008).

Email: jorgelyra@gmail.com

KATIA MAHEIRIE

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com estágio pós-doutoral em

Educação na UNICAMP; em Persona y Sociedad en el Mundo Contemporáneo na Universitat Autònoma de Barcelona (ES); e em Psicologia Social na PUC/SP. É Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, atuando como voluntária no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP). É Pesquisadora Produtividade do CNPq.

Email: maheirie@gmail.com

LUCAS PEREIRA DE SOUZA TAVARES

Graduando em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: lucaspstavares@outlook.com

LUÍSA BIASOLI DE MELLO REZENDE

Discente de Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

E-mail: luisabiasoli@ufrj.br

LUCIA RABELLO DE CASTRO

M.Sc e Ph. D. em Psicologia, Universidade de Londres. Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pesquisadora Senior do CNPQ.

Email: lrcaastro@infolink.com.br

MARCO AURÉLIO MÁXIMO PRADO

Doutor em Psicologia Social pelas PUC/SP com pós-doutoramento pela University of Massachusetts/Amherst com bolsa pela Fundação Fulbright/EUA. Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) onde coordena o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+. É pesquisador CNPq.

Email: mamprado@gmail.com

MARIA JURACY FILGUEIRAS TONELI

Doutora em Psicologia pela USP com estágio pós-doutoral na UFMG e Universidade do Minho/PT. Professora Titular aposentada do Departamento de Psicologia da UFSC, pesquisadora 1A do CNPq.

Email: juracy.toneli@gmail.com

RAQUEL SOUZA LOBO GUZZO

Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) dos programas Graduação e Pós-graduação em Psicologia. Graduada em Psicologia pela PUC-Campinas, Mestrado e Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento pela USP. Realizou Estágio Pós-Doutoral na University of Texas/ USA, em Avaliação Psicológica e na University of Rochester /USA em Desenvolvimento de Programas de Prevenção em Saúde Mental. Supervisiona Estágios em Escolas e Comunidades e orientando estudantes de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (2018-2020). Integrante da Comissão da Avaliação Quadrienal CAPES (2022); Membro do Comitê Assessor do CNPq (2022-2025) ; Atual Editora Chefe da Revista Estudos de Psicologia (Campinas). Participa dos Grupos de Trabalho Psicologia Escolar e Educacional e Psicologia Comunitária na ANPEPP. Atua na área de Programas de Atendimento/Acompanhamento Comunitário, discutindo a formação e intervenção profissional, segundo fundamentos da Psicologia Crítica, Intervenções Preventivas e

Psicossociais, Psicologia da Libertação, Processos de tomada de consciência . A produção científica é organizada no âmbito do Grupo de pesquisa - Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação (www.gep-inpsi.org). Pesquisadora 1A/Cnpq.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7029-2913>

Email: rslguzzo@gmail.com

ROGÉRIO DINIZ JUNQUEIRA

É doutor em sociologia pelas universidades de Milão e Macerata com estágio pós-doutoral em Direitos humanos e cidadania pela UnB. Pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares Avançados da UnB. Membro da rede da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Email: rogeriodinizjunqueira@gmail.com

RODOLFO PARISI

Dr. em Psicologia. Profesor e Investigador en Psicología Política. Investigador N° 1 del Programa Nacional de Investigación del Ministerio de Educación, Argentina. Director del Proyecto de Investigación UNSL "Psicología Política". Evaluador de Grana Internacional. Director Revista Electrónica de Psicología Política. Facultad de Psicología, Universidad Nacional de San Luis, Argentina.

Email: eliorodolfoparis4@gmail.com